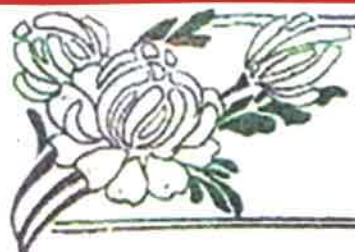


# Revista de Portugal

n.º 14 . 2017



## JE T'EN SUPPLIE!

Direção: Luís Manuel de Araújo

Anual, novembro de 2017 *Allegretto con affetto.*

Registo ICS 124625

Preço: 10€

*Alfred Napoleon. Op. 36.*



**Alfredo Napoleão**  
(1852-1917)

# *Revista de* **Portugal**

n.º 14 . 2017

**Direção:** Luís Manuel de Araújo

**Anual,** novembro de 2017

**Registo ICS 124625**

**Preço:** 10€

**ALFREDO NAPOLEÃO**

**LUÍSA EY**

**TEMPLÁRIOS**

**S. GONÇALO**

**SALAZAR**

**SILVA MARQUES**

**TRÁS-OS-MONTES**

**RECENSÕES**

**BIBLIOGRAFIA**

**ATIVIDADES**



 **Edições  
Afrontamento**

**Revista de Portugal**

**Anual, n.º 14, novembro de 2017**

**Registo ICS 124625**

Propriedade/editor: Amigos do Solar Condes de Resende – Confraria Queirosiana

Solar Condes de Resende

Travessa Condes de Resende, 110

4410-264 CANELAS Vila Nova de Gaia

Portugal

NIPC: 506285685

Telefone: 227 531 385

Telemóvel: 968 193 238

E-mail: [queirosiana@gmail.com](mailto:queirosiana@gmail.com)

[www.queirosiana.pt](http://www.queirosiana.pt)

[academiaecadequeiros.blogspot.com](http://academiaecadequeiros.blogspot.com)

[confrariaqueirosiana.blogspot.com](http://confrariaqueirosiana.blogspot.com)

[eca-e-outras.blogspot.com](http://eca-e-outras.blogspot.com)

[vinhosdeeca.blogspot.com](http://vinhosdeeca.blogspot.com)

**Diretor:** Luís Manuel de Araújo

**Diretores adjuntos:**

J. A. Gonçalves Guimarães

José Manuel Alves Tedim

**Conselho de redação:**

Amélia Maria Gomes Sousa Cabral; António Manuel Lacerda Vieira; António Pinto Bernardo; Carlos Alberto Dias de Sousa;

César Fernando Couto Oliveira; Henrique Manuel Moreira Guedes; Ilda Maria Oliveira Pereira de Castro; José António Martin Moreno Afonso;

José Manuel de Carvalho Ribeiro; Laura Cristina Peixoto de Sousa; Manuel Filipe Tavares Dias de Sousa; Manuel Guimarães da Fonseca Nogueira;

Nuno Miguel de Resende Jorge e Mendes; Pedro Almiro Neves; Susana Maria Simões Moncóvio.

**Conselho consultivo:**

Américo Guerreiro de Sousa; Carlos Reis; Dagoberto Carvalho Júnior (Brasil); Fernando Coimbra; Fernando Manuel P. J. Silva; Francisco Ribeiro da Silva;

João de Castro de Mendiça (Conde de Resende); José Rentes de Carvalho; Nassaleta Miranda e Ricardo Charters d'Azevedo.

**Redação:**

Amélia Cabral

Maria de Fátima Teixeira

**Capa:**

Retrato de Alfredo Napoleão sobre a sua composição *Je t'en supplie!*

**Impressão e acabamento:**

Rainho & Neves, Lda. – Santa Maria da Feira

[geral@rainhoeneves.pt](mailto:geral@rainhoeneves.pt)

**Copyright:** autores, salvo acordo em contrário de acordo com a lei.

**Tiragem:** 500 exemplares

**ISSN:** 1646-0952

**Depósito legal:** 218581/04



O conteúdo, a ilustração e a revisão dos textos publicados são da inteira responsabilidade dos autores. A direção dos Amigos do Solar Condes de Resende – Confraria Queirosiana é absolutamente contrária a qualquer forma de censura ou cerceamento da liberdade de criação e de expressão. Por esse motivo podem os artigos publicados não refletir exatamente as opiniões da direção ou da Confraria, mas apenas as dos autores.

## No centenário de Alfredo Napoleão (1852-1917)

Eça de Queirós foi um grande melómano que conhecia os grandes compositores do seu tempo e atribuía à criação e execução musicais um importante valor espiritual, artístico e social. Nas suas obras as referências musicais são abundantes e funcionam como uma melodia de fundo da ação que se desenrola, técnica essa que, já no século XX, o filme sonoro veio a utilizar e que hoje nos parece banal. Foi ele quem escreveu sobre a «filosófica instrumentação de Meyerbeer...[o] idealismo de Beethoven...[a] luminosa serenidade de Mozart...[a] música vermelha e diamantina de Verdi...[o] romantismo apaixonado de Donizetti» (*O Egípto*).

Ao longo da sua vida conheceu alguns compositores e executantes portugueses, tendo trabalhado com Augusto Machado na elaboração de uma opereta cómica intitulada *A Morte do Diabo*, para a qual fez o libreto com Batalha Reis. Outros, que sintetizou no *Cruges de Os Maias*, encantavam-no com «a sua arte maravilhosa ao piano». Não sabemos se alguma vez conheceu os irmãos Napoleão, mas certamente deles ouviu falar, em Lisboa, em Londres ou em Paris. Falemos agora de um deles, a propósito do centenário do seu desaparecimento.

O pianista e compositor Alfredo Napoleão era filho do músico italiano Alessandro Napoleone Vallania, aportuguesado como Alexandre Napoleão (1808-1886), que muito novo se refugiou em Portugal, tendo-se estabelecido no Porto por volta de 1840 como professor de música, vindo a casar em Vila Nova de Gaia, na igreja de Santa Marinha, com Joaquina Amália Pinto dos Santos, daí natural. Deste matrimónio, entre outros filhos, nasceram três músicos, intérpretes e compositores, Artur (1843-1925), Aníbal (1845-1880) e Alfredo (1852-1917), celebrando-se por isso este ano o centenário da morte deste pouco recordado músico contemporâneo de Eça de Queirós.

Uma década mais novo que seu irmão Artur, foi criado em Vila Nova de Gaia por sua avó materna e depois, ainda criança, deixado em Lisboa aos cuidados do casal Wood, que lhe completam a formação musical. Em 1866, aos catorze anos, encontra-se no Rio de Janeiro onde dá um concerto perante o imperador D. Pedro II, daí partindo para uma digressão, acabando por se fixar durante seis anos na Argentina, em Buenos Aires, e em Montevideu, no Uruguai, onde foi professor, daí regressando ao Rio de Janeiro de onde parte para Pernambuco, onde ensinou durante dois anos. A sua vida cruzar-se-á por diversas vezes com a do irmão Artur: em 1879 dão ambos um concerto na Sociedade Filarmónica Fluminense, e em 1893, quando Alfredo regressa ao Brasil, tocam no Casino Fluminense e, noutro regresso em 1898, no Instituto Nacional de Música. Quando perguntavam a Alfredo, normalmente modesto e discreto, se não era irmão do, à época, famosíssimo Artur Napoleão, ele confirmava, acrescentando: «sim, é verdade, mas eu sou só músico».

Tendo voltado a Portugal em 1882, dá uma série de concertos em Lisboa e Porto, daí partindo para Londres. Em 1904 encontra-se na sua cidade natal e a 27 de outubro desse ano organiza na Granja, Vila Nova de Gaia, um concerto em que atua com Olinda da Rocha Leão, Guilhhermina Suggia e Virgínia Suggia, com obras de Beethoven, Dvöřák, Strauss, Chopin, Liszt e do próprio Alfredo, o 3.º *Concerto para piano e orquestra em Ré, op. 55* e *Pêlo-Mêlo 4. Suite*.

Fixado no Porto e tendo-se entretanto dedicado ao ensino, à Granja volta de novo a 28 de setembro de 1908 para organizar um outro concerto, com a colaboração de Moreira de Sá

e algumas solistas e coro encontrados entre os frequentadores daquela praia que se dedicavam à música e ao canto.

Entretanto em 1906, estando em Lisboa, deu aí concertos que foram muito aplaudidos, vindo a falecer nesta cidade em 1917. O catálogo das suas obras, com pelo menos setenta peças algumas das quais com inovações musicais avançadas para o seu tempo, estará por fazer, tendo algumas delas sido publicadas no Brasil, na casa editora de seu irmão Artur, e também na Alemanha. Em Portugal, entre outros, foram seus editores a Casa Raymundo de Macedo, no Porto.

A 29 de setembro de 2014 o pianista português Artur Pizarro gravou para a etiqueta Hyperion com a Orquestra Nacional de Gales da BBC, dirigida por Martyn Brubbins, para a série discográfica *The Romantic Piano Concerto*, o *Concerto n.º 2 em Mi bemol menor op. 31*, de Alfredo Napoleão, provavelmente escrito em 1886.

Compositor marcado pelo gosto de um Romantismo tardio e de uma *Belle Époque* perdurante, nas suas composições existem sonoridades que estarão certamente para além dessas circunstâncias, e desfrutá-las, ainda que com a curiosidade dos *amateurs*, creio que valerá bem a pena.

Para Eça, a música era como o amor: «juntam-se as imagens e as comparações, tenta explicar-se – mas não se pode dizer o que ela é» (*O Egípto*). As mais das vezes não amamos os nossos músicos porque nem sequer os conhecemos. Por isso trouxemos aqui a evocação de Alfredo Napoleão.

**J. A. Gonçalves Guimarães**

Diretor-adjunto

**Revista de Portugal: Estatuto editorial**

1. A **Revista de Portugal** é o boletim cultural dos Amigos do Solar Condes de Resende – Confraria Queirosiana e a sua publicação tem por objetivos os consignados nos Estatutos da associação nos artigos 3.º e 4.º.
2. A Direção dos ASCR-CQ nomeia o diretor e o conselho editorial, bem assim como o conselho consultivo, de entre os sócios da associação, com exclusão de quaisquer outros, os quais se constituem em Comissão Especial prevista no Art.º 43 dos Estatutos, com o nome de Comissão da Revista, adiante designada por CR.
3. A CR proporá à Direção as condições de edição de cada número, o seu conteúdo e as condições de distribuição, bem assim como quaisquer protocolos a celebrar com terceiros, devendo todos os seus atos serem sancionados por aquele órgão, sob risco de nulidade.
4. A CR deverá dar preferência à colaboração científica, literária e artística dos sócios, tendo em conta os objetivos dos ASCR-CQ e um rigoroso critério de qualidade.
5. A colaboração não solicitada, desde que aceite, será gratuita; a colaboração encomendada será remunerada, de acordo com as propostas da CR e das disponibilidades financeiras dos ASCR-CQ.
6. Os originais entregues (texto e imagens) para publicação deverão ser propriedade integral dos respetivos autores e obedecer aos princípios consignados na Lei dos Direitos de Autor e Direitos Conexos e observar a Norma Bibliográfica Portuguesa, o Acordo Ortográfico, bem assim como a Lei da Imprensa.
7. Os originais devem ser dirigidos aos ASCR-CQ em nome de **Revista de Portugal**, ou ao seu diretor, em CD e impressão em papel, acompanhados de autorização por escrito do autor, autores, ou seu representante, conforme os casos e o contrato celebrado.
8. Todos os originais serão devolvidos aos respetivos autores.
9. A **Revista de Portugal** é gratuita para os sócios e confrades.

**Sumário deste número (n.º 14-2017)**

**Editorial**

|                                                                                                        |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>No centenário de Alfredo Napoleão (1852-1917)</b>                                                   | 3  |
| <i>J. A. Gonçalves Guimarães</i>                                                                       |    |
| <b>Luísa Ey (1854-1936):<br/>aspectos biográficos de uma divulgadora de Eça de Queirós na Alemanha</b> | 7  |
| <i>Susana Moncívio</i>                                                                                 |    |
| <b>O domínio templário de Mogadouro e Penas Roias no século XIII</b>                                   | 23 |
| <i>Paulo Sousa Costa</i>                                                                               |    |
| <b>São Gonçalo de Amarante, o santo que não foi e é.<br/>Contribuição ao estudo de um devocionário</b> | 33 |
| <i>Dagoberto Carvalho Jr.</i>                                                                          |    |
| <b>O «Relicário D. João I» de Filipe José Bandeira, oferecido a Salazar</b>                            | 47 |
| <i>J. A. Gonçalves Guimarães</i>                                                                       |    |
| <b>João Martins Silva Marques: «O mais sintrense dos não sintrenses»</b>                               | 57 |
| <i>José Manuel Gonçalves</i>                                                                           |    |
| <b>Apresentação do livro <i>Trás-os-Montes, O Nordeste</i>, em Mogadouro e em Lisboa</b>               | 68 |
| <i>J. Rentes de Carvalho</i>                                                                           |    |
| <b>Nell Leyshon, <i>Del color de la leche</i>. Prólogo de Valeria Luiselli</b>                         | 75 |
| <i>José António Afonso</i>                                                                             |    |
| <b>Bibliografia 2016 dos ASCR – Confraria Queirosiana</b>                                              | 77 |
| <b>Relatório de Atividades de 2016</b>                                                                 | 86 |



Neste trabalho de Licínio Santos sobre representações da cultura e do lazer do operariado de Gaia, em finais do século XIX e inícios do XX... é bem perceptível essa forte articulação entre o trabalho, a cultura e o lazer que caracteriza a «cultura popular», na perspectiva de Richard Hoggart, e que forma, também, o núcleo central da «cultura operária».

*Gaspar Martins Pereira*



Maria de Fátima Teixeira... traz-nos, com o presente volume, uma larga e fundamentada incursão a esse complexo industrial que foi a Companhia de Fiação de Crestuma, colocando questões e propondo respostas, levantando novas e pertinentes problemáticas, com base numa pesquisa incisiva de fontes documentais... cujos espaços tem calcorreado e conhecerá como poucos.

*Jorge Fernandes Alves*

## Luise Ey (1854-1936): aspetos biográficos de uma divulgadora de Eça de Queirós na Alemanha

**Susana Moncívio**

Investigadora em História da Arte – CITCEM/GHAP

smoncovio@gmail.com

### Introdução

A alemã Louise Friederiche J. Ey (1854-1936), ou simplesmente Luise Ey, consagrou a sua vida à divulgação da língua e da cultura portuguesas no seu país, tendo assumido o lugar de primeira leitora de Português na Universidade de Hamburgo, instituição fundada em abril de 1919 (aprovação da constituição da República de Weimar em agosto de 1919). Como a própria referiu, «*Estudar esta [«Alma portuguesa»] nas suas expressões, nos seus sentimentos, na sua naturalidade, tem sempre sido e ainda é o meu estudo predilecto. [...] Eis o segredo do meu amor a Portugal*» (BOLEO, 1936: 220).



Retrato de Luise Ey. Phot. Moderna, Porto.  
Universidade de Hamburgo.



Retrato de Luise Ey. Ilustração. Lisboa, 1926, 23:40.

A origem desse fascínio remonta ao período em que residiu no Porto, cidade onde se radicou nos anos oitenta do século XIX, pouco depois de se formar, tendo sido professora em colégios e em casas particulares. Nesse período, decidiu desenvolver as suas aptidões artísticas frequentando o curso de Desenho Histórico da Academia Portuense de Belas Artes. Foram determinantes para o seu percurso ulterior a amizade de Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925), sua compatriota e estudiosa da língua portuguesa, casada com Joaquim de Vasconcelos (1849-1936), germanófilo que fez a escolaridade em Hamburgo,

e de Anna Louise Altmann (1846-1919), austríaca, professora particular de línguas e literaturas modernas, esposa de José Joaquim Rodrigues de Freitas (1840-1896), o primeiro deputado republicano pelo Porto.



Retrato de Luise Ey. STRASEN, E. A.; GÂNDARA, Alfredo; 1944c: 377.

Como recorda, em casa dos Vasconcelos assimilou a história, tradições e costumes de Portugal, que passou a considerar a sua «segunda Heimat», e conviveu com as numerosas figuras das artes, das letras e da política que gravitavam no círculo de sociabilidade (EY, 1912). Após o regresso à Alemanha, na década de noventa, continuou atenta aos acontecimentos nacionais, mantendo a correspondência com os amigos, em especial com Carolina Michaëlis, e estabelecendo novos contactos, aderiu ao movimento feminista, publicou artigos sobre Portugal, desenvolveu um projeto editorial de dicionários, gramáticas e guias de conversação, com interesse para o mercado alemão, inglês, português e brasileiro, e efetuou numerosas traduções. Organizou cinco antologias de escritores portugueses contemporâneos para a cole-

ção *Neuere portugiesische Schriftsteller*, que reuniu textos de José Francisco Trindade Coelho (1861-1908), publicada em 1918, de Abílio Manuel Guerra Junqueiro (1850-1923) e de Júlio Dantas (1876-1962), em 1920, de António Correia de Oliveira (1879-1960), em 1922, e de José Maria Eça de Queirós (1845-1900), em 1926.

No que concerne à promoção dos estudos portugueses na Alemanha, a obra de Luise Ey tem sido justamente valorizada por diversos especialistas, incluindo os seus sucessores na instituição académica, Manuel de Paiva Boléo (1904-1992), o primeiro leitor de Língua e Literatura Portuguesa de nacionalidade portuguesa (1931 a 1935), e Maria de Fátima Viegas Figueiredo Brauer, em exercício. Menos ambicioso, o presente estudo tem como objetivo contextualizar a sua passagem por Portugal, o convívio com a sociedade portuense finissecular, entre o positivismo e o nefelibatismo, o envolvimento no movimento feminista, alemão e português, e o seu contributo para a difusão da literatura nacional na Alemanha, em especial da obra de Eça de Queirós, perspectivas caras aos queirosianos e alinhadas com a missão editorial da *Revista de Portugal*<sup>1</sup>.

### As voltas da vida: da Alemanha para Portugal

*Fräulein* Luise Ey nasceu no dia 18 de fevereiro de 1854, em Eylungen, no distrito de Eichsfeld e estado da Turíngia, filha de Eduard Ey, proprietário de terras e produtor de fósforos, e de Friederiche Ey, e faleceu aos 82 anos, a 17 de maio de 1936, em Pinneberg, próximo de Hamburgo. Oriunda de uma família da média burguesia, com uma prole de sete, frequentou o ensino secundário em Clausthal e a Academia de Música de Berlim, onde foi professora de piano, mas também deu aulas particulares de piano e canto. Fez os estudos preparatórios na Escola Normal de Lübeck e

apresentou-se à comissão de exame em 1881, tendo sido aprovada e autorizada a ensinar em escolas médias e superiores de meninas. Exerceu durante dois anos na escola superior Prinzessin-Wilhelm-Stift, um instituto de ensino e de educação para professoras, em Karlsruhe. Depois de uma estadia em Paris, onde deu aulas em casas particulares, em 1883 aceitou o convite da direção para lecionar no Colégio von Hafe, uma escola alemã no Porto (EY, 1912:232-237).



Desenho de Louise Ey (Espinho 30-09-93).  
Universidade de Hamburgo.

Teria 29 anos quando chegou à cidade, tendo apresentado a Carolina Michaëlis de Vasconcelos uma carta de recomendação do dr. Wilhelm Storck (1829-1905), germanista e tradutor das obras de Luís de Camões, com quem esta já se correspondia. Foi admitida como professora de francês na Von Hafe Schule (secção masculina na rua de Cedofeita e a feminina na rua da Torrinha), dirigido por Jacob Edward von Hafe (1829-1908), natural de Hamburgo, e *Frau* Adelaide von Hafe, a qual dirigia a instrução das alunas, que ali aprendiam francês, inglês, italiano, alemão, história, geografia e desenho.

Firmou amizade com a sua compatriota de Berlim, casada desde 1876 com Joaquim de Vasconcelos, professor, crítico e conservador do Museu Industrial e Comercial do Porto (aberto de 1883 a 1899), sendo frequen-

dora assídua da casa na rua de Cedofeita<sup>2</sup>. Embora se falasse quase exclusivamente alemão, todo o ambiente doméstico lembrava Portugal, desde os quadros de paisagens e monumentos arquitetónicos aos livros de autores nacionais nos gabinetes de cada um dos cônjuges e nas escadarias transformadas em biblioteca, tendo ele o «costume bem português de criticar o seu país» (EY, 1912: 232). Na «sala amarela» eram recebidas as visitas, mas na intimidade da «sala azul», a que chamava «Museu», pelos diversos objetos de arte expostos, reuniam-se alguns dos homens e mulheres mais ilustrados da época, e, embora não partilhasse a atividade intelectual da amiga, esse convívio permitiu a Luise Ey aprofundar o conhecimento sobre o país, tornando-se «quasi portuguesa, sem dar por isso» e aqui encontrando a sua segunda «Heimat». Observou a educação de Carlos Joaquim Michaëlis de Vasconcelos (1877-1950), acompanhando mãe e filho nos longos passeios e nas francas correrias, explorando os caminhos de Leça, Matosinhos, Granja, a casa de Veia, em Águas Santas, e gozando estadias nas termas de Vizela, Luso e Bus-saco, experiências que nunca esqueceu: «Nesses tempos conheci todo o encanto da ... vagabundagem» (EY, 1912: 233-238).



Desenho de Louise Ey (Espinho 29-10-93).  
Universidade de Hamburgo.



Desenho de Louise Ey (Grijó, chafariz 21-07-95).  
Universidade de Hamburgo.



Desenho de Louise Ey (Torre da Sé de Évora 03-04-96).  
Universidade de Hamburgo.

Além da docência no Colégio von Hafe, foi professora particular de línguas e de música, e no Colégio Moderno lecionou «ciências e artes, línguas e labores», sensibilizando as suas alunas para a educação profissional no âmbito das artes industriais (VASCONCELOS, 1896a:1), uma orientação matricial no ensino germânico que teve em Joaquim de Vasconcelos um acérrimo defensor, como reiteradamente defendeu em publicações e no associativismo que dirigiu, nomeadamente no âmbito do Centro Artístico Portuense e da Sociedade de Instrução do Porto (MONCÓVIO, 2015, I:172). Mas, enquanto o marido aspirava ao amplo reconhecimento público, chegando a desenvolver um transtorno psíquico (BRAUER, 1985:105), Carolina Michaëlis afirmou-se precocemente como uma referência europeia no mundo das letras e após o casamento prosseguiu os estudos a partir de Portugal, tendo recebido, entre outras honras,

o grau de doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Friburgo (1893) e o grau de Oficial da Ordem de Santiago da Espada conferido por D. Carlos (1901) (DELILLE, 2001: 43).

Luise Ey terá frequentado aulas de escultura com José Joaquim Teixeira Lopes (1837-1918), tendo levado para a Alemanha algumas peças da sua autoria (BOLÉO, 2010:10), um contacto, eventualmente, proporcionado por Joaquim de Vasconcelos, pois acompanhou a instalação da aula de Desenho para operários na Fábrica de Cerâmica das Devesas, Vila Nova de Gaia, da qual Teixeira Lopes era sócio e responsável pelo ensino artístico (a Escola de Desenho Industrial Passos Manuel surge em 1884). Mas, aos 35 anos, esta professora decidiu frequentar o curso de Desenho Histórico da Academia Portuense de Belas Artes. Matriculou-se em 1889, foi aluna de João Marques da Silva Oliveira (1853-1927) e colega, entre outros, de Emília Teixeira Lopes

(1865-1952), que frequentou as aulas de Desenho Histórico (1887 a 1889), e de José Joaquim Teixeira Lopes Júnior (1872-1919), aluno de Desenho, Escultura e Arquitetura (1885 a 1892). Aprovada nos exames de 1.º e de 2.º ano, em 1890 solicitou a admissão ao 3.º ano de Desenho e ao 1.º ano de Escultura.

Os estudos realizados nesse período surgiram na primeira Exposição de Trabalhos Escolares, em 1891: «Desenho de figura por estampa e desenho de cabeça de gesso, considerada digna de elogio com 16 valores, provas do 1.º ano, 1890» (CATALOGO, 1891: 4), ombreando com os de Alice Amália da Silva Grilo (1870-1945), de Alberto Carlos de Sousa Pinto (1861-1928), de Abel Cardoso (1877-1964) e de muitos outros jovens artistas em formação. Na segunda Exposição de Trabalhos Escolares, em 1892, apresentou dois estudos de 3.º ano: «Desenho de tronco [peça anatómica], cópia de gesso e cópia de uma academia desenhada [figura humana], aprovada com 15 valores», surgindo entre os alunos «que obtiveram valores importantes no terceiro trimestre do anno lectivo de 1890 a 1891», com seis estudos, com os quais obteve 14 valores (CATALOGO, 1892: 5, 9).

Por cortesia da professora Maria de Fátima Brauer, ilustramos este artigo com desenhos de Luise Ey, pertencentes ao conjunto documental legado à Universidade de Hamburgo, os quais evidenciam a cronologia e a amplitude geográfica das digressões efetuadas em Portugal, captando aspetos dos moinhos, em Espinho, um dos quais com uma *collage*, uma flor campestre seca entre as folhas, do mosteiro de Grijó e da sé de Évora <sup>3</sup>.

### **A vida às voltas: de Portugal para a Alemanha**

Em 1896 Luise Ey regressou à Alemanha para «matar saudades», e por lá ficou. Como refere mais tarde na correspondência com

Trindade Coelho (1902), no Porto não tinha a noção do que se passava no mundo, no entanto, Portugal representou «o capítulo mais comprido e depois do de Berlim, mais belo da minha vida» (BRAUER, 1985: 99-104).

Nesse ano, Berlim acolheu a *German Berliner Gewerbaustellung*, mostra da indústria nacional, e a *Internationale Kunst-Ausstellung Berlin*, comemorando o centenário da Academia de Belas Artes de Berlim (1696-1896), que atraiu um painel de artistas portugueses, dos quais destacamos os pintores José Malhoa, António Ramalho, Carlos Reis, Júlio Ramos, Júlio Costa, Greno, Luciano Freire, Veloso Salgado, Roque Gameiro, e o escultor António Teixeira Lopes (ARTHUR, 1896). Salientamos que o quadro de Columbano Bordalo Pinheiro, «Retrato do ator Rosa», ilustrou o catálogo oficial da 1896 [il. 58, p. 324]. E, em setembro, decorreu na *Rathaus* o Congresso Internacional Feminista (dias 19-26), que reuniu participantes de catorze nacionalidades, cujas comunicações (96) versaram temas de interesse comum: a instrução, a saúde, o trabalho, a prostituição, entre outros.

No dia 20 Luise Ey apresentou a sua *Memória acerca da Mulher Portuguesa*. Participou a título particular, e não em representação do movimento feminista nacional, mais ativo em Lisboa, sobretudo através das oradoras republicanas, mas a sua exposição não foi bem acolhida pela opinião pública portuguesa. Não sendo um relatório formal, a verdade é que a intervenção desta «estrangeira» se baseou em elementos estatísticos oficiais, cotejou os trabalhos de Rodrigues de Freitas, nomeadamente o capítulo relativo a Portugal inserido na obra *The woman question in Europe*, do americano Theodore Stanton (1851-1925), publicado em Londres, em 1884, que revela o nível de analfabetismo no censo de 1878 e aborda o ingresso das mulheres no ensino superior e nos estabelecimentos artísticos (FREITAS, 1884:354-363), os de D. António da Costa

(1824-1892) e os opúsculos feministas distribuídos no Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano (1892) (BRAUER, 1985:101; ALVIM, 2006: 72-74). Por outro lado, não menos importante, a comunicação refletia a sua própria experiência como professora, aludia à sua passagem pelo estabelecimento de Belas Artes, confessando-se grata «por [Portugal] lhe ter bizarramente concedido licença de estudar na Academia Portuense, apesar de estrangeira», mas também a influência do pensamento crítico de Carolina Michaëlis e de Joaquim de Vasconcelos, com quem terá debatido temas e fontes (VASCONCELLOS, 1896e (V):1) <sup>4</sup>.

O convite oficial teria sido dirigido a Carolina Michaëlis pela amiga de longa data, do círculo de Berlim, Helene Lange (1848-1930), influente no processo de criação dos primeiros liceus e na formação de professoras, além de fundadora e dirigente da Federação das Associações de Mulheres Alemãs, a *Bund Deutscher Frauenvereine* / Liga Alemã (DELILLE, 1985: 240; BOLEO, 2010: 17-18). Pelo que, perante a polémica gerada, Carolina esclarece no jornal *O Comércio do Porto* (19-27 de novembro de 1896) o teor das sessões, procurando apaziguar os pais e as alunas dos colégios onde a professora exercia, além de sugerir aos seus críticos a reparação no congresso seguinte, em Bruxelas (VASCONCELLOS, 1896a-d:1) <sup>5</sup>.

Todavia, o encontro berlinense favoreceu a partilha das perspetivas nacionais e fomentou a criação da Associação Universal de Feministas Alemãs, uma organização que desempenhou um papel ativo na fundação de instituições de ensino e de apoio legal às mulheres, à qual Luise Ey se juntou. Mais tarde, Carolina Michaëlis redigiu *O movimento feminista em Portugal*, um contributo para o livro que Helene Lange elaborou em parceria com Gertrudes Bäumer, *O manual do movimento feminista*, publicado na Alemanha em

1901, no qual tece diversas considerações sobre a situação da mulher portuguesa e dos papéis assumidos, que, aos olhos dos estrangeiros, se traduzia pela expressão «Em Portugal, o homem é mulher, e a mulher é criança», bem como os contributos desenvolvidos, individual e coletivamente, para a melhoria da sua condição (VASCONCELLOS, 2002: 31). Entre as evocadas, surge a escritora e professora Isabel Leite, ou Isabel Leite Pereira da Silva (1862-1899), uma colaboradora da *Revista de Portugal* (1889-1892), fundada e dirigida por Eça de Queirós, irmã de Duarte Leite Pereira da Silva (1864-1950) (MATOS, 2008, II: 76) <sup>6</sup>.

Independentemente de ter sido a reação negativa à sua palestra no congresso feminista a determinar o seu retorno definitivo à Alemanha, certo é que a partir de então o proselitismo do português surge como a sua missão «*Lebensaufgabe*» (BOLEO, 1936: 218).

Manteve correspondência com José Francisco Trindade Coelho, pedagogo republicano que integrava o círculo de Carolina Michaëlis, entre 1902 e 1908. Apesar de não dominar o idioma, ser vários anos mais novo, casado e com um filho, Henrique Trindade Coelho (1885-1934), consolidaram uma amizade assente nos interesses mútuos, empatia e uma crescente afetividade, à qual acrescia a expectativa de um encontro. Trocaram ideias sobre diversos assuntos, incluindo opiniões sobre as respetivas produções, como os livros de fábulas (1902), o *Primeiro*, o *Segundo* e o *Terceiro livro de leitura* (1903-1904), o *Taschenwörterbuch der portugiesischen und deutschen Sprache* (1904) e os projetos que deram origem a *Pão Nosso*, *Educação Cívica e Moral* e *Direito Usual* (MOUTINHO, 1986: 45-50). Em 1903, publicou no *Centralblatt des Bundes deutscher Frauenvereine*, boletim do movimento feminista alemão, o artigo *Frauen und Friedensfragen* / Mulheres e Paz (CAMPOS, 2005: 156), confirmando o compromisso com uma causa que mobilizava igualmente numerosas mulhe-

res portuguesas, e na qual Carolina Michaëlis de Vasconcelos surge de forma recorrente, como interlocutora, facilitadora e ativista.

### O proselitismo do português e da obra de Eça de Queirós

Sabemos que Luise Ey foi registando em diário a sua vivência no Porto, tendo a irmã providenciado a publicação de algumas dessas notas numa revista alemã, sob o título «Impressões de Portugal» (BRAUER, 1985:102). Já instalada em Hamburgo, enviou um artigo sobre as praias e as termas portuguesas para um jornal local de grande tiragem, o qual suscitou a curiosidade do redator e determinou o destino de férias da sua família ao «Jardim da Europa». Mais tarde seriam os seus alunos da Universidade de Hamburgo a descobrir o território português e as suas instituições, fazendo crescer o mercado para os seus guias turísticos, as gramáticas e os dicionários de português-alemão/alemão-português.

Embora integre a longa lista de compatriotas que se dedicaram ao estudo da língua e da literatura lusas ela foi a impulsora da institucionalização dos estudos portugueses na Alemanha. Apreendemos a dimensão desse feito através das palavras do jornalista Arnold Höriegel, que, nos anos trinta, e a propósito da obra de Eça de Queirós e da barreira linguística que constrangia o seu reconhecimento literário, afirmava que «Portugal, o mais europeu dos países europeus ... ficou escondido» (STRASEN; GÂNDARA, 1944a: 357).

Se pensarmos em Luís de Camões, verificamos que os trabalhos dos irmãos August Wilhelm Schlegel (1767-1845) e Friedrich Schlegel (1772-1829) se afirmaram como uma referência no final do século XVIII e constituíram um estímulo para os estudos camonianos oitocentistas. No âmbito do movimento europeu dos centenários dos «Grandes Homens», surgiram os trabalhos de Wilhelm Storck (1829-

-1905), que durante décadas biografou, estudou e traduziu diversos autores portugueses, destacando-se a obra completa *Luiz de Camoens. Sämtliche Gedichte, zum ersten Male deutsch*, publicada entre 1880 (tricentenário) e 1885 (6 volumes), e a biografia do poeta, traduzida para português por Carolina Michaëlis de Vasconcelos (BRIESEMEISTER, 2003: 51; STRASEN; GÂNDARA, 1944d: 368).

No que concerne ao interesse dos alemães pela obra queirosiana, a historiografia identifica a adaptação livre de *O primo Basílio*, por Conrad Alberti / Konrad Sittenberg (1862-1918), intitulada *Eine wie Tausend / Uma entre mil* e publicada em 1880, como a manifestação mais precocemente. Ainda que sob uma versão aligeirada, com germanização dos nomes e dos lugares, obedecendo a critérios comerciais, a popularidade alcançada justificou as reedições seguintes (1889, 1892, 1902), embora apenas a primeira refira a origem numa tradução de Henriette Michaëlis, revista por sua irmã, Carolina (DELILLE, 2002: 192)<sup>7</sup>.



*Stadt und Gebirg*, 1903. Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Em carta de 1898, Carolina Michaëlis sugere a Luise Ey efetuar a tradução de obras de autores portugueses e refere «possuir autorização do próprio Eça de Queirós para traduzir todas as suas obras e com gosto transmite à amiga essa autorização» (DELILLE, 2002:193). Sabemos que o cônsul esteve no Porto em 1890, podendo ter sido abordado esse tema aquando do encontro com Joaquim de Vasconcelos e Antero de Quental, então hospedado na casa de Cedofeita (MATOS, 2008, II: 38). Assim, depois de surgir na revista *Aus fremden Zungen*, foi publicada em 1903 a primeira tradução de *A Cidade e as Serras*, com o título *Stadt und Gebirg, roman von José Maria Eça de Queiroz, aus dem Portugiesischen übersetzt von Luise Ey*, integrando a coleção *Meisterwerke der ausländischen Erzähllitteratur*, pela Deutsche-Verlags-Anstalt de Stuttgart e Leipzig. O conhecimento dos costumes nacionais e a sua sensibilidade à língua favoreceram uma tradução mais próxima e fiel ao texto do autor, dando «expressão alemã à riqueza semântica e estilística da matriz», além de incluir uma síntese da vida e obra do escritor, no prefácio, e notas explicativas ao longo da narrativa (DELILLE, 2002: 194). Em Portugal houve quem seguisse esse acontecimento, fazendo incluir uma nota sobre o sucesso do «José Maria» na revista humorística *Paródia* (n.º 30, 1903) (CAL, 1976: 542; ANÓNIMO, 1903: 3).

No ano seguinte surgiu *Taschenwörterbuch der portugiesischen und deutschen Sprache* (1904), um dicionário de alemão-português segundo o sistema fonético do método Tous-saint-Langenscheidt, e, em 1909, o volume português-alemão (GÄRTNER, 2009: 156).

Em 1905 regressou a Portugal, e aqui permaneceu até finais de 1906. Nesse período retomou o convívio com o casal Vasconcelos, publicou a tradução do poema *An Portugal / Meu Portugal, meu berço de inocência*, *Prolog zu «D. Jayme» von Thomaz Ribeiro (1831-1901)*, assinalando a visita do impera-

dor alemão Guilherme II ao país, em 1905, que assim retribuía a visita de D. Carlos à Alemanha, em 1895, movimentações do xadrez diplomático em torno da questão colonial nos territórios africanos (COSTA, 2003: 105; BOLÉO, 2010: 14). Concebeu em parceria com Luísa de Freitas (Anna Louise Altmann) uma edição revista e muito aumentada da *Chave da Gramática Alemã*, de Emilio Otto, José Prevot (1906), publicada com prefácio de Carolina de Michaëlis (DELILLE, 1997: 243-244).

Ainda em 1906, conheceu finalmente Trindade Coelho, mas o encontro em Espinho e depois em Lisboa revelou-se constrangedor e inibiu a comunicação posterior. A intimidade que os envolvia nas missivas chocava agora com os códigos sociais que regiam a esfera pública (BRAUER, 1985:106-108). A situação do país não foi favorável ao seu posicionamento intelectual e político, fatores que levaram Trindade Coelho a integrar o rosário de suicídios que marcaram o mundo das artes e das letras nesse período, dos quais lembramos Soares dos Reis (1889), Júlio Cesar Machado (1890), Camilo Castelo Branco (1890) ou Antero de Quental (1891). Faleceu em 1908, meses após o regicídio, e em 1910 surgiu *Auto-biographia e Cartas*, com prefácio de Carolina Michaëlis, seguido dos elementos biográficos fornecidos à alemã pelo «Transmontano. Pequenininho, mas tesinho. Alegre como uma romaria» (1902), e as cartas dirigidas a Gomes Leal, José Pessanha, Afonso Lopes Vieira, Carolina Michaëlis, António Correia de Oliveira, entre outros, selecionadas pelo filho (COELHO, 1910: 31).

Foi eleita sócia correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa (1906). Nessa instituição decorreu a conferência de Olga Morais Sarmiento da Silveira (1881-1948), presidente da Secção Feminista da Liga Portuguesa da Paz, intitulada *Problema feminista*, como forma de assinalar o aniversário das convenções de Haia (publicada em 1906). A

Liga Portuguesa da Paz foi criada em 1899, agregando republicanas e monárquicas sob direção de Alice Pestana, mas, com a criação da Seção Feminista, em 1906, presidida por Olga Morais Sarmiento, a associação vinculou-se ao movimento feminista<sup>8</sup>.



*Histórias escolhidas. Para as crianças*, 1907; Biblioteca Nacional de Portugal.

Por sua vez, Ana de Castro Osório (1872-1935) republicana, autora de *As mulheres portuguesas* (1905), considerado o primeiro manifesto feminista publicado em Portugal, foi iniciada na maçonaria (1907) e surge a liderar o Grupo Português de Estudos Feministas (1907), organização que dá origem, no ano seguinte, à Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, uma associação feminista e politizada, legalizado em 1909, dirigida com o apoio de António José de Almeida, Bernardino Machado e Magalhães Lima. Cofundou a Associação de Propaganda Feminista (1911),

emigrou para São Paulo (1911-1914) mas retomou o ativismo em defesa do sufrágismo (ESTEVES, 1991:16; ESTEVES, 1998:186).

Embora o interesse pelo movimento feminista surja como uma motivação plausível, o encontro entre Luise Ey e esta pioneira da literatura infantil, que em 1895 iniciou a coleção Biblioteca Portuguesa para Crianças (até 1914), e criou a Livraria Editora «Para as Crianças», materializa-se num projeto editorial publicado em 1907. Além dos contos tradicionais portugueses, Ana de Castro Osório incluiu na coleção os contos tradicionais europeus (irmãos Grimm, Christian Andresen e outros), domínio em que recebeu a colaboração de Luise Ey. Assim, o volume *Histórias escolhidas* surge com os contos de A. Eichelmann, Maria Ebner Eschenbach e Hans Reichell vertidos do alemão, capa de Leal da Câmara (1876-1948) e ilustração de Hebe Gonçalves (1890-1975) e Raquel Roque Gameiro (1889-1970). Nesse ano, a escritora dedicou à tradutora um espaço na rubrica «Galeria Feminina», no periódico *Vanguarda* (16 e 18 de março de 1907), exaltando o seu percurso de mulher independente.

No regresso à Alemanha, introduziu os livros de leitura de Trindade Coelho nos programas escolares dos estabelecimentos onde lecionou: a Escola Complementar de Comércio de Hamburgo / *Staatliche Fortbildungs-Schule* (1908) e o Instituto Colonial, uma instituição criada em 1909 e que esteve na origem da Universidade de Hamburgo, fundada em 1919 (COELHO, 1910: 6). Em 1908 publicou um artigo sobre António Nobre (1867-1900) na revista *Aus fremden Zungen* (CAMPOS, 2005:156). Nesse ano, tomou a *Kleine Portugiesische Sprachlehre*, de Gustav Carl Kordgien (1883), atualizou as notações relativas à pronúncia, indo colher ensinamento na obra de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1840-1914) *Portugais, phonétique et phonologie, morphologie, textes* (1903), e à Asso-

ciation Phonétique Internationale, e assumiu a autoria da 4.<sup>a</sup> edição revista e ampliada <sup>9</sup>.

Como vimos, em 1909 publicou o volume português-alemão do seu dicionário *Taschenwörterbuch der portugiesischen und deutschen Sprache*, e, em 1910, a *Neue Portugiesische Konversations-Grammatik*, ainda pela Julius Groos, de Heidelberg. A pioneira dos estudos portugueses na Alemanha conseguiu produzir dois manuais, um para principiantes e outro para avançados, que, melhorados por Fritz Kruger, se tornaram uma referência no ensino, incluindo no nível universitário (GRÄTNER, 2009:170). A gramática foi bem recebida nos dois países e suscitou a sua adaptação à língua inglesa, com *Portuguese Conversation-Grammar* (1912 e em 1922), com a chancela do mesmo editor. Esse trabalho surgiu após a reforma ortográfica promovida pelo regime republicano (1911), e foi desenvolvido com a colaboração de Gonçalves Viana, revisor do sistema fonético, assimilando vocábulos do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo, e as lições do *Primeiro*, *Segundo* e *Terceiro* livros de leitura de Trindade Coelho (EY, 1912; EY, 1922).

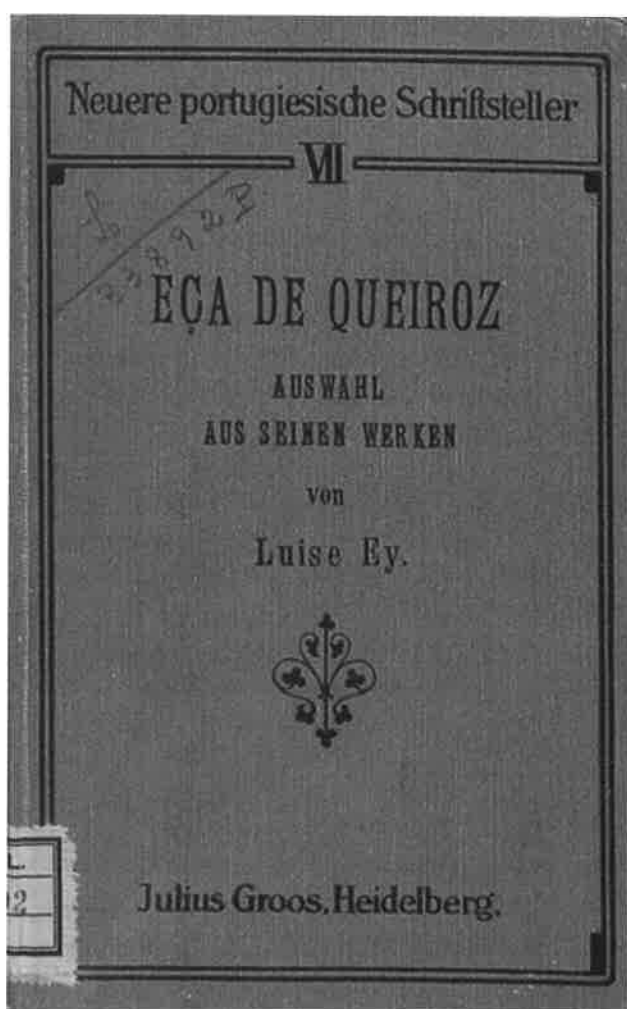
Em 1911 recebeu a jornalista Luísa de Albuquerque no seu chalé de Pinneberg, nos arredores de Hamburgo (residia próximo da universidade), e a entrevista decorreu num ambiente dominado pelos principais autores portugueses e decorado com elementos nacionais (publicada no *Jornal do Comércio*, 02-04-1923) (BOLEO, 2010: 14). Nesse ano, o governo da Primeira República nomeou Carolina de Michaëlis professora de Filologia Germânica na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, mas transitou para a universidade de Coimbra, sendo a primeira mulher a lecionar na instituição, onde ministrou as cadeiras de Filologia Românica e Filologia Portuguesa, cursos de língua e Literatura Alemã e Filologia Alemã, entre 1912 e 1925 (DELILLE, 1985: 236; SOUSA, 1985: 164).

Apesar dos problemas inerentes ao conflito bélico que agitava a Europa, e os financeiros, pelo bloqueio dos seus depósitos nos bancos portugueses, recebeu da editora Julius Groos, de Heidelberg, a proposta de organizar uma antologia luso-brasileira de autores modernos (24 volumes), mas o projeto prosseguiu após a guerra de forma menos ambiciosa. Assim, entre 1918 e 1926 foram publicados cinco volumes monográficos dedicados a escritores portugueses na coleção *Neuere portugiesische Schriftsteller*, contribuindo para ampliar o conhecimento da língua e da moderna literatura portuguesa na Alemanha. O processo de seleção dos autores e das respetivas obras foi conduzido pela autora, aconselhada por Carolina Michaëlis, tendo Trindade Coelho declinado «a responsabilidade da escolha, por se tratar de camaradas. Nem atreverei a traçar o perfil literário, pelo mesmo motivo» (carta de 1902) (MOUTINHO, 1986: 46).

O primeiro, dedicado a José Francisco Trindade Coelho (1861-1908), surgiu em 1918, o segundo, sobre Abílio Manuel Guerra Junqueiro (1850-1923), com excertos selecionados: *A Velhice do Padre Eterno*, *Finis Patriae*, *Os Simples*, *Oração ao Pão*, *Oração à Luz*, introdução e notas explicativas, intitulado *Guerra Junqueiro. Auswahl aus seinen Werken mit erklärenden Anmerkungen und einigen deutschen Nachdichtungen sowie einer Einleitung, von Luise Ey*, e o terceiro, com textos de Júlio Dantas (1876-1962), foram ambos publicados em 1920, e o de António Correia de Oliveira (1879-1960), em 1922 <sup>10</sup>.

Com a instituição da Universidade de Hamburgo, em 1919, assumiu o lugar de leitora de Português, que desempenhou até 1923. Por essa mesma posição passaram Manuel Paiva Boléo, o primeiro leitor de nacionalidade portuguesa (entre 1929 e 1935), e, entre outros, Eduardo Lourenço (n. 1923), nos anos cinquenta, João Barrento (n. 1940), nos anos sessenta, e Maria de Fátima Figueiredo-

-Brauer, dos anos setenta até à atualidade <sup>11</sup>. Nesse período de regresso à ordem após a I Grande Guerra, Luise Ey foi distinguida pelo estado português com o grau de comendador da Ordem Militar de Santiago da Espada (decreto de 18 de maio de 1922), distinção atribuída por mérito científico, literário e artístico. Data desse ano a correspondência com Antero de Figueiredo (1866-1953), escritor igualmente do círculo dos Vasconcelos, que lhe envia alguns dos seus livros.



*Eça de Queiroz auswahl aus seinen werken*, 1926; Biblioteca Nacional de Portugal.

Luise Ey contava 72 anos quando foi publicado o quinto e último volume da série *Neuere portugiesische Schriftsteller* (VII), dedicado a Eça de Queirós (1926). O processo de seleção tinha iniciado anos antes, com o acompanhamento de Carolina Michaëlis (falecida em 1925),

sabendo-se que *O Primo Basílio* e o *Crime do Padre Amaro* feriam a sensibilidade da tradutora, tendo sido também aconselhada a não incluir *A Relíquia* <sup>12</sup>.

O livro intitulado *Eça de Queiroz. Auswahl aus seinen Werken von Luise Ey* contém os extratos selecionados de *A Ilustre Casa de Ramires*, *A Cidade e as Serras*, *A Correspondência de Fradique Mendes* e *Prosas Bárbaras*; o conto *Adão e Eva no Paraíso / Adam und Eva im Paradies*, em tradução integral, acrescentado com textos de António Cândido (1850-1922) e Agostinho de Campos (1870-1944) sobre Eça de Queirós. Foi ilustrado com desenhos de António Carneiro (datados de 1918), a partir de dois retratos do escritor, um de 1880 e outro de 1899, e um desenho que reproduz o monumento inaugurado em Lisboa, *A Verdade*, em 1903, da autoria do escultor António Teixeira Lopes (1866-1942). No prefácio, a organizadora da edição reforça o apreço geral pela obra do escritor, em especial por *As Cidade e as Serras*, identificando-se com o que designa por «patriotismo queirosiano» (CAL, 1975, I: 589; DELILLE, 2002: 196).

Na impossibilidade de auscultar toda a imprensa, citamos a nota de reconhecimento pelo seu contributo para a difusão da língua e da literatura nacional incluída na revista *Ilustração*, em 1926 (ANONIMO, 1926: 40). O seu sucessor na academia, Manuel Boléo, com quem conviveu entre 1931 e 1936, providenciou a publicação das impressões de uma viagem de comboio entre o Porto e Vigo, no *Korrespondenza Frauenpresse* (25-07-1933), de Berlim, que em Portugal surgiram no *Diário de Notícias* (18-02-1934), com o título «Portugal na Alemanha. Quadros da paisagem e da cultura portuguesa» (BOLEO; 2010: 21).

Em 1934, pelo seu 80.º aniversário, os amigos e companheiras do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas intercederam junto do ministro das Finanças para que fosse

reembolsada das poupanças apreendidas pelo governo português, tanto mais que recebia na Alemanha apenas uma pensão de sobrevivência, por ter ultrapassado a idade legalmente prevista para obter a reforma quando iniciou a carreira universitária. Neste processo interveio o professor Boléo, que lembrou junto de Luís Simões Raposo, da Junta de Educação Nacional, Henrique Galvão, da Sociedade de Geografia de Lisboa, e Henrique Trindade Coelho, então diplomata em Roma, os serviços prestados por Luise Ey (BOLEO, 2010:14).

Participou na criação do Instituto de Educação para nacionais e estrangeiras, foi membro da Associação Geral das Escritoras da Alemanha, sediada em Berlim, da Associação Feminina Alemã, da Sociedade de Estudo das Literaturas Românicas, de Dresden, membro honorário da Sociedade de Estudos Portugueses, de Paris, sócia correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa. Os seus trabalhos didáticos tiveram o reconhecimento de filólogos portugueses, como José Joaquim Nunes e Manuel de Paiva Boléo, pelo que, em 1935, o estado português distinguiu-a com o grau de comendador da Ordem de Instrução Pública.

Faleceu no dia 17 de maio de 1936, aos 82 anos, no hospital de Pinneberg, arredores de Hamburgo. Após a sua morte, a nora de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Ana Lina Minna Gertrudes Lautensach, interessou-se pela correspondência havida entre ambas, mas Anna Ey, cumprindo o testamento da irmã, tinha já entregado o seu espólio científico e artístico, biblioteca e documentos particulares à Universidade de Hamburgo, Centro de Cultura Portuguesa e Brasileira (BOLEO, 1936: 220). Esta instituição criou um seminário de Línguas Românicas, dirigido por Fritz Krüger, e uma «sala Luise Ey» (BRAUER, 1985: 90-91).

Apar de Carolina Michaëlis, fundadora da germanística em Portugal, Luise Ey situa-se entre as personalidades estrangeiras que mais

contribuíram para a difusão da língua, da literatura e da cultura portuguesas na Alemanha, no primeiro quartel do século XX, sendo reconhecido que no seu longo magistério perseverou em «ligar por laços intelectuais e de simpatia [a minha segunda Pátria] à minha Pátria de nascimento» (BOLEO, 1936: 219).

## Notas

<sup>1</sup> O nome de Luise Ey apresenta-se também com as grafias Louise e Luiza.

O incipiente domínio da língua alemã, remanescente do módulo de iniciação frequentado no Goethe Institut, Porto, nos anos noventa do século passado, constituiu um constrangimento no acesso a bibliografia específica, no entanto, procurámos que este estudo fosse representativo das sucessivas fases e distintas dimensões do percurso biográfico de Luise Ey e da sua produção bibliográfica (sugere-se consulta da base de dados da Biblioteca Nacional de Portugal, *Katalog der Deutschen Nationalbibliothek*), Biblioteca da Universidade de Coimbra, Biblioteca Municipal do Porto e Biblioteca Municipal de Lisboa).

Agradecemos à senhora professora Maria de Fátima Viegas Figueiredo Brauer, docente na Universidade de Hamburgo, a partilha de elementos iconográficos legados por Luise Ey à instituição, designadamente as fotografias e os desenhos que aqui publicamos (dos seis que nos enviou) executados durante as digressões em Portugal. Esse espólio contém ainda o diário pessoal, a correspondência com Trindade Coelho (cerca de 75 cartas), Júlio Dantas e António Correia de Oliveira, a que trocou com Carolina Michaëlis e com a família, mãe, pai e irmãs, Anna e Natalie. Cf. BOLEO, 1937: 218-220; BRAUER, 1985: 92.

<sup>2</sup> Data da década de setenta a correspondência de Carolina Michaëlis com os envolvidos na designada Questão Coimbrã, Joaquim de Vasconcelos, Teófilo Braga, Adolfo Coelho e outros intelectuais da época. Desse contacto resultou o seu casamento, aos 25 anos, com Joaquim de Vasconcelos, em 1876, fixando residência no Porto.

<sup>3</sup> Recebemos da professora Maria de Fátima Viegas Figueiredo Brauer seis desenhos de Luise Ey, que registam os moinhos em Espinho, datados de 30-09-1893 e 29-10-1893, o chafariz do mosteiro de Grijó, de 21-07-1895, a vista geral da praça de Vila Viçosa (com pormenor de janela), os telhados em Estremoz, de 03-04-1896,

e a torre da sé de Évora, datado de 03-04-1896 (sexta-feira Santa), dos quais selecionamos estes quatro.

<sup>4</sup> Pouco depois de se instalar no Porto, Carolina Michaëlis inicia publicações sobre a instrução. Em 1877, escreve – *A cartilha portuguesa e em especial a do sr. João de Deus*, na revista *O Ensino*, do Colégio Portuense, onde Joaquim de Vasconcelos e Rodrigues de Freitas lecionavam. O painel de colaboradores e os temas desenvolvidos nesse periódico permitem aferir a sintonia entre as teorias pedagógicas de vanguarda e o pensamento dos responsáveis pela instituição fundada em 1876, Patrício Teodoro Alvares Ferreira (1846-1932), formado pela Escola Normal de Lisboa, e José Leite de Magalhães (MONCÓVIO, 2015, I: 91; II: 78).

<sup>5</sup> As associações alemãs de defesa dos direitos civis das mulheres já se encontravam organizadas sob uma estrutura nacional: a Bund Deutscher Frauenvereine, fundada em 1894 (declina com a ascensão do III Reich, em 1933), e ligada à International Council of Women, fundada em 1888, em Washington, presidida então pela ativista Lady Alberdeen, Isabel Maria Hamilton-Gordon (1857-1939), marquesa de Aberdeen e Temair.

<sup>6</sup> O texto de Carolina Michaëlis foi publicado em *O Primeiro de Janeiro* (entre 11 e 18 de setembro de 1902), traduzido do original (alemão) e anotado por Duarte Leite; surgiu depois em 2002 com organização e notas de Luís Carlos Patraquim. Ambos os documentos foram consultados.

A identidade de Isabel Leite e a relação de parentesco e Duarte Leite foram indicadas por Campos Matos (2008), mas essa figura foi também por nós estudada, no âmbito da atividade artística amadora no Porto, em 2009.

<sup>7</sup> Para aprofundar este assunto, sugere-se a consulta da obra de Ernesto Guerra da Cal, 1975, 5 volumes.

<sup>8</sup> Na primeira década do século XX, Carolina Michaëlis apresentou Olga Morais Sarmento da Silveira a Mrs. Sanford, uma canadiana que se encontrava em «viagem de propaganda, a fim de tentar a formação de um Conselho Nacional de Mulheres Portuguesas», uma aspiração que se concretizou apenas em 1914, quando surgiu o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (ativo até 1947), uma ramificação do International Council of Women, presidido pela condessa de Aberdeen, sob a égide da feminista Adelaide Cabete (1867-1935) e com o empenho do republicano Magalhães Lima. Sobre o movimento feminista em Portugal, protagonistas, motivações e as diversas associações criadas, consultar os diversos trabalhos de João Esteves.

<sup>9</sup> Sobre o método de descrição da pronúncia portuguesa desenvolvido por Luise Ey nos dois manuais *Kleine*

*Portugiesische Sprachlehre e Neue Portugiesische Konversations-Grammatik*, e nas edições posteriores à sua morte (1936), realizadas por Fritz Krüger, consultar o estudo de GÄRTNER, 2009: 157-170.

<sup>10</sup> A Biblioteca Pública Municipal do Porto possui uma separata do volume de Guerra Junqueiro com dedicação da autora. São-lhe imputados os trabalhos: prefácio e tradução da obra poética de Guerra Junqueiro, de *Paço de Veiros*, *A Severa*, *Rosas de Todo o Ano* e *A Ceia dos Cardeais* de Júlio Dantas (esta foi representada na Alemanha), *Os Meus Amores*, de Trindade Coelho, obras de Almeida Garrett, António Correia de Oliveira, Tomás Ribeiro, Sousa Costa. Em parceria com Curt Meyer-Clason, traduziu extratos de *A Cidade e as Serras*, de Eça de Queirós, o *Paço de Sintra*, do conde de Sabugosa, e um resumo de *A Vida do Duque de Palmela*, de Maria Amália Vaz de Carvalho (BOLEO, 2010: 15).

<sup>11</sup> UNIVERSITÄT Hamburg, Centro de Língua Portuguesa – Camões na Universidade de Hamburgo. Histórico. Disponível em <<http://www.clpic.uni-hamburg.de>> (acesso em 01-03-2017).

<sup>12</sup> Extravassando o âmbito deste estudo, avançamos que *A Relíquia* teve uma tradução integral em alemão em 1918, *Die Reliquie*, por Ricard A. Bremann, livro publicado pela editora Kurt Wolff de Leipzig, com uma dedicatória a Alberto de Oliveira, então cônsul-geral de Portugal em Berlim, e um posfácio que exalta a criação literária de Eça de Queirós. Foi reeditado em 1951, sendo a primeira obra queirosiana a ser publicada após 1945, a que se sucederam várias outras. *O Crime do Padre Amaro* teve uma tradução em alemão em 1930, *Das Verbrechen des Paters Amaro*, por Gerhart Pohl (1902-1966), publicado pela editora berlinense Universum-Bücherei für Alle, que respeitou a autoria, enaltecendo o significado nacional e universal da obra de Eça de Queirós, conservou nomes, designações, estrutura, mas reduziu substancialmente o corpo do texto. Cf. (DELILLE, 2002: 197-200).

## Bibliografia e fontes

- ALVIM, Maria Helena Villas-Boas e (2006), *Em busca da história das mulheres*. Lisboa: Livros Horizonte.
- ANDRADE, Miranda de (1953), *Eça de Queirós e a «Revista de Portugal»*. Lisboa: Edição de Álvaro Pinto (Revista «Ocidente»).
- ANÓNIMO (1903), *Paródia. Comédia Portuguesa*. Lisboa. 1.º Ano, n.º 30 (6-08), p. 3.
- ANÓNIMO (1906), *Congresso de Medicina. «Portugal-Brasil»*. Lisboa. N.º 175, p. 101.

- ANÓNIMO (1907), *O feminismo no estrangeiro: A mulher na Alemanha*. «Alma Feminina». Lisboa. 1.º Ano, n.º 15, p. 117.
- ANÓNIMO (1908), *Actualidades: Novos académicos*. «Serões». Lisboa. 2.ª Série, volume VI, n.º 36, p. 445.
- ANÓNIMO (1926), *Estrangeiros amigos das nossas letras: Luísa Ey*. «Ilustração». Lisboa. 1.º Ano, n.º 23, p. 40.
- ARQUIVO da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto – *Processo do aluno: Louise F. J. Ey* [1889-1890, 3 fls.]
- ARQUIVO Histórico da Presidência da República – *Ordem da Instrução Pública*. Processos de cidadãos estrangeiros. Luísa Ey. Decreto de Concessão do Grau de Comendador, de 26 de janeiro de 1935. Disponível em: <<http://www.ordens.presidencia.pt>> (acesso em julho de 2017).
- ARQUIVO Histórico da Presidência da República – *Ordem Militar de Santiago da Espada*. Processos de cidadãos estrangeiros. Luísa Ey (cidadã alemã, professora da universidade de Hamburgo). Decreto de Concessão com o Grau de Comendador, de 18 de maio de 1922. Disponível em: <<http://www.ordens.presidencia.pt>> (acesso em julho de 2017).
- ARTHUR, Ribeiro (1896), *Arte portuguesa em Berlim*. «Branco e Negro». Lisboa, 1.º Ano, n.º 11, p. 7-10; n.º 12, p. 1-3.
- BECKE-BUSSE, Gabriele (comp.), *Luise Ey (1854-1936)*. *Lieben und Schaffen*. Disponível em <<http://www.romanistinnen.de/frauen/ey.html>> (acesso em 01-03-2017).
- BOLÉO, Luísa Viana de Paiva (2010), *Luise Ey. A amiga de Portugal*. «Fases de Eva. Estudos sobre a Mulher». Lisboa, n.º 24, p. 9-24.
- BOLÉO, M. de Paiva (1936), *Necrologia: D. Luise Ey*. «Boletim de Filologia». Lisboa: Imprensa Nacional. Tomo IV, fascículos 1-2, p. 218-220.
- BOLÉO, M. de Paiva (1937), *Notas e comentários: D. Luísa Ey (1854-1936)*. «Boletim do Instituto Alemão». Coimbra: Universidade de Coimbra, volumes VI-VII, p. 218-220.
- BRAUER, M. Fátima Viegas de Figueiredo (1985), *Luise Ey e as suas relações com Portugal*. «Runa. Revista Portuguesa de Estudos Germanísticos». Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, n.º 3, p. 89-113.
- BRAUER-FIGUEIREDO, Maria de Fátima Viegas (2013), *Espólio inédito de Hamburgo: Carolina Michaëlis, Luise Ey e Joaquim de Vasconcelos*, in DELILLE, Maria Manuela Gouveia de; CORRÊA-CARDOSO, João Nuno; GREENFIELD, John (Coordenação) – *Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos e sua projecção nas artes e nas letras portuguesas*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, p. 257-278.
- BRIESEMEISTER, Dietrich (2003), *Camões na Alemanha do século XVIII*, in DELILLE, Karl Heinz (coord.) – *Literatura de expressão portuguesa em tradução alemã*. Coimbra: Cadernos do CIEG n.º 5, p. 51-60.
- CAL, Ernesto Guerra da (1975), *Lengua y Estilo de Eça de Queiroz*. *Apêndice. Bibliografia queiroziana sistemática y anotada e iconografia artística del hombre y la obra*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Tomo 1.º, p. 133-134; Tomo 2.º A, p. 542; 1980, Tomo 3.º, p. 592; 1984 Tomo 5.º, p. 123.
- CAMPOS, Renate Sellmayer de (2005), *Luise Ey und Curt Meyer-Clason als Übersetzer von Eça de Queirós' A cidade e as serras*. Coimbra: Cadernos do CIEG n.º 18.
- CASTRO, Zília Osório de; ESTEVES, João (Dir.) (2005), *Dicionário no feminino (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CATALOGO da Exposição dos Trabalhos Escolares dos alunos da Academia Portuense de Bellas-Artes, considerados dignos de distincção nos annos de 1888 a 1890, e distribuição dos respectivos diplomas, precedido do discurso d'abertura pelo Ill.º e Exc.º Snr. Conde de Samodães, Inspector da mesma Academia. Porto: Typographia Elzeveriana de João Diniz, 1891.
- CATALOGO da Exposição dos Trabalhos Escolares dos alunos da Academia Portuense de Bellas-Artes, considerados dignos de distincção no anno de 1891, e distribuição dos respectivos diplomas, precedido do discurso d'abertura pelo Ill.º e Exc.º Snr. Conde de Samodães, Inspector da mesma Academia. Porto: Typographia de A. J. da Silva Teixeira, 1892.
- COELHO, Trindade (1910), *Auto-biographia e cartas*. Prefácio de Carolina Michaëlis de Vasconcellos. Lisboa: A Editora.
- COLÉGIO Alemão do Porto: *História*. Disponível em: <<http://www.dsporto.de/pt-pt>> (acesso em 22-02-2017).
- CORREIA, Maria Assunção Pinto (1986), *O essencial sobre Carolina Michaëlis de Vasconcelos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- COSTA, Rui Manuel Pinto (2003), *Relações externas Luso-Germânicas: 1916 e o despertar de um conflito latente*. «Revista da Faculdade de Letras – História». Porto. III Série, vol. 4, p. 101-125.
- DELILLE, Karl Heinz (2002), *Os inícios da recepção de Eça na Alemanha*, in *Congresso de Estudos Queirozianos: Actas do IV Encontro Internacional de Queirozianos*. Instituto de Línguas e Literatura Portuguesas. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (7 a 8 de setembro de 2000). Coimbra: Almedina, volume 1, p. 191-200.
- DELILLE, Maria Manuela Gouveia (1985), *Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925): uma alemã, mulher e erudita*. «Biblos». Coimbra, volume LVI, p. 217-248.
- DELILLE, Maria Manuela Gouveia (1997), *Em memória de Ana Luísa Rodrigues de Freitas (1846-1919)*, in *ATAS DO COLÓQUIO: Rodrigues de Freitas, A obra e os contextos* (28-29 de outubro de 1996). Porto: CLC. FLUP, p. 241-252.
- DELILLE, Maria Manuela Gouveia (2001), *Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925): «Intermediária nata entre a cultura neolatina e a germânica»*. «Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas». Porto, XVIII, p. 33-48.
- ESTEVES, João (1992), *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Uma organização política e feminista (1909-1919)*. [Lisboa]: [Autor].
- ESTEVES, João (1998), *As origens do sufrágio português*. Lisboa: Bizâncio.

- ESTEVEES, João (2001), *Os primórdios do feminismo em Portugal: a 1.ª década do século XX*. «Penélope». Lisboa, n.º 25, p. 87-112.
- ESTEVEES, João (2006), *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*. «FACES de Eva. Estudos sobre a Mulher». Lisboa, n.º 15. Disponível em: <[http://www.fcsh.unl.pt/facesdeeva/eva\\_arquivo/revista\\_15/eva\\_arquivo\\_numero15\\_g.html](http://www.fcsh.unl.pt/facesdeeva/eva_arquivo/revista_15/eva_arquivo_numero15_g.html)> (acesso em 16-07-2017).
- ESTEVEES, João (2010), *As mulheres de Outubro de 1910*. «FACES de Eva. Estudos sobre a Mulher». Lisboa, n.º 24, p. 97-114.
- EY, Louise (1903), *Stadt und Gebirg, roman von José Maria Eça de Queiroz, aus dem Portugiesischen übersetzt von Luise Ey*. Meisterwerke der ausländischen Erzähllitteratur. Leipzig und Stuttgart: Deutsche-Verlags-Anstalt.
- EY, Louise (1904), *Taschenwörterbuch portugiesischen und deutschen Sprache, mit Angabe der Aussprache nach dem phonetischen System der Methode Toussaint-Langenscheidt. 2 teil: Deutsch-Portugiesisch*. Berlin-Schöneberg: Langenscheidt.
- EY, Louise (1905), *An Portugal. Prolog zu «Dom Jayme» von Thomaz Ribeiro (1831-1901)*. Deutsch von Luise Ey. Ansärllich der Keierreise nach Portugal am 23 Marz 1905 Hr Magestät dem Dutshen Kaiser, sinzie den Magestät von der Verfasserub überreicht. Hamburg: [Tipografia Paul Constram], 1 fol.
- EY, Louise (1907), *Chave da Gramática alemã: contendo a tradução dos temas, notas explicativas dos trechos de leitura e alguns modelos de correspondência*, por Emil Otto, adaptada ao uso dos portugueses por José Prévot. 2.º Ed. Corrigida e muto aumentada, por Luiza Rodrigues de Freitas e Luisa Ey. Lisboa: Livraria Ferreira / Heidelberg: Julio Groos Ed.
- EY, Louise (1908), *Kleine Portugiesische Sprachlehre*. Methodo Gaspey-Otto-Sauer. Von Gustav Carl Kordgien, korrigiert und umgearbeitet von Luise Ey. 4.ed. Heidelberg: Julius Gross.
- EY, Louise (1909), *Taschenwörterbuch portugiesischen und deutschen Sprache, mit Angabe der Aussprache nach dem phonetischen System der Methode Toussaint-Langenscheidt, angabe der Aussprache von Gustav Rolin, zuzammengestellt von Luise Ey* [coligido por]. 1. Teil. Portugiesisch-Deutsch. Berlin-Schöneberg: Langenscheidt.
- EY, Louise (1912), *D. Carolina Michaëlis na intimidade*. «Boletim da Segunda Classe. Academia das Ciências de Lisboa». Coimbra: Imprensa da Universidade, volume V, fascículo n.º 1 (julho de 1911), p. 231-245.
- EY, Louise (1912), *Portuguese Conversation-Grammar* (Methodo Gasey-Otto-Sauer). London. Heidelberg: Julius Groos.
- EY, Louise (1920), *Guerra Junqueiro. Sonder-abdruck des Titelsbogens zu Band II der Sammlung Neuere portugiesische Schriftstelle: Guerra Junqueiro. Ueberreicht von Verleger und Verfasserin. – Auswahl aus seinen Werken mit erklärenden Anmerkungen und einigen deutschen Nachdichtungen sowie einer Einleitung, von Luise Ey*. Heidelberg: Julius Groos, Verlag.
- EY, Louise (1920), *Neuere portugiesische Schriftstelle II: Guerra Junqueiro. Auswahl aus seinen Werken mit erklärenden Anmerkungen und einigen deutschen Nachdichtungen sowie einer Einleitung, von Luise Ey*. Heidelberg: Julius Groos, Verlag.
- EY, Louise (1922), [Carta: Blankenese, 29 de setembro], a Antero de Figueiredo. Ms. Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- EY, Louise (1922), *Portuguese Conversation-Grammar* (Methodo Gasey-Otto-Sauer). Second edition. London. Heidelberg: Julius Groos.
- EY, Louise (1923), [Carta: Blankenese, 11 janeiro], a Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Ms. Biblioteca da Universidade de Coimbra.
- EY, Louise (1926), *Adam und Eva im Paradis. Eça de Queiroz. Auswahl aus seinem Werken mit einigen deutschen Übersetzungen und einer herausgegeben von Luise Ey*. Heidelberg: Jules Groos.
- EY, Louise (1926), *Neuere portugiesische Schriftstelle VII. Eça de Queiroz. Auswahl aus seinen Werken mit einigen deutschen Übersetzungen und einer Einleitung Herausgegeben, von Luise Ey*. Heidelberg: Julius Groos, Verlag.
- EY, Louise (1926), *Portugiesische Konversations – Grammatik*. Hautwerk. 4 Aufl. Heidelberg: J. Groos.
- EY, Louise (1926), *Portugiesische Konversations – Grammatik*. Schlüssel. 4 Aufl. Heidelberg: J. Groos.
- EY, Louise (1927), *Portugiesisch. 50 Handelsbriefe, ausgew. Aus d. «Portugiesischen Korrespondenten»: Mit gegenüberstehender deutscher Übers. T. 2*. Stuttgart: W. Violet.
- EY, Louise (1928), *Die luso-brasilianische Sprache und ihre Wandlungen*. «Die Neureren Sprachen» vol. 36, n.º 5, p. 357-262.
- EY, Louise (1928), *Langenscheidts Taschenwörterbuch der portugiesischen und deutschen Sprache*. II Parte. 8.ª ed.
- EY, Louise (1928), *Langenscheidts Taschenwörterbuch der portugiesischen und deutschen Sprache*. I Parte. 9.ª ed.
- EY, Louise (1930), *Portugiesisch. Kursus 1.2*. 3 Aufl. Berlin-Schöneberg: Langenscheidtsche Verlbh.
- EY, Louise (1936), *Auflage der kleinen portugiesischen sprachlehre*. Heidelberg: Julius Groos, 1936.
- FREITAS, Rodrigues de (1884), *Portugal*. In STANTON, Theodore – *The woman question in Europe*. London: Sampson Low, Marston, Searle, and Rivington, p. 354-363.
- GÄRTNER, Eberhard (2009), *Luise Ey e a descrição da pronúncia portuguesa em manuais de português por alemães no princípio do século XX*. In RIBEIRO, Silvana Soares Costa et al (org.), *Dos sons às palavras: nas trilhas da língua portuguesa*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, p. 153-171.
- Internacional Kunst-Ausstellung Berlin 1896*. Katalog. Zweite Aufgab. Berlím: Verlag von Rud. Schuster, 1896.
- KALWA, Erich (2004), *Die portugiesischen und brasilianischen Studien in Deutschland (1900-1945): ein institutionsgeschichtlicher Beitrag*. Frankfurt: Domus Editoria Europaca
- MATOS, A. Campos (org. e anot.) (2008), *Eça de Queiroz. Correspondência*. Lisboa: Editorial Caminho. 2 vols.

- MATOS, A. Campos (1993), *Dicionário de Eça de Queiroz*. 2.<sup>a</sup> edição revista e aumentada. Lisboa: Editorial Caminho.
- MONCÓVIO, Susana (2015), *O Centro Artístico Portuense (1880-1893). Socialização do Ensino, da História e da Arte Moderna no Portugal de Oitocentos*. Tese de doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva (2001), *Carolina Michaëlis e Trindade Coelho. O encontro de dois humanistas poetas*. «Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas». Porto, XVIII, p. 49-62.
- MOUTINHO, Viale (1986), *19 cartas inéditas de Trindade Coelho*. «Prelo». Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, n.º 11, p. 36-50.
- NOGUEIRA, Jeanne ; ALMEIDA, Louis de (1929), *Grammaire Portugaise: ouvrage rédigé d'après le plan de la Portuguese Conversation-Grammar de Louise Ey*. 2.º éd., rev. et actualisée. Heidelberg: Jules Groos.7.
- OSÓRIO, Ana de Castro (1907), *Galeria feminina: Luise Ey*. «Vanguarda». Lisboa.
- OSÓRIO, Ana de Castro; EY, Louise; R., M. (traduzidas do alemão por) (1907), *Para as crianças. Histórias escolhidas*. Ilustrações de Raquel Roque Gameiro e Hebe Gonçalves. Setúbal: Livraria Editora «Para as Crianças».
- RODRIGUES, Ernesto (2008), *Centenário da morte de Trindade Coelho. Exposição biobliográfica*. Mogadouro: Município do Mogadouro.
- SCHAEFFER, Hans-Joachim (2003), *As traduções alemãs de Os Lusíadas e a estratégia de uma tradução moderna*. In DELILLE, Karl Heinz (coord.) – *Literatura de expressão portuguesa em tradução alemã*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, n.º 5, p. 61-98.
- SILVA, Maria Regina Tavares da (1983), *Feminismo em Portugal na voz das mulheres escritoras do início do século XX*. «Análise Social». Lisboa, vol. XIX (77-78-79), 3.º. 4.º, 5.º, p. 875-907.
- SILVEIRA, Olga Moraes Sarmiento da (1906), *Problema feminista*. Lisboa: Typ. Francisco Luiz Gonçalves.
- SOUSA, Maria Armanda de Almeida e (1985), *As origens da Germanística em Portugal*. «Runa. Revista Portuguesa de Estudos Germanísticos». Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, n.º 4, p. 163-170.
- STRASEN, E. A.; GÂNDARA, Alfredo (1944a), «Portugal», *o mais europeu dos países europeus*. In STRASEN, E. A.; GÂNDARA – *Oito séculos de história Luso-Alemã*. Berlim: Instituto Ibero-Americano, p. 357-362.
- STRASEN, E. A.; GÂNDARA, Alfredo (1944b), *D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, mestra insubstituível*. In STRASEN, E. A.; GÂNDARA, Alfredo – *Oito séculos de história luso-alemã*. Berlim: Instituto Ibero-Americano, p. 372-375.
- STRASEN, E. A.; GÂNDARA, Alfredo (1944c), *Dr.<sup>a</sup> Luise Ey, grande divulgadora da literatura e da cultura portuguesas*. In STRASEN, E. A.; GÂNDARA, Alfredo – *Oito séculos de história luso-alemã*. Berlim: Instituto Ibero-Americano, p. 376-378.
- STRASEN, E. A.; GÂNDARA, Alfredo (1944d), *Wilhelm Storck, tradutor de Camões e de Antero*. In STRASEN, E. A.; GÂNDARA, Alfredo – *Oito séculos de história luso-alemã*. Berlim: Instituto Ibero-Americano, p. 367-371.
- UNIVERSITÄT Hamburg – Centro de Língua Portuguesa-Camões na Universidade de Hamburgo. Historial. Disponível em <<http://www.clpic.uni-hamburg.de>> (acesso em 01-03-2017).
- VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de (1896a), *O Congresso de Berlim I*. «O Commercio do Porto». Porto. XLIII Ano, n.º 275, p. 1; b – *O Congresso de Berlim II*, n.º 277, p. 1; c – *O Congresso de Berlim III*, n.º 280, p. 1; d – *O Congresso de Berlim IV*, n.º 281, p. 1; e – *O Congresso de Berlim V*, n.º 282, p. 1.
- VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de; PATRAQUIM, Luís Carlos (org., prefácio e notas) (2002), *O movimento feminista em Portugal*. Paio-Pires: Fradique.

# O domínio templário de Mogadouro e Penas Roias no século XIII

**Paulo Sousa Costa**

Doutorando em História, bolseiro FCT, investigador do CEPESE, mestre em Estudos Medievais, membro do Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia – Associação dos Amigos do Solar dos Condes de Resende: Confraria Queirosiana

## Sumário

O presente artigo vem esclarecer como no século XIII os Templários exerceram o domínio senhorial em Mogadouro e Penas Roias e como a partir daí administravam os seus domínios em Trás-os-Montes. Em oposição, os reis portugueses, desde D. Sancho I até D. Afonso III, procuraram afastar os Cavaleiros do Templo dessa região e consolidar a sua autoridade e soberania face ao reino de Leão. Tentaremos de forma sucinta explicar como foi o domínio templário, a transição para o senhorio régio, e como D. Dinis reorganizou o território.

**Palavras-chave:** Trás-os-Montes; Mogadouro; Templários; Senhorio Régio

## Abstract

The present article clarifies how in the thirteenth century, the Templars exercised mastery in Mogadouro and Penas Roias and how they related to the local communities. As from there they managed their domains in Trás-os-Montes. In opposition, the Portuguese kings from D. Sancho I to D. Afonso III, sought to distance the Knights Templars from that region and consolidate their authority and sovereignty over the kingdom of Leon. Let us briefly explore how Templar rule was. The transition to the royal lordship and how King D. Dinis reorganized the territory.

**Keywords:** Tras-os-Montes Mogadouro; Templars; King's Domain

## Introdução:

### Estudos, crítica das fontes e metodologia

O período medieval de Mogadouro é pouco conhecido pela historiografia. Normalmente, os historiadores<sup>1</sup>, quando abordam este território e esta localidade, prendem-se a duas importantes fontes: os forais (de D. Sancho I, a Penas Roias, D. Afonso III, a Mogadouro e Penas Roias e D. Dinis à Bemposta) e as inquirições de 1258. São todos unânimes em considerar que Mogadouro foi domínio templário, mas reservando algumas reservas quanto à efetividade desse domínio, como desenvolveremos.

No desenrolar da heurística, fomo-nos interrogando sobre algumas questões. Será que a Ordem do Templo exerceu efetivamente o domínio senhorial em Mogadouro e Penas Roias? Como devemos interpretar as informações colhidas nas inquirições de 1258? A partir de quando o rei passou a exercer efetivamente o seu domínio naquele território? O que aconteceu ao património templário? Os Templários continuaram a possuir algum tipo de domínio? Qual a relação dos senhores com as comunidades locais suas súbditas? E com os vizinhos? E com a autoridade arqui-episcopal de Braga? Interrogações e dúvidas que ocorreram quando nos debruçamos sobre o nascimento e formação de Alfândega da Fé na Idade Média, que tive de enquadrar no contexto histórico-geográfico regional. Desde logo retive duas semelhanças: a mesma origem no domínio da aristocracia bragança, substituída em Mogadouro e Penas Roias pela Ordem do Templo, e a oposição régia, que na sua necessidade de impor a sua autoridade e soberania procu-

rava diminuir ou eliminar os senhorios nobres ou eclesiásticos.

A revista *Brigantia*<sup>2</sup> recolhe alguns artigos sobre este território. Salientámos o artigo de Aníbal Varizo «Mogadouro – Apontamentos Históricos»<sup>3</sup>, onde o autor faz uma breve resenha da história de Mogadouro, desde os tempos mais recuados até à contemporaneidade, apoiando-se em alguns documentos originais e na bibliografia disponível à época. Segundo a sua opinião, o castelo de Mogadouro pertence à Ordem do Templo, segundo um artigo, que não cita, publicado nos *Anais da Academia Portuguesa de História* (1940, volume III, p. 55), que menciona um documento do Papa Urbano III, de 1186, onde se enumeram as terras, vilas e castelos que a Ordem obteve por doação e no qual surge Mogadouro<sup>4</sup>. Outro artigo precursor sobre os forais medievais foi o de Elias Afonso, publicado na revista em 2004-2005<sup>5</sup>. Também de salientar são os artigos e estudos que José Marques dedica à região transmontana<sup>6</sup>. Francisco Manuel Alves, na sua coletânea de fontes sobre Trás-os-Montes, traz-nos poucas informações relativamente a Mogadouro e à Idade Média. Imprescindível, para entender alguns aspetos da formação do território mogadourense, foi o estudo que Maria Alegria Marques publicou em 2010, relativamente aos forais medievais e modernos das localidades do atual concelho de Mogadouro, e que se socorre de outro trabalho anterior, a dissertação de licenciatura de Maria Florência Felgueiras, *Concelho de Mogadouro (subsídios para uma monografia)*, apresentada na Faculdade de Letras de Coimbra em 1965. Além deste trabalho, Balcão Vicente, em 2002, forneceu um novo contributo para o estudo do povoamento de Trás-os-Montes.

Para a Idade Média encontramos um conjunto de fontes inéditas sobre Mogadouro, que nos permitem conhecer aspetos da administração local, da sociedade e da economia. São

oriundos de cartórios eclesiásticos, a Ordem do Templo e a sua sucessora Ordem de Cristo, convento de Santa Clara de Santarém, onde localizamos alguns contratos do século XIV, relativos a propriedades, negócios entre comerciantes locais e da cidade do Porto e sobre o alcaide de Mogadouro<sup>7</sup>. A Chancelaria Régia da dinastia de Borgonha fornece-nos importantes dados. Todo este conjunto de documentação é citado convenientemente ao longo deste artigo.

Para compreender a evolução do território no período medieval, temos de abandonar as convenções administrativas atuais<sup>8</sup>. Por isso, incluímos neste estudo a localidade de Lagoaça<sup>9</sup> e excluímos a localidade de Castro Vicente<sup>10</sup>, que constituiu um concelho distinto a partir de 1305, e que tratamos em *A Torre do Relógio e o Castelo de Alfândega da Fé – 1258-1758* e em *Alfândega da Fé de Sobre a Valariça: do domínio senhorial ao senhorio régio (séculos XII-XIV)*.

### O senhorio templário de Mogadouro

Em 5 de julho de 1199, D. Sancho I ofereceu à Ordem do Templo a terra de Idanha e a Açafa<sup>11</sup>, região ribeirinha do Tejo, na ocasião território de fronteira face ao domínio muçulmano dos Almóadas, em troca do senhorio de Mogadouro e Penas Roias<sup>12</sup>. O rei haveria de concretizar a doação de Idanha em 1206, que o seu filho Afonso II confirmaria à Ordem do Templo em 1218<sup>13</sup>. D. Sancho tentava convencer a Ordem do Templo a deixar desembargada para o senhorio régio o território confinante com o reino de Leão que ocupavam desde 1145, quando Fernão Mendes Braganção lhes doou aquele inóspito território<sup>14</sup>.

Os Templários eram uma ordem religiosa de cavalaria internacional que seguia a regra cisterciense. Foi fundada na Palestina em 1118/1119 e estava sob a tutela direta do Papa<sup>15</sup>. A Ordem possuía na Península Ibérica um

mestre provincial comum aos três reinos hispânicos eleito pela comunidade em *capitulum* e confirmada pelo mestre geral, que apresentava à tutela eclesiástica. O mestre provincial nomeava os comendadores que administravam o património localmente <sup>16</sup>.

A região de Bragança, situada entre os rios Mente/Rabaçal/Tua e o Douro/Aliste, foi disputada pelas coroas de Portugal e de Leão. D. Afonso Henriques alegava que o território era seu senhorio por herança do pai, senhor de Astorga. A diocese de Braga reivindicava aquele espaço, por razões históricas, desde a desapropriação por Ramiro II quando restaurou a diocese asturicense <sup>17</sup>. A região era governada pela linhagem dos Braganções, que tinha nascido da ligação do abade D. Alão com uma princesa arménia que ia em peregrinação a Santiago de Compostela. Era uma família que se ligava por casamento ao rei D. Afonso VI, avô de Afonso Henriques e de Afonso VII. Para alcançar a fidelidade da linhagem que governava a região, Afonso Henriques casou a sua irmã, Sancha Henriques, com o terra-tenente Fernão Mendes Braganção, seu primo direto. A ação política dos Braganções foi respeitada pelo rei, como se prova no foral a Freixo de Espada à Cinta de 1152, concedido com o consentimento do prócere local.

O foral de Freixo (1152) inaugura a ação política da coroa portuguesa para assegurar o domínio do território marginal ao Douro. No entanto, essa ocupação bordejava pelo sul o domínio senhorial templário de Mogadouro. Depois seguir-se-iam os forais de Mós (1162) <sup>18</sup> e Urros (1182) <sup>19</sup>, todos seguindo o modelo do foral de Salamanca, no qual se privilegia a isenção do serviço militar, porque estavam na fronteira e tinham o dever de vigiar e defender o território <sup>20</sup>. O nosso primeiro rei (no período de regência de D. Sancho) haveria de beneficiar os moradores de Mogadouro da isenção de portagem no reino em junho de 1177, de

modo a fixar moradores que se dedicassem ao comércio <sup>21</sup>.

D. Sancho, ciente da necessidade de estruturar a sua autoridade política naquela terra de fronteira, deu foral a Bragança em 1187, concedendo-lhe um vasto alfoz ao longo dos rios Maçãs e Sabor, chegando à fronteira norte do senhorio templário. Tentou, pelo foral a Penas Roias, de 1187, subtrair a localidade e o seu alfoz ao domínio templário e incorporá-lo nos domínios da coroa, assegurando a posse do território mirandês. Por esta ocasião, a conflitualidade bélica entre Portugal e Leão incidiu em Trás-os-Montes <sup>22</sup> e na Beira, território de expansão sobre o vizinho leonês <sup>23</sup>. Neste contexto político, D. Sancho I reforçou o povoamento e senhorio régio ao longo do Douro dando foral a Torre de Junqueira da Vilariça <sup>24</sup>, limitado a norte pelos domínios senhoriais aristocratas dos Braganções em Santa Comba da Vilariça <sup>25</sup> e Sambade. O rei tomaria posse de Chacim e concederia a Mós o reguengo de Silhade, onde se fazia a transposição do Sabor por barca <sup>26</sup>. D. Afonso II consolidou a sua autoridade no território de Vimioso, entre os rios Maçãs e Angueira <sup>27</sup>. D. Sancho II continuou os esforços paternos assegurando, através da doação de Algosó, a fidelidade dos Hospitalários na região. Ao mesmo tempo na Vilariça concedeu foral a Santa Cruz da Vilariça <sup>28</sup>, que substituiu Torre de Junqueira como centro concelhio, com um alfoz mais dilatado, integrando o domínio braganção de Santa Comba da Vilariça <sup>29</sup>. O planalto mirandês escapava à soberania efetiva da coroa portuguesa.

Pacificada a região dos conflitos bélicos dos reinados de S. Sancho I e D. Afonso II, os Templários dedicaram-se a consolidar o seu domínio em Mogadouro e Penas Roias. Em fevereiro de 1227, o arcebispo de Braga, D. Estevão Soares da Silva, estabeleceu com o mestre templário D. Pedro Alvites um acordo pelo qual se reconhecia a autoridade eclesiás-

tica do arcebispo sobre as igrejas de Mogadouro e Penas Roias. Esse reconhecimento obrigava a Ordem do Templo a pagar os direitos episcopais que se resumiam a uma procuração anual respeitante à visitação e o quinto das dízimas arrecadadas pelos Templários. O mestre da Ordem ou o comendador casteleiro obrigava-se a prover as igrejas de capelães, que celebrassem e administrassem às populações os ofícios divinos, confirmados pelo arcebispo como superior eclesiástico<sup>30</sup>. Esta concórdia, celebrada em Braga, foi selada e roborada pelo arcebispo, pelo cabido e por Mendo Nogueira, comendador de Pombal, Lourenço Mendes, comendador de Tomar, Durando Martins, comendador de Rio Frio e os freires Fernando Joanes de Toronho e Martinho Nunes de Regalados. O acordo entre o arcebispo de Braga e a Ordem do Templo foi renovado em 16 de outubro de 1263, no governo do arcebispo D. Martinho e do mestre da Ordem no reino de Portugal Vasco Fernandes. Este último acordo renovou os direitos do arcebispado ao quinto de todo o dízimo, e quanto à visitação, substituiu a procuração anual por um jantar<sup>31</sup> ou 80 reis de cada uma das igrejas<sup>32</sup>.

Além de Mogadouro e Penas Roias, os Templários constituíram no território a comenda de Santa Maria de Castelo Branco, em 1231, sendo seu comendador D. Paio Gomes<sup>33</sup>. Esta comenda perduraria depois da concretização da sentença de D. Afonso III e agruparia todos os direitos eclesiásticos naquele território após a devolução das igrejas de Mogadouro e Penas Roias por D. Dinis. Ela constituía uma jurisdição autónoma em que os moradores elegiam juiz sob a direção do comendador indicado pela Ordem. A jurisdição seria extinta no reinado de D. Fernando e anexada a Mogadouro.

Os moradores de Mogadouro, reunidos em concelho<sup>34</sup> e representados por D. Adriano «personeiro» de Penas Roias, em 1 de agosto

de 1254, perante o bispo de Zamora, estabeleceram uma concórdia com o senhorio templário, representado por frei Martim Pais, comendador de Mogadouro e Penas Roias. Reclamava o senhorio que os habitantes do concelho de Penas Roias se furtavam ao pagamento de dízimos dos moinhos, leite, queijos, manteiga, lã, cera, mel, de tecedeiras, dos mesteiros, dos marchantes, das soldadas dos mancebos, dos que trazem «bestas em carrera», dos que vivem «per mester de suas manos», os que lavram com bois e os que fazem «por lavor de suas manos». Julgou o bispo, em comunhão com os seus prelados, que os habitantes citados pagassem dízimo de todos os produtos e os que andavam na carretagem «com bestas», no comércio, nos mesteres e todos «que viverem per menester de suas manos et poilo que ganham em suas mercadorias» devem pagar um quarto; os jornaleiros («que lavram por pam» e os que recebem «soldada») também deviam pagar dízimo<sup>35</sup>. Já antes, em julho de 1223, havia sido dirimido outro contencioso acerca das dízimas do pão, linho, vacas, ovelhas, cabras, porcos, cavalos, burros, colmeias e de outras coisas<sup>36</sup>. Este contencioso foi testemunhado pelo mestre da Ordem e nove freires, três presbíteros, um diácono, quatro alcaides, dois habitantes de Penas Roias, seis indivíduos identificados, entre eles um frade e todo o concelho de Mogadouro<sup>37</sup>.

Se a Ordem do Templo dominava o território mogadourense, na vizinha terra de Miranda, seu espaço natural de expansão, nas localidades de Vila Chã da Barçiosa e de Atenor, o senhorio era partilhado com a Ordem do Hospital. O conflito relativamente ao exercício do padroado e domínio senhorial concluiu-se com uma concórdia em janeiro de 1231. Em Vila Chã da Barçiosa, a Ordem do Templo ficava com dois terços do senhorio eclesiástico e leigo e a Ordem do Hospital com um terço. Em Atenor, cada uma das institui-

ções ficava com metade do senhorio eclesiástico e leigo. Este acordo implicou a troca de bens fundiários entre as duas ordens <sup>38</sup>. Os conflitos entre as duas ordens de cavalaria foram sanados com a concórdia celebrada num concílio reunido em Cidade Rodrigo, no mês de julho, no dia de Santa Maria Madalena de 1239. Por este acordo, a comenda de Mogadouro e Penas Roias tinha de dar à comenda de Algosó 233 morabitinos e 3 soldos, e esta tinha de dar à primeira 1.555 morabitinos, duas lorigas e um lorigão <sup>39</sup>. O documento estabelecia uma penalidade se os Templários não cumprissem o pagamento apazado, os Hospitalários de Algosó podiam penhorar os bens pertencentes aos Templários no território de Algosó e nos concelhos de Mogadouro e de Penas Roias, mesmo se tivessem saído com armas em campanha militar. A mesma penalidade também se aplicava aos de Algosó. A comenda de Mogadouro e Penas Roias tinha ainda que dar à comenda de Algosó 129 morabitinos e 3 soldos, que o concelho de Freixo deu à comenda templária e que cobrou a homens vassallos de frades hospitalários. A testemunhar este acordo estiveram além dos freires de ambas as ordens, dois alcaides de Mogadouro, três habitantes de Freixo, talvez pertencentes à governança local, dois alcaides de Penas Roias e dois habitantes de Mós, que supomos fossem membros da governança local <sup>40</sup>.

No tempo do comendador de Mogadouro e Penas Roias, frei Gonçalo Nunes, os Templários tiveram de dirimir conflitos com os vizinhos de Fornoselle, no reino de Leão. Os leoneses eram acusados de fazerem «malfeitorias», apascentando os gados, tirando madeiras, «casca ou carvão», e levando homens que andassem descarreirados. Esta invasão de terra senhorial seria interpretada pelo senhorio templário como traição <sup>41</sup>. As violências perpetradas pelos de Fornoselle incluíam roubo de gado, queima de aldeias

e igrejas. Como essas ações ocorreram nas terras templárias e sob a alçada do comendador, este interpôs uma ação judicial que condenou o concelho leonês a indemnizar o senhor em 60 maravedis. E se voltassem a repetir as violências a multa seria de 500 maravedis. O pleito foi testemunhado por diversos homens-bons dos concelhos de Fornoselle, de Mogadouro, Penas Roias e outros que vieram de Além-Douro, e das Terras de Lapaças e Miranda <sup>42</sup>.

A comenda de Mogadouro e Penas Roias tinha alçada na região transmontana, na resolução dos diferendos que envolvessem bens templários, como aconteceu com a quarta parte da herança que o pai de Lopo Fernandes de Bagueixe havia legado à Ordem do Templo, no tempo do comendador Martim Viegas, da qual este se apropriou <sup>43</sup>.

Os comendadores preocuparam-se em promover o povoamento em toda a região transmontana, para aumentar os rendimentos da Ordem e estabelecer pontos logísticos de apoio às suas deslocações. Em 1 de outubro de 1252, frei Martim Pais, comendador, celebrou um contrato de aforamento do vilar de Sanhoane a dezasseis foreiros no coração do território templário. Concedia-lhes um prazo de três anos para arrotearem e estabelecerem as suas explorações. Depois desse prazo podiam livremente vender a quem pagasse o foro e quisesse ser vassallo da Ordem, porque se não quisesse o contrato não tinha efeito. O foro era de um soldo leonês pelo S. Martinho. Os foreiros estavam obrigados a pagarem o dízimo e primícia de todas as coisas «que les Deus der a ganhar e aver» e o «jantar» à ordem. Este aforamento foi testemunhado por freires que residiam em Mogadouro, homens-bons do concelho e pelos alcaides <sup>44</sup>. A fundação desta localidade informa-nos que as suas confrontantes eram as localidades de Travanca, Saldanha, Castanheira, Penas Roias, Brunhosinho e Tó.

Um ano depois, no dia de Pascoela, que calhou em 18 de abril, o mesmo comendador celebrou um aforamento do lugar de Parada <sup>45</sup>, para que se fizessem casas de lodo e pedra, plantassem árvores, rompessem campos com bois, pertencendo um terço ao senhor e dois terços aos foreiros. E o que construíssem no rio (Sabor), metade seria para os foreiros e a outra metade para o senhorio. Pagariam de foro anual 5 soldos leoneses. Este aforamento menciona a obrigação de dar de comer ao comendador ou ao freire ou a seu representante, bem como cevada para alimentar os animais onde se transportavam. Entre os testemunhos está o alcaide de Mogadouro.

Embora os atos estejam datados, os notários que os redigiram inserem outros elementos de contexto político que reforçam a sua cronologia. O documento anterior, celebrado cerca de 1253, refere que o contrato foi celebrado quando reinava o rei D. Afonso em Portugal, D. Fernão Lopes, o rico-homem em Bragança, Martim Nunes, mestre da Ordem do Templo <sup>46</sup> e Gonçalo Fernandes seu representante no reino de Portugal <sup>47</sup>. Os documentos seguintes registam que o rei era D. Afonso, D. Martim Afonso Telo <sup>48</sup> ou só Afonso Telo, o tenente de Bragança, o arcebispo de Braga D. Martinho (1256-1271), e o arcediogo D. Gualdo. Cronologicamente coincidentes com o reinado de D. Afonso III (1247-1279).

No tempo do comendador Pedro Fernandes, por ordem do mestre, celebrou-se um aforamento a quatro moradores de dois casais na região transmontana, com a obrigação de, além do foro, darem de comer aos freires ou ao comendador <sup>49</sup>. Este mesmo comendador celebraria outro aforamento do Vilar de Coelhoso, no julgado de Bragança, a nove povoadores com o foro de 5 soldos leoneses, contrato feito na presença dos dois juizes de Bragança, dois capelães, dois homens-bons daquele concelho e três freires templários <sup>50</sup>.

Em 1265, o comendador frei Rui Soares doou a Antão Peres, que desconhecemos se seria clérigo, tudo quanto rendia as igrejas de Tó e Ventozelo (que andavam juntas), em forma de ração (um quinto das dízimas, porque três quintos pertenciam à Ordem e um quinto ao arcebispo) para a sua vida com a contrapartida de a ordem herdar um terço dos seus bens, quando falecesse <sup>51</sup>.

### Comendadores templários de Mogadouro e Penas Roias

| Nome                                                                   | Data                    |
|------------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| frei Martinho Rodrigues                                                | 1223                    |
| frei D. Pedro Alvites,<br>mestre da Ordem do Templo                    | 1227                    |
| frei Simão Mendes, comendador,<br>mestre provisório da Ordem do Templo | 1231                    |
| frei Aires Gonçalves                                                   | 1239                    |
| frei Gonçalo Nunes                                                     | s/d –                   |
| frei Martim Pais                                                       | 1252,<br>1253<br>e 1254 |
| frei Pedro Fernandes                                                   | 1256                    |
| frei Martim Viegas                                                     | 1259                    |
| frei Rui Soares                                                        | 1265                    |

Fonte: IAN/TT, *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, lv. 53; gaveta VII, mç. 10, doc. 24.

Como instituição eclesiástica filiada na regra cisterciense, a Ordem do Templo possuía bens imobiliários que explorava diretamente, as granjas. Neste território identificaram-se duas, a granja de S. André e a granja de Penas Roias <sup>52</sup>. Este modo de exploração está disseminado por toda a região transmontana onde os cistercienses de Santa Maria de Moreruela (diocese de Zamora), Santa Maria de Montederramo (diocese de Ourense), S. Martinho de Castanheda (diocese de Astorga), Santa Maria de Bouro (diocese de Braga) e S. Pedro de Águias (diocese de

Lamego), possuíam vastos bens imobiliários e as suas granjas <sup>53</sup>.

Mogadouro e Penas Roias constituíam um domínio senhorial dos Templários onde os habitantes estavam sujeitos a obrigações vasálicas. A relação era de compromisso. Pelos participantes e confirmantes nos contratos que analisamos, onde temos os cargos perfeitamente identificados, primeiro estão os freires, seguindo-se os alcaides e depois indivíduos só referenciados pelo nome e profissão, que supomos serem homens-bons, isto é, a elite social que possuía algo de seu, portanto livre, e que não estava sujeita a qualquer servidão exceto o foro que pagavam ao senhor, concluimos o seguinte: os habitantes reuniam-se em concelho para tomarem decisões ou homologarem atos senhoriais. O comendador era o senhor máximo que tinha a alçada judicial, administrativa e militar. Competia-lhe confirmar os alcaides nos castelos de Mogadouro e Penas Roias, provavelmente depois de escolhidos pelos habitantes. Os alcaides eram medianeiros entre o senhor e o povo. Esta característica de governo comunitário sob administração senhorial é idêntica ao que observamos na honra ou couto de Sambade, onde os habitantes se reuniam em *concilium* <sup>54</sup>, para decidir os assuntos importantes que respeitassem à comunidade e que o senhor homologava <sup>55</sup>. Tanto em Mogadouro como em Sambade, os senhores feudais templários ou os aristocratas braganções, exerciam o seu domínio e autoridade sobre essas populações, permitindo-lhes livremente desenvolverem as suas atividades económicas, porque necessitavam das suas contribuições fiscais para sustentar o seu estado social. Pelo *concilium* as populações exerciam um poder político.

Os concelhos de Mogadouro e Penas Roias eram habitados por lavradores, pastores, teceões e outras profissões mecânicas, comerciantes, carreteiros que se dedicavam ao comér-

cio e transporte de bens, gente que trabalhava à jorna, quer com bois, quer com as mãos. Onde se produziam cereais, vinho, leite, queijos, manteigas, lã, cera e mel colhidos no inculto. Todos estes habitantes e produtos estavam sujeitos ao tributo religioso de que beneficiavam a Ordem do Templo e o arcebispo de Braga.

Em 1272 o território <sup>56</sup> já estava estruturado demograficamente, porque, além de Mogadouro e Penas Roias, já existiam as aldeias de Paradela, Ventozelo, Tó, Castanheira, Sanhoane, Brunhosinho, a *Esculca* <sup>57</sup>, Bruçó, Sampaio, Lamoso, *Pereirinha* (Bemposta), Peredo, Santo André, Granja de Penas Roias, Travanca e Saldanha, embora estas duas integrassem o senhorio hospitalário de Algosó.

No entanto, a coroa procurou sempre reaver e concretizar o escambo que D. Sancho havia feito com os Templários em 1199, de forma cumprir o preceituado no foral de Penas Roias de 1187 <sup>58</sup>. Somente em 9 de setembro de 1272, D. Afonso III decidiu terminar com o impasse e ordenou por sentença que a Ordem do Templo abandonasse os castelos de Penas Roias, Mogadouro, jurisdições, aldeias e pertenças <sup>59</sup>. A partir deste momento terminava o senhorio templário em Mogadouro e em Penas Roias, que perduraria em Santa Maria de Castelo Branco, onde reorganizaram a comenda, que passaria a ser conhecida por Comenda Velha, e começava o domínio régio.

\* Este artigo é parte de um estudo que surgiu da minha apresentação em 9 de abril de 2016 na biblioteca de Mogadouro do livro *A Torre do Relógio e o Castelo de Alfândega da Fé: 1258-1758*.

## Notas

<sup>1</sup> Salientámos José Mattoso, Maria Alegria Marques e Mário Barroca, nas obras citadas na bibliografia.

<sup>2</sup> Publicação periódica editada pela Assembleia Distrital de Bragança desde 1981, volume 1, com periodicidade

trimestral, até ao volume 31, correspondente ao ano de 2011. Atualmente saiu o volume XXXIII em 2015, editado pela Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes.

<sup>3</sup> VARIZO, 1989-1990.

<sup>4</sup> *Idem, ibidem*, 1990, p. 307.

<sup>5</sup> AFONSO, 2004-2005: 81-116.

<sup>6</sup> MARQUES, 2004-2005: 3-46, e outros que citamos no nosso trabalho, ver COSTA, 2016.

<sup>7</sup> IAN/TT, *Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, Convento de Santa Clara de Santarém*, mç. 2, doc. 70; mç. 3, doc. 92; mç. 6, doc. 212, doc. 294; mç. 7, doc. 303, doc. 327, doc. 338.

<sup>8</sup> Excluímos as localidades de Saldanha, Travanca, Urrós, Gregos, Granja dos Gregos, Figueirinha e Valcerto, por pertencerem na Idade Média ao domínio hospitalário da comenda de Algosó.

<sup>9</sup> Hoje pertence ao concelho de Freixo de Espada à Cinta.

<sup>10</sup> Castro Vicente é um enclave de Mogadouro na margem direita do rio Sabor, com mais afinidades históricas, geográficas e culturais a Alfândega da Fé e Chacim, do que ao restante concelho que pertence.

<sup>11</sup> A terra de Açafa é hoje Vila Velha de Ródão.

<sup>12</sup> IAN/TT, *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, lv. 53, fl. 17-17 v e 72 v-74, publicado em DDS, doc. 100, p. 160-161, doc. 117, p. 181-182, doc. 118, p. 183-184; MARQUES, 2010: 38; COSTA, 2016: 74.

<sup>13</sup> IAN/TT, *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, lv. 53, fl. 58v-60.

<sup>14</sup> COSTA, 2016, p. 74.

<sup>15</sup> FERNANDES, 2009: 48-49.

<sup>16</sup> *Idem, ibidem*, p. 60-65.

<sup>17</sup> Pretensão conseguida em 1103; ver MARQUES, 2004-2005.

<sup>18</sup> DR, doc. 284, p. 363-366; o foral de Mós identifica claramente que este território é confrontante com Mogadouro. Sobre este assunto ver desenvolvidamente MARQUES, 2010: 26.

<sup>19</sup> DR, doc. 347, p. 462-466.

<sup>20</sup> Sobre este assunto ver MARQUES, 2010: 26-27 e COSTA, 2016: 74.

<sup>21</sup> IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, lv. 28, fl. 74. Este privilégio está no mesmo documento onde informa o privilégio de mercado semanal concedido por D. Afonso III.

<sup>22</sup> VICENTE, 2002: 445, incursão militar de Afonso IX de Leão ao território transmontano em 1212, ocupando Urros, Mós e Freixo de Espada à Cinta. A consolidação da autoridade do rei português na região aconteceria com os tratados de Badajoz (1264) e de Alcañices (1297).

<sup>23</sup> MATTOSO, 1993-II: 90.

<sup>24</sup> DDS, doc. 137, p. 208-213, onde dois dos confirmantes se podem associar aos Braganções: Fernando Fernandes, filho de Fernão Mendes, e Garcia Peres, alcaide

de Junqueira, filho de Pedro Fernandes e neto de Fernão Mendes (cf. COSTA, 2016: 67 e 81).

<sup>25</sup> Santa Comba da Vilarça seria doada por Pedro Fernandes e Fruilhe Sanches ao mosteiro de Santa Maria de Bouro

<sup>26</sup> DDS, doc. 127, p. 198-199; COSTA, 2016: 79.

<sup>27</sup> COSTA, 2016: 91; VICENTE, 2002: 446, 447, nota 1379, diz que o rei D. Sancho I deu o Vimioso e outras localidades a Fernando Fernandes Braganção por conta das propriedades que aquele havia dado ao rei de Leão.

<sup>28</sup> VENTURA, 2011, vol. 3, doc. 182, p. 222-226.

<sup>29</sup> O território desta localidade na Idade Média era mais extenso e incluía as localidades de Eucísia, Vilarelhos, Vilares, Trindade e Benlhevai.

<sup>30</sup> IAN/TT, *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, lv. 53, fls. 18-18 v; IAN/TT, gavetas VII, mç. 12, doc. 13; FERNANDES, 2009: 56. A Ordem do Templo tinha autorização pontifícia de Inocêncio II para ordenar os clérigos que se ocupassem do culto e que provisionariam as diversas igrejas e capelanias sob a sua administração.

<sup>31</sup> Jantar era o direito de comedoria e aposentadoria que os senhores, laicos ou eclesiásticos, ou seus representantes (no caso do arcebispo de Braga, o clérigo visitador) tinham direito a receber sempre que se deslocassem aos seus domínios como prova da sua autoridade. Esse direito, com o tempo, passou a ser permanente, e convertido em numerário.

<sup>32</sup> IAN/TT, *Ordem de Cristo e Convento de Tomar*, lv. 236, fl. 156 v-158.

<sup>33</sup> FERNANDES, 2009, p. 113 – Quadro V, nota 400 e errata, p. 2.

<sup>34</sup> «nos omne concilium pariter cum domino magistro et cum suis fratribus».

<sup>35</sup> IAN/TT, *Ordem de Cristo e Convento de Tomar*, lv. 236, fl. 158 v-159; IAN/TT, *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, lv. 53, fl. 79-79 v; IAN/TT, gaveta VII, mç. 10, doc. 46.

<sup>36</sup> Ficou assente que por cada poldro, mula, mulo, pagariam 1 soldo, de poldra fêmea 6 dinheiros, de cada burra ou burro 3 dinheiros, de cada cordeiro ou cabrito 1 dinheiro, de cada leitão metade de um cordeiro.

<sup>37</sup> IAN/TT, *Ordem de Cristo e Convento de Tomar*, lv. 236, fl. 158-158 v; IAN/TT, *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, lv. 53, fl. 96 v-97

<sup>38</sup> IAN/TT, *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, lv. 53, fl. 39-39v e fls 41-41v

<sup>39</sup> Uma loriga era a cota de malha metálica que os cavaleiros medievais vestiam; o lorigão era uma cota de malha metálica mais reforçada

<sup>40</sup> IAN/TT, *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, lv. 53, fl. 112v-113. O documento foi composto e redigido pelo freire senhor de Pombal, seladas com os selos do prior da Ordem do Hospital em Portugal e do comendado-mor em Portugal.

<sup>41</sup> «que trai castelo e mata senhor».

<sup>42</sup> IAN/TT, *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, lv. 53, fls. 96-96 v. Este documento não está datado, mas, supomos ser do século XIII, do reinado de D. Sancho II, quando os Templários estruturaram o seu domínio senhorial e no contexto dos conflitos do reinado anterior, e não, como sugere Maria Alegria Marques, do século XIV (MARQUES, 2010: 25). A autora segue a indicação que lhe sugere a *História florestal, aquícola e cinegética* ..., vol. I, p. 170, n.º 189.

<sup>43</sup> IAN/TT, *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, lv. 53, fl. 97-97 v.

<sup>44</sup> IAN/TT, *Ordem de Cristo e Convento de Tomar*, lv. 236, fls. 157v-158.

<sup>45</sup> Supomos que a localidade citada no documento seja Paradelas, pela semelhança onomástica e a referência ao rio.

<sup>46</sup> FERNANDES, 2009: 139 – Tabela VII-25.

<sup>47</sup> IAN/TT, *Gavetas VII*, mç. 10, doc. 24.

<sup>48</sup> SOTOMAYOR-PIZARRO, 1997-I: 173, nota 46 e vol. II: 1112; VENTURA, 2011, doc. 122, p. 142: neste documento surge entre os confirmantes D. Martim Afonso tenente de Bragança.

<sup>49</sup> IAN/TT, *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, lv. 53, fl. 97 v-98; O ato «dar de comer», significa no contexto medieval providenciar alojamento, guarida e alimentação ao comendador, membros da ordem ou procuradores, sua comitiva e animais de transporte (ver atrás nota 31).

<sup>50</sup> IAN/TT, *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, lv. 53, fl. 157v. Nas inquirições de D. Dinis de 1288 e sentença de 1290, neste lugar de Coelho a Ordem do Templo possuía três casais que as testemunhas dizem que herdaram dos Braganções. Provavelmente a Ordem do Templo herdou o território dos Braganções, mas procedeu ao seu povoamento; SOTOMAYOR-PIZARRO, PMH – Inq. [no prelo] – IAN/TT, *Leitura Nova, Livro 3 das Inquirições de Entre Beira e Além Douro*, lv. 50, fl. 124v.

<sup>51</sup> IAN/TT, *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, lv. 53, fl. 157.

<sup>52</sup> No domínio hospitalário da comenda de Algosó identificamos a Granja e Granja dos Gregos, hoje localidades do município de Mogadouro.

<sup>53</sup> COSTA, 2016a; MARQUES, 2004/2005: 28-29.

<sup>54</sup> Étimo latino que significa ato de reunião em assembleia, donde derivou a palavra concelho.

<sup>55</sup> COSTA, 2016: 88, 103, 111-112.

<sup>56</sup> MARQUES, 2010: 41; a autora é de opinião que o território ainda estava em construção.

<sup>57</sup> A localidade situava-se entre a Lagoaça e a Quinta da Quebrada. O seu significado, segundo o *Elucidário* de Viterbo, é atalaia (VITERBO, 1865-I: 294). A localidade de Esculca no século XVI encontrava-se extinta (*Tombo da Comenda de Mogadouro*: IAN/TT, *Ordem de Cristo e Convento de Tomar*, lv. 236, fls: 93[105], 96 [108]). No entanto, no seu lugar deve ter nascido a Quinta das Quebradas, pois segundo a descrição situa-se na serra que se chama

Gajope ou do Outeiro, que aparece na *Memória Paroquial* de Lagoaça de 1758 (CAPELA, 2007: 383-384).

<sup>58</sup> DDS, doc. 23, p. 36-37 – que os homens desta vila não tenham outro senhor que o rei de Portugal: «Istos homines de ista villa non habeant nullus senior fora regem».

<sup>59</sup> VENTURA, 2011, livro I, vol. II, doc. 526, p. 115-116. Presente nesse documento estava Fernando Fernandes Cogominho; VICENTE, 2002: 564.

## Bibliografia e fontes

- AFONSO, Elias de Jesus Monteiro (2004-2005), *Edição e estudo histórico dos forais medievais de Mogadouro e Penas Roias*. «Brigantia – Revista de Cultura», Bragança: Edição da Assembleia Distrital, vols. XXIV (n.º 3/4) e XXV (n.º 1/2), p. 81-116.
- ALVES, Francisco Manuel (2000), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Bragança: Câmara Municipal/Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal, [1.ª ed. 1909-1948], 12 volumes.
- AZEVEDO, Rui Pinto de, et alii (1958), *Documentos medievais portugueses. Documentos régios. Documentos dos condes portucalenses e de D. Afonso Henriques (1095-1185)*, vol. 1, tomo I. Lisboa: Academia Portuguesa da História (DR).
- AZEVEDO, Rui de, et alii (1979), *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. 1. Coimbra: Centro de História da Universidade (DDS).
- BARROCA, Mário Jorge (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 4 vols.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e Tecnologia
- CAPELA, José Viriato, BORRALHEIRO, Rogério, MATOS, Henrique e OLIVEIRA, Carlos Prada de (2007), *As freguesias do distrito de Bragança nas Memórias Paroquiais de 1758: Memórias, História e Património*. Braga.
- COSTA, Paulo J. Sousa (2015), *A Torre do Relógio e o Castelo de Alfândega da Fé: 1258-1758*. Vila Nova de Gaia: DH Debater a História/ C. M. de Alfândega da Fé.
- COSTA, Paulo J. Sousa (2016), *Alfândega da Fé de Sobre a Vala-riça: do domínio senhorial ao senhorio régio (século XII-XIV)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade; dissertação de mestrado.
- COSTA, Paulo J. Sousa (2016a), *O património dos Cistercienses em Trás-os-Montes nos séculos XIII-XIV*. In III.º Colóquio Internacional Caminhos de Santiago, Rates. Póvoa do Varzim [no prelo].
- FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa (2009), *A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade; tese de doutoramento.
- GUIJARRO MENÉNDEZ, Natán (2006), *O Noroeste peninsular no trânsito da Antiguidade à Idade Média*. «Brigantia – Revista de Cultura». Bragança: Assembleia Distrital, vol. XXVI (n.º 1/2/3/4), p. 887-919.
- HERCULANO, Alexandre (MATTOSO, José, edição crítica de) (2007), *História de Portugal. Desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de D. Afonso III*, vol. I, 2.ª edição [1.ª edição crítica, 1980]. Lisboa: Bertrand Editora.

MARQUES, José (2004-2005), *Estruturação administrativa e social do Nordeste transmontano, no período medieval. Alguns aspectos*. «Brigantia – Revista de Cultura». Bragança: Assembleia Distrital, vols. XXIV (n.º 3/4) e XXV (n.º 1/2), p. 3-46.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes (2010), *Espaços e poderes. Mogadouro: Forais, concelhos e senhores (séculos XII e XVI)*. Mogadouro: Câmara Municipal.

MARTÍN VISO, Iñaki (2002), *La formación de la frontera con Portugal y su impacto en el Occidente Zamorano (siglos XII-XIII)*. In *Studia Zamorensia, Segunda Etapa*, vol. VI, p. 49-74.

MATTOSO, José, dir. (1993), *História de Portugal. A monarquia feudal*, vol. II., 1.ª ed.. Lisboa: Círculo de Leitores.

MATTOSO, José (2007), *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Rio de Mouro, Temas e Debates, 1.ª ed.. Lisboa: Círculo de Leitores.

MORENO, Humberto Baquero (1998), *As relações de fronteira no século de Alcañices (1250-1350): o tratado de Alcañices*. «Revista da Faculdade de Letras: História», II série, vol. 15, tomo 1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade, p. 641-653.

NETO, Joaquim Maria (1975), *A leste do território bracarense*. Torres Vedras: edição do Autor.

*Portugaliae Monumenta Historica. A saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum, Inquisitiones*, tomo I (pars II, fasc. VIII), Academiae Scientiarum Olisiponensis Edita, 1961 (PMH, Inq.).

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (1997), *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 volumes. Porto: Faculdade de Letras da Universidade; tese de doutoramento.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (2007), *O regime senhorial na fronteira do nordeste português. Alto Douro e Riba Côa (séculos XI-XIII)*. «Hispania. Revista Española de Historia», vol. LXVII, n.º 227, septiembre-diciembre, p. 849-880.

VARIZO, Anibal (1989-1990), *Mogadouro – Aportamentos Históricos*. «Brigantia – Revista cultural», vol. IX, n.º 3/4, jul-dez 1989, p. 79-105; vol. X, n.º 1/2, jan-jun 1990, p. 303-317.

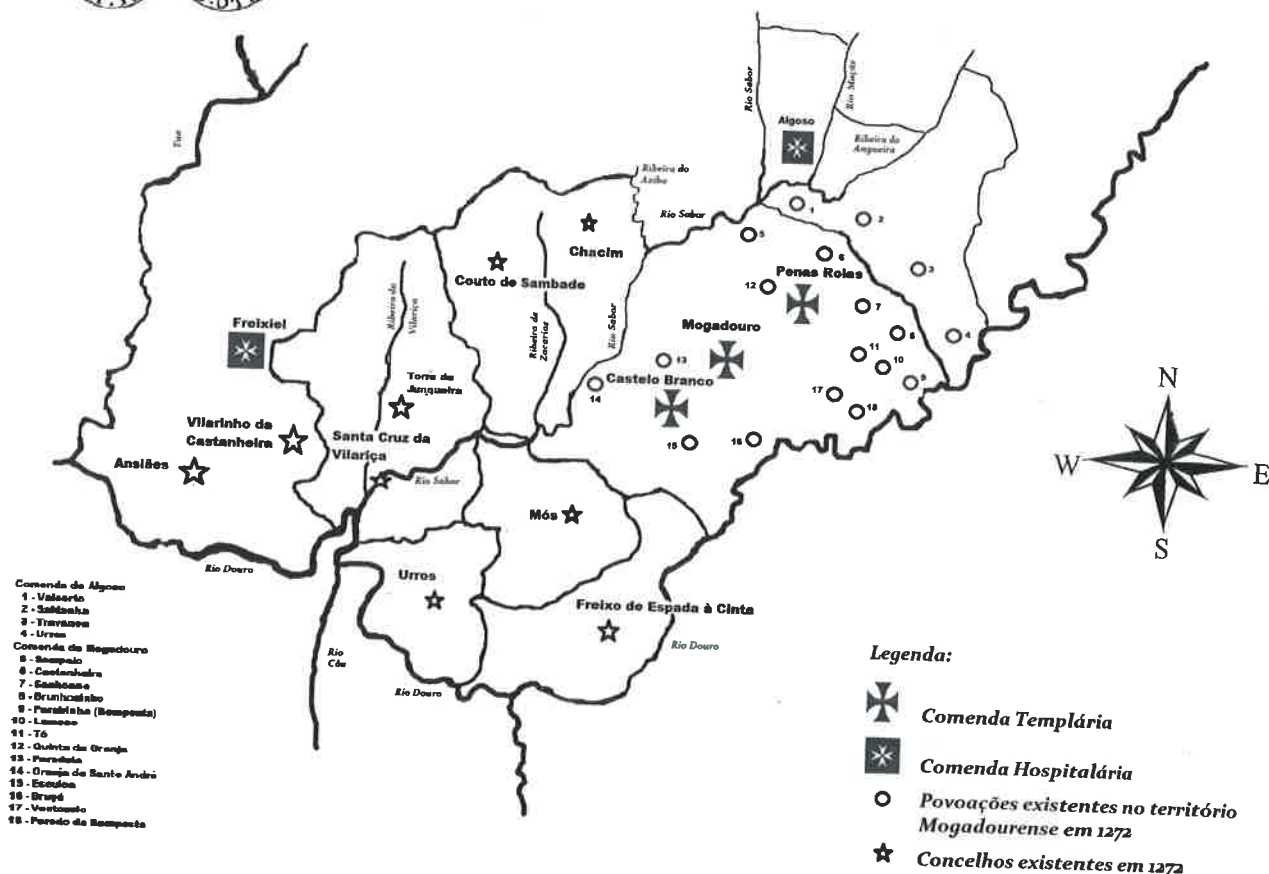
VENTURA, Leontina e OLIVEIRA, António Resende de, ed. (2011), *Chancelaria de D. Afonso III*, 3 vols.. Coimbra: Imprensa da Universidade.

VICENTE, António Maria Balcão (2002), *Povoamento e estrutura administrativa no espaço transmontano (séc. XII a 1325)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade; tese de doutoramento.

VITERBO, frei Joaquim de Santa Rosa de, O.F.M. (1865), *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*, II vols., 2.ª edição [1.ª Edição 1798-1799]. Lisboa: Editor A. J. Fernandes Lopes.



## Retrato do Território em 1272



## São Gonçalo de Amarante, o santo que não foi e é. Contribuição ao estudo de um devocionário

**Dagoberto Carvalho Jr.**

Mestre em História da Arte; presidente da Sociedade Eça de Queiroz do Recife, Brasil

Estudioso da hagiologia e de seus desdobramentos profano-religiosos, acabei por voltar à universidade, década de 1980, acadêmializando os saberes para os quais não me preparara – natural e oficialmente – o curso de Medicina, concluído dez anos antes. Veleidades intelectuais que «legalizaram» ensaios pioneiros como *Nossa Senhora da Vitória de Oeiras* («Revista do Instituto Histórico de Oeiras», n.º 2, 1979/80); *Parnaíba – Roteiro Histórico e Sentimental* («Revista da Academia Piauiense de Letras», dezembro, 1979); *Notícia Histórica da Freguesia de Nossa Senhora do Ó e Conceição* («Revista da Academia Piauiense de Letras», 1.º semestre de 1980); e *Um Santeiro do Médio Parnaíba* («Revista Presença», n.º 11, Teresina, 1984). Além do livro – na área – *História Episcopal do Piauí*, 1980, atualizado em edição de 2011. Especialidade histórico-literária reconhecida e divulgada com a publicação da dissertação de mestrado em História do Brasil, pela Universidade Federal de Pernambuco, concentração em História da Arte Sacra: *A Talha de Retábulos no Piauí* (1990, 2005). Ratificada em *Arte Sacra Popular e Resistência Cultural* («Cadernos de Teresina», n.º 14, 1993); ensaio, que emprestou título a livro de 2005, reunindo-o ao já referido *Um Santeiro do Médio Parnaíba*.

Também, os estudos literários ecianos (de especialista na vida e obra do romancista José Maria Eça de Queiroz), longe de distanciar-me do tema antigo – no que pese tê-lo em parte, substituído – mantém-me a ele (o velho tema), sempre próximo; através, sobretudo, do *Dicionário de Milagres e Vida dos Santos*, do grande escritor português. O Eça

anticlerical, mas crente – e «expert» em Arte Sacra – de *O Crime do Padre Amaro* e tantas outras belas passagens artístico-católico-religiosas de muitos outros livros.



São Gonçalo. Retábulo de Santa Luzia, Igreja do Rosário, Oeiras.

Curiosidade devocional de menino, tratei de São Gonçalo de Amarante, em artigo publicado em 25 de dezembro de 1986, no jornal *Diário de Pernambuco*, ao comentar *São Gonçalo Garcia – (jesuíta espanhol, mártir, venerado no altar mor da Igreja de Nossa Senhora do Livramento, no Recife)* – um livro resgate, de Gilberto Osório de Andrade e Rachel Caldas Lins, incluído em meu *A Palavra e o Tempo*, editado em 1992. A propósito permiti-me digressão sobre a crônica do dominicano português. Acreditava e ainda creio poder con-

tribuir, de algum modo, para o resgate de seu culto remoto e, até há bem pouco tempo, significativo, na ex-capital do Estado do Piauí. Venera-se na igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Oeiras, barroca imagem de São Gonçalo de Amarante. A tradição remonta à primeira metade do século XVIII. Também ali, mantêm-se vivas as Rodas de São Gonçalo, para Luiz da Câmara Cascudo, «derradeira dança como ação religiosa».



São Gonçalo sobre peanha em arcadas, lembrando a ponte sobre o Tâmega, Amarante (Portugal).

Santo para o Brasil e todo o mundo que português criou, no que pese João Ameal, em seu clássico *Santos Portugueses* (Livraria Tavares Martins, Portugal, 1957), tê-lo apenas por beato, foi esta condição canónica, elevada – para Portugal e seus domínios, enfatiza – pelo papa Pio IV, a pedido de Dom João III, o Piedoso, em 16 de setembro de 1561. A autorização para sua festa litúrgica, a 10 de janeiro, data da morte (ano de 1262, conforme Frei Luiz de Souza), vem do papado de Júlio III.

De Gonçalo Pereira, sabe-se que nasceu no início do século XIII – tempos de D. Afonso II, D. Sancho II e D. Afonso III – período cor-

respondente à formação da nacionalidade portuguesa, em Arriconha, freguesia de Tagilde, Guimarães. Vocacionado para o sacerdócio, estudou no mosteiro beneditino de Pombeiro. Ordenado em Braga – reza a tradição, pelo próprio arcebispo primaz de todas as Espanhas – foi abade de São Paio de Riba Vizela. Visitou Roma e Jerusalém. Optando pela Ordem Dominicana, lá pelos cinquenta anos de idade, professou no seu convento de Guimarães, de cuja Colegiada (Nossa Senhora da Oliveira), chegou a ser cônego.



São Gonçalo, orago da primitiva freguesia de Regeneração, Piauí, cuja história remonta ao aldeamento de índios, fundado em 1771, pelo governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro.

Em Amarante, ou nas ruínas do que fora o «lugar», construiu – daí dizer-se ter sido seu segundo fundador – uma capela de Nossa Senhora da Assunção, à margem do Tâmega. Associa-se decerto a esse tempo e à paisagem física em que viveu, imagens suas tendo por base (peanha, ou sobrepeanha), representação de ponte que teria construído – o benemérito – sobre o rio, nas proximidades da capela.



Primeira imagem de São Gonçalo, padroeiro de Amarante. Doação de coronel João Ribeiro Gonçalves. 1861.



Segunda imagem de São Gonçalo, Amarante.



Estampa da festa de São Gonçalo. Amarante, Piauí, 1957. Iniciativa do padre Isac Vilarinho. A igreja é de Amarante. A imagem, não. Impressa em São Paulo.

Com referência aos padroados de São Gonçalo nas cidades vizinhas de Regeneração e Amarante, cabe o reparo da precedência do culto em Regeneração. Afinal, a atual cidade piauiense de Amarante, é a Vila de São Gonçalo, que a Lei Provincial n.º 506, de 10 de agosto de 1860, transferiu de seu assento primitivo (Regeneração), para o «lugar denominado Barra do Mulato, na margem do Rio Parnaíba». Abandonou-se, então, como Vila Velha, o povoamento que, já em 1805, fora elevado à condição de freguesia. Povoado e capela construíram-se sobre as fundações culturais e materiais do aldeamento de índios domésticos criado em 1771, pelo governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro. Em 1873, apesar da proximidade geográfica, e não obstante o notório progresso de Amarante – sua condição de maior império do Médio Parnaíba – a Vila Velha retoma o predicamento perdido, no que se antecipa, como sempre, a Igreja. Dois anos antes,

a freguesia, conservada a imagem antiga, tomara a invocação de São Gonçalo da Regeneração.



Festa de São Gonçalo, Amarante, 1980.

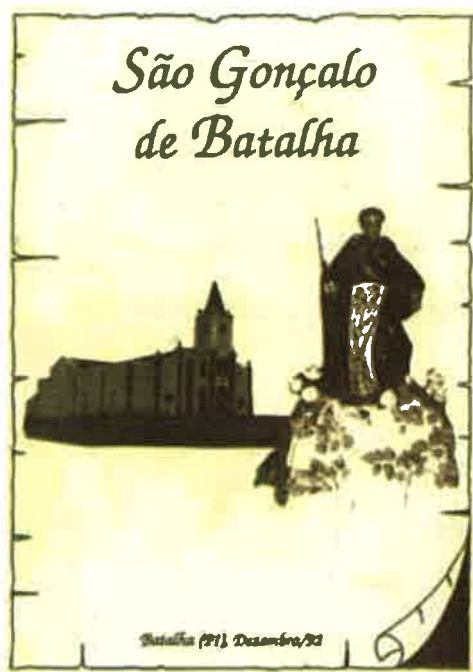


Lembrança da festa de São Gonçalo, Regeneração, 1 a 10 de janeiro de 1987.

Deve-se ao zelo telúrico da pesquisadora Nazi Castro – com quem o autor manteve amizade desde 1976, quando trabalhou na Companhia Latino Americana de Planejamento, para a inclusão de Amarante no Programa de Cidades Históricas e Coloniais do Nordeste (Ministérios da Educação e do Planejamento) – o resgate de velhas fotografias e hinos religiosos e letras de Rodas de São Gonçalo, do Médio Parnaíba, transcritos nesta memória.

Outra cidade piauiense da qual o Santo é padroeiro – a que leva seu nome, São Gonçalo do Piauí, região de Regeneração e Amarante, no Médio Parnaíba, tem como padroeira, a Santa Cruz – é a de Batalha, em terras da antiga freguesia de Nossa Senhora do Carmo, de Piracuruca. Sua história remonta ao tempo das lutas pela ocupação da terra, no caso, vencidas pelos portugueses entregues à proteção de São Gonçalo. A de São Gonçalo da Batalha foi criada pela Lei Provincial n.º 340, de 22 de agosto de 1853 – escrevo em *História Episcopal do Piauí* (2.ª ed., 2011, p. 96), e canonicamente instalada em 3 de junho do ano seguinte. O primeiro vigário foi o Padre Antônio Simões de Moura, que tomou posse naquele mesmo ano. A freguesia teve origem na capela que, em 1794, fundou o coronel José de Miranda, como consta de escritura de doação feita pelo dito coronel e sua mulher, dona Florinda de Carvalho, «passada pelo tabelião público do termo da Parnahyba, João Felipe de Sousa, em 24 de novembro daquele ano». Documentada a história de seus sinos, fundidos que foram – no segundo quartel do século XIX – na Vila Barras, pelo mestre Manuel Resplandi.

De lá, registramos informações do Padre Francisco de Assis de Araújo Pinto – a quem sirvo de referência bibliográfica na plaquete *São Gonçalo da Batalha: Pequena Historiografia* (1992), então titular da paróquia, que dão conta da força do devocionário local. Agradecimentos, também, à solicitude da senhora Floripes Pires.



Lembrança da festa de São Gonçalo, no município de Batalha, Piauí, 1992.



São Gonçalo, padroeiro de Batalha. Andor festivo.



Flâmula. Festejos de 1993.

Havia ainda, em 1992 – segundo informação de D. Ramon Carrozas (carta de 15 de julho) – em sua diocese de Bom Jesus do Gurguéia, uma capela dedicada a São Gonçalo, no povoado de mesmo nome, município de Barreiras.



Imagem e capela de São Gonçalo Seresteiro. Barreiras, Diocese de Bom Jesus do Gurguéia, Piauí, 1987.

Apêndices:

BENDITO DE SÃO GONÇALO DE AMARANTE

Autor desconhecido

Bendita louvada seja  
A luz do céu mais brilhante  
A hora em que nasceu  
São Gonçalo de Amarante

Sempre da Virgem Maria  
Foi devoto muito amante  
Seguindo em tudo a Jesus  
São Gonçalo de Amarante

Varão distinto em virtudes  
Da pobreza muito amante  
Da lei de Jesus escravo  
São Gonçalo de Amarante

Em milagre foi sublime  
Nos mistérios penetrante  
Da igreja mui zeloso  
São Gonçalo de Amarante

10  
Este é o himno mais antigo cantado  
em Amarante e Regeneração, o que se  
conhece; aqui perdeu-se a letra, não se  
sabe bem que seja bem igual porque o Pe  
Manriques quando foi vigário em Rege-  
neração corrigiu a letra que achou  
deturpada, e eu não tenho a primi-  
tiva para comparar, esta veio de lá.

HINO DE SÃO GONÇALO

Letra de Joca Ribeiro (João  
Benedito Ribeiro Gonçalves)

Cantemos com alegria  
Hosana, pois, retumbante  
Louvemos com primazia  
São Gonçalo de Amarante

As avessinhas mimosas  
Em gorgeio delirante  
Cobrem de flores e rosas  
São Gonçalo de Amarante

Cravo, rosa, toda flor  
Desabrocha delirante  
Coroando de esplendor  
São Gonçalo de Amarante

2º

Foi cantada em Amarante

HINO DE SÃO GONÇALO

Letra do Pe. Isac Vilarinho

O São Gonçalo bendito  
Amigo sois do Senhor  
Acendei em nossas almas  
A luz da fé e do amor

A maravilha da graça  
Com alegria se cante  
Olhando e imitando  
São Gonçalo de Amarante

As glórias todos cantemos  
Com alegria vibrante  
Do nosso excelso Patrono  
São Gonçalo de Amarante

O dom das glórias eternas  
Faze-nos Deus alcança-lo  
Com as preces e os pedidos  
Do bondoso São Gonçalo

3º

O 1º, 2º, e 3º hinos  
tem a mesma música

Este hino é o que cantam  
atualmente

# R O D A D E S Ã O G O N Ç A L O

AMARANTE

Coro

O lê, ô lê lê agora

São Gonçalo nesta hora

1 São Gonçalo vem chegando  
Chegando pro seu altar  
Padroeiro tão querido  
Já vai nos abençoar

2 Ó meu Senhor São Gonçalo  
Peço que nos dê licença  
Pra dançarmos esta roda  
Aqui em vossa presença

3 Segue segue seguiremos  
Marcha a Roda pra diante  
Deu licença dançaremos  
São Gonçalo de Amarante

4 Guias e Contra Guias  
Tenham cuidado no dançar  
Dançando as danças direito  
Pro Santo nos ajudar

5 Padroeiro São Gonçalo  
Santo de muito milagre  
Fazendo um pedido a ele  
Ele faz nossa vontade

6 Ó meu Senhor São Gonçalo  
Vou lhe fazer um pedido  
Fortuna e felicidade  
Consolo pra nossa vida

7 Dancemos gente dancemos  
Dancemos com pé ligeiro  
Depois não saiam dizendo  
Tem barroca no terreiro

8 Ó meu Senhor São Gonçalo  
Meu Jesus de Nazaré  
Peço licença meu santo  
De beijar os vossos pés

9 Agora meu São Gonçalo  
Vamos dar as despedidas

Viva, viva São Gonçalo  
Vamos dizer reunidas

10 Ó Meu Senhor São Gonçalo  
Nossas danças estão no fêp  
Vamos dar as despedidas  
No galho do alecrim

11 Vamos dar as despedidas  
Pois já vem rompendo a aurora  
Adeus, adeus São Gonçalo  
Adeus já vamos embora

Esta Roda foi dançada  
em Amarante na Festa  
do Centenário da Transfêrência  
16-07-1961

## Encerramento da Roda de São Gonçalo

Após o Terço:

### BENDITO

Bendito louvado seja  
São Gonçalo de Amarante  
Lá no céu a clara estrela  
Cá na terra a luz brilhante

São Gonçalo de Amarante  
Das donzelas protetor  
Reparti também comigo  
As graças do Redentor

São Gonçalo de Amarante  
De Amarante ainda é hoje  
Levai minha alma pra glória  
Retratada na mezória

São Gonçalo de Amarante  
Com sua fita no chapéu  
Com seu livrinho na mão  
Os anjinhos lhe perguntaram  
Quando era o seu sermão

São Gonçalo vai se embora  
Lá pra praia do Socorro  
Com a estrela no braço  
E outra na maçã do rosto

Oferecemos este bendito  
A São Gonçalo de Amarante  
Lá no céu a clara estrela  
Cá na terra é luz brilhante

Vire

Este bendito foi ditado para mim por Luiz Pereira da Silva, residente no lugar Boa Vista -  
Data Muquillas - Amarante - dizendo que o aprendeu com a velha Domingas das "Cavaíadas"

## BODA DE SÃO GONÇALO

(De Campo Maior)

Publicada no Almanaque do Cariri - edição comemorativa do 1º Centenário de Tereasina - 1952

Pelo caminho:

São Gonçalo vai saindo  
Saindo de porta a fora  
Parecendo a estrela dalva  
Quando vem rompendo a aurora

O ó ó que caminhos tão longe  
O ó ó que areias tão quente  
Os milagres de São Gonçalo  
Fez abalar tanta gente

Minhas alviçaras, minha gente  
São Gonçalo já chegou  
Foi chegando e foi dizendo:  
Minhas alviçaras, eu aqui estou!

Em casa

Na hora de Deus amém  
Padre, Filho, Espírito Santo  
É a primeira cantiga  
Que eu a São Gonçalo canto

Padre, Filho, Espírito Santo  
Na hora de Deus Amém  
É a primeira cantiga  
Que eu a vós canto também

Eu vou dar uma despedida  
No bico da saracura  
A boca de São Gonçalo  
Parece um cravo maduro

Eu vou dar uma despedida  
Numa caneca de ouro  
Meu Senhor São Gonçalo  
Esta é em seu louvô

Eu vou dar uma despedida  
Numa caneca de ouro  
Meu Senhor São Gonçalo  
Desculpe as faltas que houve

Eu vou dar uma despedida  
No laço da fita roxa  
Viva, viva São Gonçalo  
Viva, viva o tocador

Eu vou dar uma despedida  
No bico da siricora  
Vou me embora com as nuvens  
Que é coisa que não demora

Eu vou dar uma despedida  
No galho do alecrim  
Meu senhor São Gonçalo  
Vossas danças estão no fim

Eu vou dar uma despedida  
Numa caneca de prata  
Meu Senhor São Gonçalo  
Vós desculpe algumas falta

São Gonçalo disse ontem  
Hoje tornou a dizer  
Que eu vinhesse às vossas danças  
Que ele queria me ver

Entra serras e serrotes  
Mora três padres galante  
São Francisco, Santo António  
São Gonçalo de Amarante

São Gonçalo diz que é santo  
Mas também tem seus amores  
Todo dia recebendo  
Os seus raminhos de flores

Santo António e São Gonçalo  
São dois santos interesseiros  
São Gonçalo pelas danças  
Santo António pelo dinheiro

E aproximando-se dos violeiros continuam os  
cantadores:

Continua

Estes "guias" que aqui estão  
vinheram do Rio de Janeiro  
Vós levaís eles pro céu  
Para os pés de Deus verdadeiro

Meu Senhor São Gonçalo  
Aqui estão os "contra guias"  
Vós levaís eles pro céu  
Pros pés da Virgem Maria

Meu Senhor São Gonçalo  
Aqui tem duas amigas  
Vós levaís elas pro céu  
Enquanto são bem amigas

Meu Senhor São Gonçalo  
Aqui tem duas irmãs  
Vós levaís elas pro céu  
Uma hoje outra amanhã

Meu Senhor São Gonçalo  
Aqui tem duas açucenas  
Cravo Branco roxeado  
Meninas de cor morena

Meu Senhor São Gonçalo  
Vou lhe fazer um pedido  
Fortuna e felicidade  
Consolo pra nossa vida

Meu Senhor São Gonçalo  
Vou lhe fazer um pedido  
Fortuna e felicidade  
Consolo pra nossa vida

Meu Senhor São Gonçalo  
Meu Jesus de Nazaré  
Dai-me licença meu Santo  
Eu beijar em vossos pés

Passemos gente passemos  
Passemos com pé ligeiro  
Depois não saiam dizendo  
Tem barroca no terreiro

Continua

Passemos gente passemos,  
Tornemos a repassar  
Dancemos as danças direito,  
Pro Santo nos ajudar

## O «Relicário D. João I» de Filipe José Bandeira, oferecido a Salazar

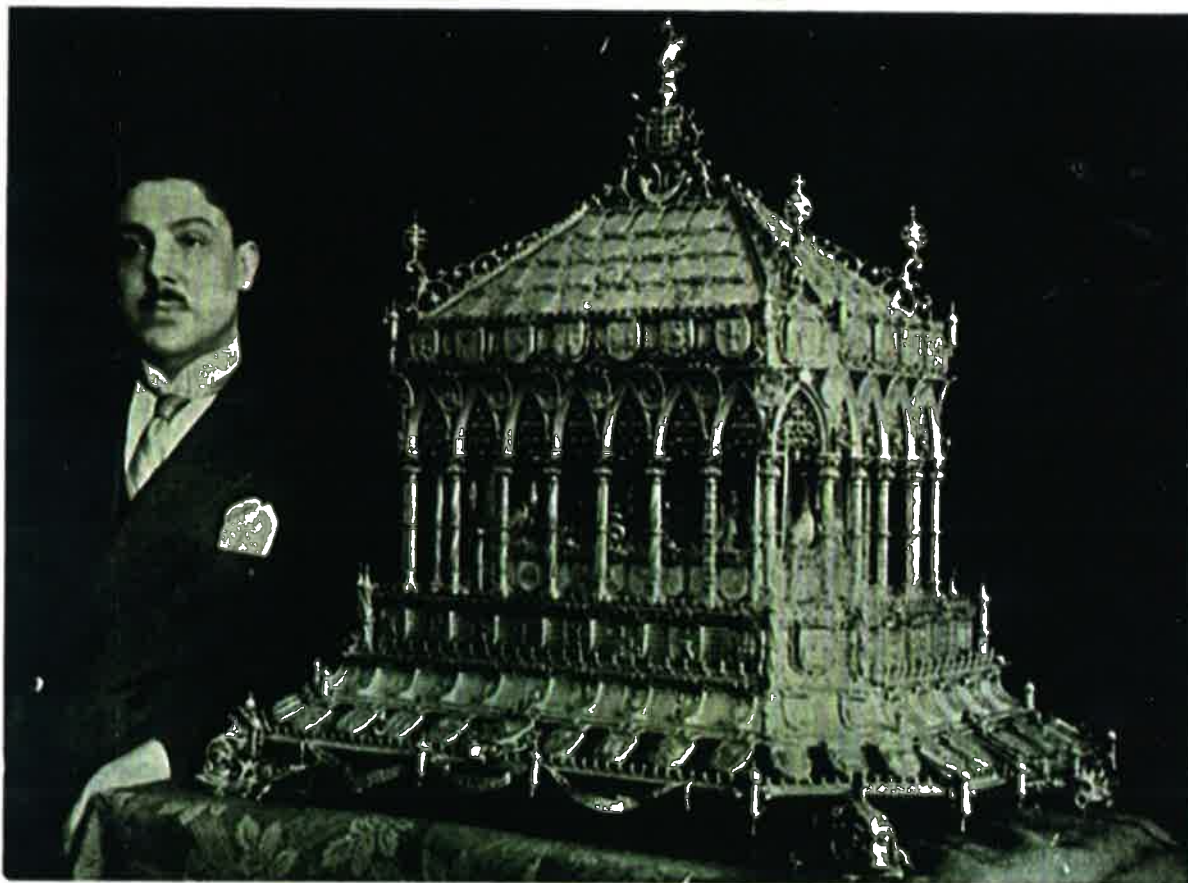
**J. A. Gonçalves Guimarães**

Historiador; coordenador do Gabinete de História, Arqueologia e Património (ASCR-CQ)

O «Relicário D. João I», obra em prata cinzelada contendo no interior uma barra de ouro, foi produzido na oficina de Filipe José Bandeira, «ourives cinzelador e desenhador com o grau de comendador da Ordem de Mérito Industrial»<sup>1</sup> na cidade do Porto em 1929-1930 por encomenda da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia com a contribuição e em nome de todas as autarquias de Por-

tugal (só Continente). Destinava-se a ser oferecido ao então ministro das Finanças, Professor Doutor António de Oliveira Salazar<sup>2</sup> em cerimónia que se realizou nos Paços do Concelho gaienses a 13 de março de 1932. Mas o destinatário não compareceu, indicando por telegrama que a Câmara de Gaia a entregasse à do Porto, o que virá a ser feito em março de 1933.

O ARTISTA JUNTO DA SUA OBRA



Oferta das Ex.mas Camaras Municipaes Portuguezas ao Snr. Ministro das Finanças Dr. Antonio d'Oliveira Salazar. Executado em prata, compõe-se esta grandiosa obra de 893 peças, destacando-se entre elas 280 Brasões Municipaes. Mede cerca de 1.m de comprido e pouco menos de altura, sendo o seu aspecto o de um Mosteiro Gótico Manoelino; cheio de magestade e grandeza, lembrando-nos a nossa melhor joia arquitetónica — O Mosteiro da Batalha — onde o claustro D. João I, avulta com suas filigranadas ogivas; vendo-se através das colunas enfloradas, a frota de Vasco da Gama, envolvendo um vaso de cristal, onde uma barra de Ouro fino se encerra.

Execução de: **FILIPE JOSÉ BANDEIRA**  
Com o grau de Comendador da Ordem do Mérito Industrial  
Offic. **ALIA REZENDES DE OLIVEIRA**, 787 — Telefone, 2859  
Porto — Portugal

A documentação sobre o processo da campanha de angariação de fundos para a sua encomenda e todos os documentos a ele referentes estão reunidos em dois volumes encadernados hoje depositados no Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner, Vila Nova de Gaia, vindos do antigo arquivo da câmara e que por nós foram estudados e apresentados em 1984<sup>3</sup>, e que agora revisitamos. Composta por documentos emanados por este município, e por todos os restantes do Continente, contém interessantes elementos sobre vários aspetos da vida autárquica no início do Estado Novo, mais concretamente entre aquelas datas. Estando por agora arredados deste artigo outros aspetos, alguns dos quais já por nós estudados e publicados, vamos apenas registar os que diretamente dizem respeito ao «Relicário»<sup>4</sup>.

### 1. A Câmara de Gaia homenageia Salazar

«Um Portuguez de Lei» tinha proposto no jornal *A Voz*, de Lisboa, que na manifestação que os municípios iam fazer «em romagem patriótica» à capital no dia 20 de outubro de 1929 para «apresentar as suas homenagens ao Ilustre Ministro das Finanças», lhe fosse oferecida uma barra de ouro com a seguinte legenda: «ouro de portugueses a quem tanto zela o ouro de Portugal». Seria assim «a prova material e o expoente palpável da admiração e reconhecimento de todos os portugueses que querem e sentem o ressurgimento de Portugal». E porque, continua o tal «português de lei», o atual ministro «defende heroicamente o dinheiro dos cofres públicos e guarda no coração o ouro das melhores tradições e das antigas virtudes portuguesas, deviam os Municípios, nesse dia, entregar-lhe ouro em barra, guardado num desses lindos cofres de madeira e prata que os nossos artistas tão bem trabalham...».

Pegando na ideia, e antecipando-se à Câmara de Chaves, que na homenagem que

promovera para 20 de outubro em Lisboa ia entregar a Salazar apenas «uma mensagem encerrada numa pasta artística, ofertada pelos municípios de Portugal», em 19 de setembro o presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Veneslau Fernandes de Figueiredo<sup>5</sup>, propõe ao executivo que aquela «... ideia seja levada ao conhecimento de todas as Comissões Administrativas de Portugal, certo que ela terá o melhor acolhimento e para cuja efetivação esta Comissão Administrativa contribua com a importância de MIL ESCUDOS a inscrever no próximo Orçamento Suplementar». «Posta à votação esta proposta, foi aprovada, por unanimidade».

Por circular de 23 de setembro, a comissão administrativa gaiense comunica a iniciativa a todas as outras, estando o seu presidente «convencido de que o conteúdo da referida proposta merecerá a maior simpatia e o maior carinho», pedindo uma resposta até ao fim do mês. Porém as autarquias demoram a responder. Como as comissões administrativas eram nomeadas, dado que as eleições municipais tinham sido suspensas com o golpe de estado de 28 de Maio de 1926, reuniam irregularmente e provavelmente não se sentiam muito representativas dos respetivos municípios. Enquanto Arcos de Valdevez e Oliveira de Azeméis respondem logo a 1 e 2 de outubro, respetivamente, algumas das demais só o fazem nos restantes meses do ano, prolongando-se as respostas até maio de 1930 (Albufeira em 19 de maio e Baião em 22 deste mesmo mês e ano), não tendo muitas delas respondido a esta primeira circular. Das que o fazem, declaram não concordar com a oferta as câmaras de Albufeira, porque «... não obstante os esforços e constantes diligências para a restauração desta Comarca, o Governo a nada tem atendido...»; Cantanhede porque «... recusamos a acreditar que Sua Ex.<sup>a</sup> receba de bom grado a homenagem

simbólica d'uma barra de ouro...»; Ponte de Lima porque «...tem o máximo empenho em que os dinheiros dos contribuintes sejam gastos com parcimónia, evitando-se toda a despesa supérflua e má aplicação dos dinheiros dos contribuintes»; e Vila do Conde porque não julga «que seja de forma alguma do agrado de S. Ex.<sup>a</sup> que os municípios distraiam um centavo só que seja das suas receitas para outro fim diferente dos respectivos concelhos». De entre as câmaras que começaram por não concordar com a oferta, mas que depois contribuíram, temos Arganil, Lisboa e Porto, escrevendo esta última que Salazar seria «o primeiro a não aceitar que essa oferta lhe fosse feita», mas acabando, no fim desta história, por ficar com a peça por re-oferta do homenageado, como veremos. Albufeira acabará por enviar 300\$00 para o «Relicário» e 100\$00 para a barra de ouro, o que poderá querer dizer que viu, ou que alguém prometeu, que os seus interesses seriam satisfeitos; Cantanhede reviu a sua posição, contribuindo com 100\$00 para a barra de ouro, o mesmo fazendo Vila do Conde. Só Ponte de Lima se manteve fiel à sua posição inicial. Curioso será também referir que não contribuíram, invocando falta de verba, as câmaras de Alter do Chão, Borba, Castro Verde, Matosinhos, Montemor-o-Velho e Vila Viçosa.

Mas vejamos o andamento do processo da elaboração da prenda: em novembro de 1929, portanto já depois da romagem de 21 de outubro a Lisboa promovida pela Câmara de Chaves, a Câmara de Gaia envia nova circular em que solicita o brasão dos municípios para figurarem no «Relicário» e aproveita para lembrar a necessidade de uma resposta ao pedido da verba, «aceitando-se qualquer quantia que não seja inferior a 50\$00 [escudos]». Em fevereiro do ano seguinte nova circular volta a solicitar o brasão «... em virtude da falta que está a fazer ao artista encarre-

gado de o executar para poder ultimar o seu trabalho» e também a quantia aprovada para «o aludido objecto de arte». Em abril, «estando prestes a concluir-se o relicário...», é enviada nova circular que afirma que o «objecto de arte tem de ser entregue àquele ilustre titular do Governo nos fins do corrente mês...», voltando a solicitar os brasões às câmaras que ainda não o tinham enviado ou que dissessem que não o possuíam, «a fim de se providenciar nesse sentido»<sup>6</sup>. E mais uma vez se lembra «a importância para a ajuda da sua execução». Em 14 de maio nova circular informava que «está quase concluído o relicário...» que seria um «complemento das homenagens realizadas em 21 de Outubro» passado, ou seja, das promovidas pela autarquia flaviense em Lisboa. Volta a insistir na comparticipação nas despesas e o envio do brasão. E nesta circular aparece um dado fundamental que confirma que Salazar sabia que as câmaras estavam a quotizar-se para lhe oferecerem uma prenda de vulto já em 1930. Poderíamos até deduzir que, sendo ele um atento observador de todas as contas públicas, não lhe teriam escapado as rubricas extraordinárias das câmaras destinadas ao «Relicário». Mas essa certeza fica muito mais clara baseada nesta circular que afirma perentoriamente que a «iniciativa tanto sensibilizou e comoveu aquele membro do Governo», o que quer dizer que, ou a Câmara de Gaia tinha sido recebida numa audiência onde de tal o informou, ou que delegou essa tarefa em alguém.

A data da cerimónia da entrega da peça não foi de imediato marcada e teve de esperar por boa oportunidade, que só surgirá em 1932, quase dois anos depois da peça estar pronta. Mas, entretanto, os preparativos para tal tinham começado muito antes. Ainda em 30 de junho de 1930 a Câmara de Gaia solicitara às companhias de Caminho de Ferro que fizessem um abatimento de 50% nos bilhe-

tes de comboio pagos pelos representantes das autarquias que viessem, devidamente credenciados, assistir à sua entrega. Em 12 de julho nova circular comunica que «o maravilhoso relicário que vai ser oferecido por todas as Comissões Administrativas dos Municípios do País ao ilustre Ministro das Finanças Doutor Oliveira Salazar, se encontra nesta data concluído». E reforça-se agora a ideia do complemento da prenda: «com um pouco mais de sacrifício de todos nós» poderia ser comprada uma «pequena barra de ouro que o «Relicário» guardará como símbolo de gratidão de Portugal». Assim, o presidente da comissão administrativa da Câmara de Gaia toma «...a liberdade de recorrer ao patriotismo e generosidade» das restantes comissões administrativas para enviarem mais 50\$00 «o mais rapidamente possível». Após esta data e até 24 de fevereiro de 1932 não aparecem na documentação consultada mais circulares.

A conta do «Relicário» tem a data de 27 de janeiro de 1932, e são também deste ano todos os documentos relativos à compra da barra de ouro. Este dilatar no tempo da entrega da peça poderá ter a ver com a situação política vivida no governo e no País e também com o próprio percurso ascensional de Salazar à época, então inteiramente ocupado em definir as linhas mestras da doutrina do Estado Novo numa sociedade que não estava ainda conformada com o rumo dos acontecimentos. No ano de 1931 tinha havido várias tentativas de golpe de estado, com as revoltas da Madeira e dos Açores em abril, e a 26 de agosto as unidades militares de Lisboa revoltam-se, sendo todas elas reprimidas e os cabecilhas presos e deportados. Esta agitação política vai continuar no início de 1932, e talvez seja este o motivo próximo que faz com que Salazar não venha receber a oferta.

Entretanto em 24 de fevereiro desse ano já era presidente da comissão administrativa

da Câmara de Gaia o engenheiro Jorge Faria Vieira de Araújo<sup>7</sup>, que endereça uma circular às juntas de freguesia convocando-as para uma reunião preparatória da entrega da peça, cuja data aparece fixada para 13 de março. São então enviados os «cartões de identidade» para todas as câmaras municipais, juntas de freguesia e núcleos da União Nacional já constituídos. São igualmente enviados convites ao provedor da Misericórdia de Gaia, recentemente constituída, e a várias outras personalidades locais encabeçadas pelo escultor Teixeira Lopes, além de representantes das forças militares, governos civis, associações patronais e de classe, professorado, etc., etc. Porém a 8 de março já se sabia que o presidente do Governo não viria, pois numa circular dessa data esta indicação aparece riscada, apenas mencionando o presidente da República e o Governo.

Efetivamente o general Carmona vem ao Norte, chegando ao Porto a 12 de março. No dia seguinte vem a Gaia onde é recebido nos Paços do Concelho, visitando ainda o atelier de Teixeira Lopes. O resto do programa, que decorrerá até ao dia 16, será passado no Porto, Matosinhos e Gondomar. No discurso que o presidente da comissão administrativa da Câmara de Gaia profere na cerimónia de boas vindas pede ao general Carmona que entregue a oferta a Salazar. É então que o ministro do Interior lê um seu telegrama onde este justifica a sua ausência por motivos de saúde, embora os seus biógrafos mais íntimos não lhe encontrem qualquer doença para aquela data. E quanto ao «Relicário» esclarece: «Não me opus à oferta por parte das Câmaras mesmo à custa dos orçamentos municipais por me parecer que... não deve nunca ser contrariado na alma do Povo o sentimento de reconhecimento pela dedicação dos que desinteressadamente sirvam a Pátria». E manda oferecer a peça, que tantas canseiras tinha dado à Câmara de Gaia, e despesas a

esta autarquia e a quase todas as outras, ao Museu Municipal da Câmara do Porto, a qual, como vimos, até se tinha inicialmente recusado a contribuir para a prenda. Como já dissemos, o «Relicário» virá a ficar nos Paços do Concelho de Vila Nova de Gaia até março do ano seguinte.

## 2. O ourives cinzelador Filipe José Bandeira

Filho de António Maria Bandeira e de Maria Júlia da Conceição Baptista, Filipe José Bandeira nasceu a 13 de abril de 1895 na freguesia do Bonfim, Porto e faleceu em Mafamude, Vila Nova de Gaia a 28 de julho de 1970. Começando muito novo a trabalhar como aprendiz de cinzelador, frequentou entretanto a Escola Faria Guimarães entre 1909 e 1913, tendo sido discípulo do mestre António Maria Ribeiro. Abriu oficina própria na rua Heróis de Chaves n.º 789-791 (depois rua D. João IV), tendo a marca de contraste n.º 1811<sup>8</sup>.

Na «Monografia descritiva»<sup>9</sup> publicada sobre o «Relicário» existem algumas referências interessantes a este ourives que concebeu e executou a peça, além da sua fotografia com a comenda ao peito da Ordem do Mérito Industrial e Agrícola com que foi galardoado por Salazar. Tem também diversos extratos do Livro de Honra, posto a recolher opiniões sobre a obra, pelo menos desde junho de 1930, com pareceres muito favoráveis de várias figuras gradas de Gaia e Porto: João Augusto Ribeiro, pintor e professor, refere-se ao «invulgar talento» do ourives; o escultor Teixeira Lopes escreveu que o mesmo possuía «... muitíssimas qualidades de bom gosto e cinzelagem habilíssima»; o escritor Joaquim Castro salienta que o autor da obra «... confirma no Norte do país a tradição brilhante dos lavrantes e ourives portugueses» com a sua «alta capacidade estética e o poder de realizar outras obras em que o seu belo talento perdurará»; Joaquim Lopes,

pintor e professor nas Belas Artes felicita-o como ourives; a comissão administrativa da Câmara de Gaia felicita «... o eminente artista... por este triunfo... bem dignos da sua cultura, da sua técnica e da sua honestidade»; para o governador civil do Porto, Luiz Nunes da Ponte, trata-se de um «artista ilustre... que sobremaneira honra a Indústria Nacional»; o bispo do Porto, D. António Augusto de Castro Meireles, não deixa também de expressar a sua admiração ao «exímio artista»; o comandante da 1.ª Região Militar, coronel Júlio Schiappa de Azevedo escreve que «esta joia artística... perpetuará para todo o sempre a arte nacional»; António Tapia, adido militar de Espanha, declara que «el relicário es una obra maestra de la orfbreria portuguesa». A obra e o seu autor merecem ainda rasgados elogios em 1932 do presidente da República e do então presidente do Ministério, general Domingos de Oliveira. Por fim, em maio de 1933 e já depois de ter em seu poder a peça, a Câmara do Porto também opina que Filipe José Bandeira foi «o executor genial» do «Relicário». Como vemos, uma grande unanimidade.

Estará por fazer não só a biografia deste ourives-cinzelador mas também o inventário da sua obra. Juntemos, por agora, ao «Relicário D. João I» a «monumental salva manuelina» *Glórias Portuguesas*, adquirida pelo industrial José Gil Poy, a «Salva do Cavaleiro», alusiva a Álvaro Gonçalves Coutinho «O Magriço», e a salva «Infante D. Henrique» «evocativa das descobertas marítimas portuguesas»<sup>10</sup>.

## 3. Descrição do «Relicário»

Para a descrição do «Relicário», além da observação direta que dele fizemos aquando da sua mostra na Exposição de Ourivesaria do Norte de Portugal, que esteve patente na Casa do Infante no Porto em 1984<sup>11</sup>, vamos

servir-nos do folheto, que já referimos, supomos que elaborado e mandado imprimir pelo próprio fabricante.

Fundamentalmente trata-se de uma enorme obra em prata de grandes dimensões, com cerca de 1 m<sup>3</sup> de envergadura, tendo de comprimento 87 cm, de largura 72 cm, e de altura 83 cm, formada por 893 peças cinzeladas e soldadas umas nas outras, incluindo 280 brasões municipais.

O seu autor pretendeu fazer algo que fizesse lembrar o Mosteiro da Batalha, se bem que o resultado final, devido à sobrecarga de motivos neo-manuelinos, lhe tenha dado muito mais semelhanças com o Hotel do Buçaco ou qualquer edifício revivalista semelhante. Quanto a nós, e não ignorando a monumentalidade da obra nem desprezando o exímio trabalho de artesão prateiro que efetivamente tem, esta peça é bem um exemplo da dificuldade de renovação estética própria de alguns setores mais tradicionalistas do Estado Novo, incapazes de criar algo de novo, e por isso recriavam até à exaustão os temas do passado da «época de ouro» de Portugal, ou seja, do românico fundacional, passando pelo gótico da consolidação, até ao manuelino da expansão<sup>12</sup>. Neste caso da peça em apreço, uma recriação deste último estilo, com evidentes anacronismos, como os de ter na mesma peça evocações de arquitetura gótica da primeira metade do século XV, uma frota de finais desse mesmo século e brasões dos séculos XIX e inícios do XX.

A base da peça é formada por três degraus que assentam em quatro golfinhos entre os quais se desenrolam duas fitas de prata com as legendas «Ditosa pátria que tal filho tem» e na outra «Oiro de Portugueses a quem tanto zela o oiro de Portugal». Nestes degraus, em que o primeiro é de mármore negro, entre vários brasões municipais destacam-se os de Vila Nova de Gaia, que teve a iniciativa da obra, o de Santa Comba Dão, terra de natu-

ralidade de Salazar e, aos lados, o de Lisboa, capital do País e sede do governo, e o da cidade do Porto, terra de naturalidade do fabricante e capital da região Norte do País.

Por sobre os degraus eleva-se a representação de um claustro, com a cobertura em forma de telhado sobre o qual, e no respetivo entablamento, se alinham os restantes brasões municipais, rematado nos quatro cantos por esferas armilares com a cruz de Cristo. Na cumeeira apresenta «o braço de D. João I, encimado pelo elmo onde o dragão areja asas» e a divisa daquele monarca: Por Bem.

No seu interior foi incorporada uma urna de cristal, circundada pela representação da frota de Vasco da Gama. No centro de tudo isto, uma barra de oiro com o peso de 540 gramas, poisada num estofado azul, com duas agarras para a suportarem de forma bem visível. A peça tinha chave e apresentava-se sobre uma mesa em madeira de tampo oitavado que se lhe ajusta perfeitamente, quer pelas dimensões quer pelo estilo. Por a ela não haver referências na documentação ou nas contas apresentadas, pensamos ser de existência anterior e para tal reaproveitada, ou mandada fazer para o efeito em data posterior. Segundo o folheto referido, era nela que o «Relicário» estava exposto no Museu do Porto, o que mostra que a sua edição é posterior à decisão de Salazar.

Posteriormente, em data que ignoramos, foi posta em volta da peça uma cercadura de ferro e vidro, talvez para evitar que continuassem a desaparecer alguns dos seus pormenores mais salientes, faltando-lhe já em 1984 o dragão que encimava o braço de D. João I, as quatro esferas armilares, encimadas pela cruz de Cristo, implantadas nos quatro cantos da cobertura, e uma guarita, para além de outros pormenores.

Na exposição acima referida e na sua exibição atual na Pousada do Freixo no Porto faltava-lhe a barra de oiro que dela fazia parte inte-

grante. Reparando para o seu interior apenas lá vimos os suportes. Falta pois a «reliquia» que este «Relicário» continha <sup>13</sup>.

#### 4. O preço do «Relicário»

Segundo as faturas apresentadas, foram os seguintes os custos da peça de prata e da barra de oiro:

|                                                    |            |
|----------------------------------------------------|------------|
| Confeção e contrastaria .....                      | 50 500\$00 |
| Aquisição da barra de oiro e ensaio .....          | 9 000\$00  |
| Outras despesas (tipograf., embalagem, etc.) ..... | 13 823\$60 |
| Total (escudos) .....                              | 63 323\$60 |

Do ourives existe um recibo de 53 800\$00 escudos que apresenta a despesa do «Relicário», a alteração da pedra de mármore, o caixote para embalagem, a pasta para a mensagem e 300 «Monografias descritivas». Estão igualmente arquivados os recibos da tipografia que imprimiu as circulares, do Banco Borges & Irmão que vendeu a barra de oiro, de F. d'Oliveira Sampaio & Filhos, ourives-joalheiros da rua do Sol, 63, Porto, com os custos do ensaio químico e da gravação «dum pensamento de Demosthenes numa barra d'ouro» (!), o recibo da repartição de contrastaria e o do calígrafo que escreveu a mensagem, ou seja, o texto da oferta.

As câmaras de todo o País contribuíram com a quantia de 49 864\$97 escudos para a peça de prata e com a quantia de 14 130\$00 escudos para a barra de oiro, o que dá um total de 63 994\$97, havendo portanto um saldo positivo de 671\$37 escudos. Existe ainda o recibo de um donativo de 500\$00 escudos por parte da Câmara de Gaia à Associação Protectora da Infância, talvez provenientes de parte daquele saldo.

A despesa efetuada com esta oferta, em 1931 equivaleria a cerca de 8.000 dias de trabalho, ou 26 anos (considerando 300 dias úteis de trabalho por ano), por parte de um trabalhador agrícola especializado (8\$00/dia). Nos dias de hoje corresponderia a cerca de 145.000 euros, considerando o ordenado mínimo para 2017 de 557 euros, cerca de 18 euros/dia. Só a barra de oiro custaria hoje 18.511,20 euros (considerando o grama de ouro a 34,28€, cotação oficial em 09.07.2017).

Considerou-se recentemente que um político em funções públicas não pode receber prendas de valor superior a 150€, ou seja, superiores a cerca de 9 dias de trabalho de um assalariado que ganha o ordenado mínimo. Algo efetivamente mudou nas mentalidades desde o tempo de Salazar para cá.



Filipe José Bandeira

#### 5. Conclusões

Salazar só recusou a oferta quando esta já estava pronta para lhe ser entregue a 13 de março de 1932, numa época em que já funcionava a União Nacional, criada em 30 de julho

de 1930, e quando estava já em funcionamento a polícia política criada por Lopes Mateus então ministro do Interior. Era pois improvável que não soubesse da homenagem que lhe estavam a preparar a tempo de a poder sustentar logo no início. Mas não o fez. Como ele próprio escreveu no telegrama que enviou «Não me opus à oferta por parte das Câmaras mesmo à custa dos orçamentos municipais...». Deixou pois rolar o assunto e dele tirou proveito próprio, não no sentido argentário pessoal, aspeto de que sempre se escusou e que todos os historiadores lhe reconhecem, mas do ponto de vista político, procurando tirar o máximo proveito em termos de opinião pública para consolidar o seu poder ainda recente e em fase de ascensão, neste caso junto das «forças vivas» do Porto, oferecendo-lhes o «Relicário» angariado pela Câmara de Gaia. Não foi pois exatamente por modéstia que o não recebeu mas sim porque, como ele próprio também escreveu no já referido telegrama, «não deve nunca ser contrariado na alma do Povo o sentimento de reconhecimento pela dedicação dos que desinteressadamente sirvam a Pátria». De que ele queria ser o modelo e arquétipo com gestos como este.

E o que pensou da reoferta a Câmara de Gaia? Provavelmente amuou por ver-se assim utilizada e reduzida nos seus propósitos de algum protagonismo nacional, pois já então, graças também ao Entrepasto do Vinho do Porto, era um dos concelhos do País com maior número de habitantes e com maior peso nas finanças pelos impostos arrecadados. Mas ficou assim a saber que, para o mentor do Estado Novo, quem contava na cena nacional era a vizinha cidade do Porto, de que aliás os sucessivos presidentes das comissões administrativas gaienses dependiam, não apenas em termos de subserviência política e institucional, mas também económica, profissional e outras. Vejam-se as biografias dos

presidentes das comissões administrativas da época do «Relicário» nomeados pelo Estado Novo: Venceslau Fernandes de Figueiredo (1929-1931), José Maria da Silva (1931-1933), Jorge Faria Vieira de Araújo (1933) e José da Fonseca Menéres (1933-1937) e facilmente se concluirá que não só não tinham grande prestígio pessoal e político, como estavam em Gaia a pensar... no Porto <sup>14</sup>.

Por isso não só não se zangaram, pelo menos publicamente, como uma outra homenagem a Salazar voltou a ser repetida em 1934. A propósito das comemorações do centenário da restauração do município de Vila Nova de Gaia, a edilidade oferece-lhe então uma nova prenda, desta feita apenas em seu nome, um álbum com capa relevada em prata cinzelada concebida por Armando de Matos e Teixeira Lopes e executada pela Casa José Rosas & C.<sup>a</sup>, com fotografias de Mendes Pereira que mostram a velha-nova avenida da República e outros melhoramentos locais, bem assim como o interior da Casa-Museu Teixeira Lopes acabada de transacionar no ano anterior pelo escultor com a Câmara de Gaia, sob a figura do sofisma jurídico-fiscal de «doação onerosa». Desta vez Salazar também não aceitou a prenda e determinou que a mesma ficasse na posse do município que a encomendou, depositada naquela Casa-Museu, mas até hoje praticamente desconhecida, não existindo qualquer publicação que a dê a conhecer <sup>15</sup>.

O «Relicário» foi entregue à Câmara do Porto no dia 27 de março de 1933. Vila Nova de Gaia ficou com a documentação.

## Documento

Ofício da Câmara Municipal do Porto  
(anotação manuscrita na parte superior): «o Relicário foi entregue à Câmara do Porto, no dia 27/03/1933».

«Serviço da República

Exm.º Snr. Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Gaia.

Tenho a honra de acusar a recepção do ofício de V. Ex.ª de 13 do corrente, que acompanhou a entrega da barra d'ouro que o Exm.º Snr. Presidente do Ministério ofereceu com o respectivo «Relicário» ao Museu Municipal da Cidade do Porto e que até hoje tem estado sob a guarda da Comissão Administrativa, a que V. Ex.ª tão digna e brilhantemente preside.

Aproveito a ocasião para salientar a V. Ex.ª que é a esta Comissão Administrativa que cumpre o gratíssimo dever de agradecer a atenção que lhe foi prestada por V. Ex.ª, acedendo de bom grado a conservar em seu poder e guarda os referidos relicário, respectiva chave e barra d'ouro e que é muito reconhecidamente que lhe vem apresentar os seus melhores agradecimentos.

Logo que o «Relicário» dê entrada no Museu Municipal faremos salientar esse acontecimento como merece e para os devidos efeitos, na primeira sessão desta Comissão Administrativa.

Com respeitosas homenagens e os protestos da minha muita consideração desejo a V. Ex.ª

Saúde e Fraternidade

Porto e Paços do Concelho,  
17 de Março de 1933.

O Vice-presidente da Comissão Administrativa  
Augusto de Souza Moura

P.S. – A barra d'ouro tem a seguinte inscrição:  
OURO – G. n.º 15.795 – R.º n.º 4.021 – 0,800».

## Notas

<sup>1</sup> Sobre Filipe José Bandeira veja-se GUIMARÃES, 1986, e LOBO, 1998, que, além de dados escolares, cita o trabalho anterior. Mais alguns dados em *O Tripeiro*, VI

série, ano X, n.º 7, p. 220-224 e n.º 10, p. 317-320, rubrica «Aconteceu há cinquenta anos...».

<sup>2</sup> António de Oliveira Salazar (1889-1970), professor de Ciências Económicas da Universidade de Coimbra, foi ministro das Finanças em 03.06.1926 no 47.º Ministério; no 48.º até 19.06.1926; no 50.º entre 27.04.1928 e 10.11.1928; no 51.º entre 10.11.1928 e 08.07.1929; no 52.º entre 08.07.1929 e 21.01.1930; no 53.º entre 21.01.1930 e 05.07.1932; no 54.º entre 05.07.1932 e 11.04.1933, tendo neste mesmo mandato sido presidente do Ministério e ministro interino da Guerra em 05 e 06.07.1932; no 55.º entre 11.04.1933 e 18.01.1936, acumulando com a presidência do Conselho de Ministros; no 56.º entre 18.01.1936 e 27.09.1968, onde além de ter sido presidente do Conselho de Ministros durante todo este longo período, foi também ministro da Defesa Nacional entre 13.04.1961 e 04.12.1962, das Finanças entre 18.01.1936 e 28.08.1940, interino da Guerra entre 11.05.1936 e 06.09.1944, interino da Marinha entre 25.01.1936 e 05.02.1936, e 30.01.1939 e 02.02.1939, e interino dos Negócios Estrangeiros entre 06.11.1936 e 04.02.1947; cf. NOGUEIRA, s/d, *op. cit.*, e GUIMARÃES *et al.*, 2011: 145-148 e 307 e seg.ª.

<sup>3</sup> À data do nosso primeiro estudo destes documentos em 1984, então por falta de Arquivo Municipal organizado, e para prevenir o seu possível extravio, estavam os mesmos depositados no Solar Condes de Resende à guarda do Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, com os números 352 e 353.

<sup>4</sup> Este trabalho é a atualização de GUIMARÃES, 1986: 249-260, motivado pelo facto de a peça ter sido entretanto depositada na Pousada do Freixo no Porto e a sua história continuar a ser desconhecida. Sobre outros aspetos da peça, nomeadamente o seu grande interesse para a heráldica de domínio em Portugal, ver GUIMARÃES, 2006.

<sup>5</sup> Sobre este autarca ver CONDE, António Adérito Alves (AAAC), in GUIMARÃES & SOUSA, 2017: 230.

<sup>6</sup> Sobre a heráldica municipal oitocentista até à sua reforma nos anos trinta do século XX, ver GUIMARÃES, 2009.

<sup>7</sup> Sobre este autarca ver AAAC in GUIMARÃES & SOUSA, 2017: 252.

<sup>8</sup> Dados retirados de LOBO, 1998: 197-199, que no essencial cita GUIMARÃES, 1986, e também de <http://pagfam.geneall.net/1229/pessoas.php?id=1018463> [consultado em 08/07/2017].

<sup>9</sup> Existem, pelo menos, dois impressos com fotografias da peça e do seu autor: um tipo pagela, com a fotografia do «Relicário» com o ourives ao lado e uma extensa

legenda em letra gótica, intitulado «O artista junto da sua obra», provavelmente impresso para distribuir no dia da cerimónia da sua entrega a 13 de março de 1932, e um outro mais elaborado em cartolina verde, em forma de desdobrável com quatro páginas, que num lado tem impresso, da esquerda para a direita: a lista dos municípios que contribuíram; a planta da peça com a colocação dos brasões municipais; a fotografia da peça com o nome em cima e o do autor em baixo; nota sobre a peça e o seu autor; no verso: extratos do Livro de Honra; a peça sobre uma mesa no Museu Municipal do Porto; a fotografia do autor com a comenda do Mérito Industrial; uma outra página com extratos do Livro de Honra. Esta pagela poderá ter sido impressa aquando da entrega da peça à Câmara do Porto.

<sup>10</sup> Cf. *Tripeiro* (O), Porto, VI série, ano X, n.º 7, julho de 1970, p. 220-224; e n.º 10, outubro de 1970, p. 317-320.

<sup>11</sup> Cf. *Ourivesaria do Norte de Portugal*... 1984: 299 e 358, peça 618.

<sup>12</sup> Se é certo que o estilo manuelino não abunda no Norte do País, do estilo revivalista neo-manuelino na região também não há qualquer levantamento publicado. Lançado e relançado pelos centenários de Camões (1880) e do Infante D. Henrique (1894), poucos são os edifícios onde foi aplicado, havendo mesmo casos em que projetos para tal foram abandonados, não chegando a ser implementados, como é o caso da remodelação da Casa Ramos Pinto na beira-rio de Gaia, que em 1906 tinha um projeto para tal; cf. ALMEIDA & GUIMARÃES, 2013: 78/79. Mas essa estética ainda foi abundantemente utilizada nas artes decorativas, nomeadamente na ourivesaria e nas artes gráficas.

<sup>13</sup> Segundo informação obtida em 1984 a barra de ouro estava guardada num cofre da Câmara Municipal do Porto.

<sup>14</sup> As sínteses das suas biografias podem ser vistas em AAAC in GUIMARÃES & SOUSA, 2017: 207; 225; 230 e 252; sobre o enquadramento epocal em Vila Nova de Gaia ver GUIMARÃES, 2017: 106 e seg.<sup>s</sup>.

<sup>15</sup> Cf. ANTUNES, 1984: 56-57.

## Bibliografia e fontes

### Dactiloscritos e manuscritos:

Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner:

*Registo das deliberações tomadas pela Comissão Administrativa desta Câmara, sobre a oferta do Relicário a S. Ex.ª o Senhor Ministro das Finanças Dr. Oliveira Salazar*. 1933.

*Dossiê sobre a recepção solene, realizada nos Paços do Concelho de Vila Nova de Gaia, no dia 13 de Março de 1932...*, 1933.

### Sítios

<http://pagfam.geneall.net/1229/pessoas.php?id=1018463>  
[consultado em 08/07/2017]

## Bibliografia

*Actas do Colóquio de Ourivesaria do Norte de Portugal*. Porto: Fundação Eng.º António José de Almeida, 1986.

ALMEIDA, Graça Nicolau de; GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2013), *Adriano Ramos Pinto. Vinhos e Arte*. Vila Nova de Gaia: Adriano Ramos Pinto (Vinhos) S. A.

ANTUNES, Joaquim (1984), *Ecos do centenário do concelho de Gaia*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia», n.º 16, maio de 1984, p. 51-57.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (1986), O «Relicário D. João I» de Filipe Bandeira. In *Actas do Colóquio de Ourivesaria do Norte de Portugal*. Porto: Fundação Eng.º António José de Almeida, p. 249-260.

— (1990), *As Armas de Vila Nova de Gaia e a Heráldica Municipal oitocentista*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia», n.º 30, dezembro de 1990, p. 45-51.

— (2006), *As câmaras municipais do Minho no início do Estado Novo (1928-1932). O seu contributo para o «Relicário D. João I» oferecido a Salazar*. «Mínia», n.º 11-12, III.ª série, p. 195-212.

— (2017), *A escola primária gaiense durante o Estado Novo na obra literária de Afonso Ribeiro e J. Rentes de Carvalho*. In RIBEIRO, Cláudia Pinto; ARAÚJO, Francisco Miguel – *A História da Educação em Vila Nova de Gaia*. Porto: CITCEM/CMVNG//AMSMB/HISTDUP, p. 103-124.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (2017), *Património Cultural de Gaia. Património Humano: Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal/Solar Condes de Resende/Gabinete de História, Arqueologia e Património (ASCR-CQ).

GUIMARÃES, Alberto Laplaine; AYALA, Bernardo Dinis; MACHADO, Manuel Pinto; ANTÓNIO, Miguel Félix (2011), *Os Governos da República 1910-2010*. Lisboa.

LOBO, Maria Natália de Magalhães Moreira (1998), *O Ensino das Artes Aplicadas (ourivesaria e talha) na Escola Faria Guimarães de 1884 a 1948. Reflexo do desenvolvimento artístico da cidade do Porto*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade; dissertação de mestrado.

*Mínia*, n.º 11-12, III.ª série, 2004-2005. Braga: ASPA.

NOGUEIRA, Franco (1977), *Salazar, vol. II – Os tempos áureos (1928-1936) – Estudo biográfico*. Coimbra: Atlântida Editora.

*Ourivesaria do Norte de Portugal. Exposição 1984. Casa do Infante*. Porto: ARPPA/AIORN, 1984.

*Relicário D. João I de Filipe José Bandeira*, folheto desdobrável de 4+4 p. Porto, 1933.

*Tripeiro* (O), Porto, VI série, ano X, n.º 7, julho de 1970, p. 220-224; e n.º 10, outubro de 1970, p. 317-320.

## João Martins Silva Marques: «O mais sintrense dos não sintrenses»

À sua memória, nas vésperas dos 40 anos do seu desaparecimento

**José Manuel Gonçalves**

Licenciado em História

### O intelectual

Sempre nos veio surpreendendo alguma forte tendência para a amnésia que percorre a cultura portuguesa! João Martins Silva Marques, quem foi? Uma restrita elite de especialistas sabe, obviamente, de quem se trata. Mas, a crer na ampla obra *O Grande Livro dos Portugueses*, publicado em 1991, ele nunca existiu. Ou seja, ao nível de um público apenas genericamente cultivado, não houve, até agora, grande preocupação quanto a manter viva a memória de uma personalidade, cujo labor foi, paradoxalmente, o de contribuir para preservar a nossa memória colectiva.

A ideia deste trabalho vem, tão só, do facto de termos sido confrontados, por motivos profissionais, com parte do espólio de Silva Marques, parte essa que fora arrematada pela Câmara Municipal de Sintra, e que parece ter chegado a hora de ser divulgada. Eis aqui a nossa oportunidade de, em diferente escala, e sob alguma intimidade, ajudarmos a dissipar um caso concreto de amnésia.

Temos, claramente, a noção de que, mais do que nos é hoje, o tempo de Silva Marques lhe foi adverso. Nascido em 1894, emergiu nos anos 30 e quase se silenciou a partir dos meados da década 50 do século passado, falecendo em 1978. Não se pode imaginar tal período como ideal para a projecção do seu labor. Não se infira disto, contudo, que alguma vez lhe tenham suscitado tamanhas polémicas que o incompatibilizassem com o regime político de então.

Se agreste foi – e foi-o várias vezes, designadamente no seu discurso de tomada de posse como director da Biblioteca Nacional, em 1940 – isso teve, sobretudo, a ver com a sua

aversão ao laxismo profissional e administrativo que permeava as instituições que lhe eram predilectas – os arquivos, as bibliotecas, as universidades.



João Martins da Silva Marques

O seu pecado foi apenas o de presumir de exigência científica num campo – o da investigação histórica – em que as mitologias eram cultivadas com o maior desvelo.

Conservar documentos, encará-los com rigor, compilá-los, seria tido como tarefa necessária. Mas fautores disto deveriam manter-se na penumbra de um purgatório académico, aí onde não impedissem os mitos de crescer.

Felizmente nada afectado por este estado de coisas, Silva Marques cedo se afirmou pelo seu meticuloso trabalho como conservador no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de facto o lugar ideal para desenvolver uma cada vez maior paixão pelo estudo de documentos coevos e para se embrenhar nos problemas da paleografia e da diplomática.

Nos finais dos anos 20, não estavam tais disciplinas, bem como a biblioteconomia e a

arquivística, tão autónomas como o ficaram progressivamente a partir da década de 50. Daí que a cadeira de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa somente pudesse ser leccionada por conservadores da Torre do Tombo, facto este que permitiu um convite para que Silva Marques a regesse, abrindo-lhe, desse modo, a possibilidade de desenvolver uma das vertentes mais produtivas do seu trabalho.

Como professor convidado (não existia então o grau de catedrático) terá, literalmente, revolucionado o ensino da cadeira ao deixar de confiná-la, como vinha sendo uso, ao simples objectivo de obter transliterações, mais ou menos credíveis.

Por um lado, foi a abordagem dos textos que se expandia através de métodos que implicavam a crítica atenta das fontes e a abordagem de questões linguísticas, históricas e sociais. Por outro, foi a própria relação física com os documentos que se enriquecia por atenção aos suportes e pela introdução de sofisticado tratamento óptico (chegou a possuir câmaras e laboratórios próprios para o efeito).

Seria fastidioso inventariar o escol de investigadores para o qual, nesses anos, as aulas do Doutor João Martins – como era conhecido – foram determinantes. Limitamo-nos a citar apenas José Pedro Machado, por ser ele um dos seus antigos alunos que mais pública homenagem insistiu em prestar-lhe e por ter sido sua a iniciativa do seu elogio fúnebre, inserta em artigo particularmente comovido nas páginas do *Jornal de Sintra*, de 23 de Junho de 1978 – o falecimento de Silva Marques ocorrera quatro meses antes.

Independentemente das tradições da memória, permanece a obra escrita. Convirá, assim, e desde logo, identificar-lhes três vertentes: a que se centra nos domínios paleográfico e arquivístico; a que incide nos Descobrimentos Portugueses; e aquela que, por fim, abarca uma espantosa diversidade de apro-

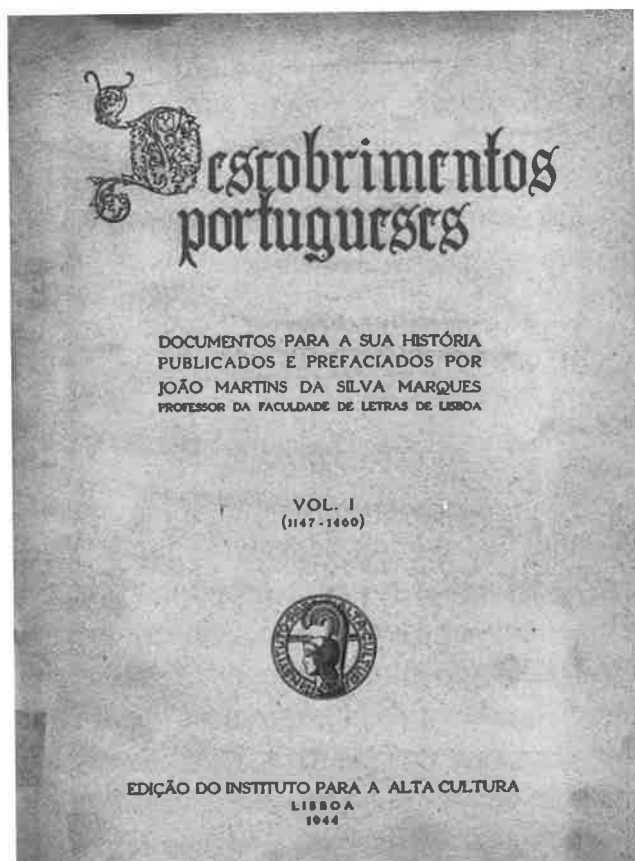
ximação à história de Sintra – razão pela qual José Pedro Machado o apelidou de «o mais sintrense dos não sintrenses», epíteto que tomámos de empréstimo para título do presente trabalho.

### As suas obras

Ressaltamos que *Do Ensino da Paleografia em Portugal*, de 1934, é das primeiras, se não a primeira, das obras que, no nosso país, intentaram proceder exaustivamente à fixação e à sistematização de critérios paleográficos. Permanecendo como obra de referência, só se estranha que a sua tiragem tenha sido apenas de 150 exemplares (muito pouco, mesmo tendo em conta a época) e que, ainda hoje, quem a quiser consultar na Biblioteca Nacional de Portugal se depare com a impossibilidade de o fazer.

Quanto a *Os Descobrimentos Portugueses – Documentos para a sua História*, consiste num trabalho ímpar, quer na vastidão, quer no pressuposto que o norteou, e que foi o de organizar num amplíssimo *corpus* de apoio documental a todos aqueles que viessem a investigar a acção da gente portuguesa naqueles tempos. Constituem, fisicamente, três volumes de grande formato (com perto de oitocentas páginas cada), constituindo, ainda hoje, uma das mais ricas colectâneas de textos coevos relacionados com as navegações. De notar que a publicação da obra abrange documentos anteriores a 1500, muitos deles inéditos, por sua vez muito cuidados nos transcritos e acompanhados de sumários e de referências bibliográficas. A primeira parte tem por baliza o ano de 1460 e foi publicada atempadamente, isto é, em 1944, sob a forma de um volume e de um suplemento. A segunda (actual terceiro volume), prevista para 1949, só seria distribuída em 1972, por questões que parecem prender-se, quer com afazeres paralelos do autor, quer, sobretudo, com os

seus estados anímicos e de saúde, crescentemente abalados. Isto terá retirado muito impacto ao empreendimento, limitado o aproveitamento das suas virtualidades e obscurecido o reconhecimento do seu pioneirismo.



Neste contexto, será fácil perceber quanto a terceira vertente da obra de Silva Marques não resulta apenas de uma mera, ainda que forte, simpatia pela região de Sintra, sentimento que o autor, desde cedo, terá comungado com tantos intelectuais das mais diversas épocas. É que o concelho, para além de possuir a enorme mais-valia paisagística e artística que todos reconhecem como evidente, era, também, excepcionalmente rico em património documental, o terreno de eleição de Silva Marques. De facto, rapidamente ter-se-á apercebido, quer da enorme importância dos arquivos históricos então existentes, quer das condições deploráveis em que tudo se encontrava, incluindo nestas a efectiva dispersão de espólios importantes. Valeu, na cir-

cunstância, cruzar o seu caminho com o de um sintrense de sensibilidade afim da sua, o investigador Francisco Costa, que era já um fervoroso impulsor da criação de uma biblioteca e de um arquivo histórico sob a égide da municipalidade.

Criados uma e outro, tornar-se-ia Francisco Costa director das duas instituições. Este facto potenciou ainda mais a excelente colaboração que entre os dois homens se foi desenvolvendo. Nestas circunstâncias, a década de 40 dificilmente poderia deixar de ser considerada como um período dos mais fastos no que ao espólio documental sintrense se refere.

### Silva Marques *versus* Francisco Costa

Enquanto Francisco Costa organizava e desenvolvia a Biblioteca e o Arquivo Histórico Municipais, Silva Marques debruçava-se sobre o rico acervo particular da Santa Casa da Misericórdia de Sintra, crescendo velozmente a quantidade de materiais tratados, por forma a poderem ser utilizados para a elaboração de uma *História de Sintra*, objectivo estratégico de ambos.

O primeiro passo dado de acordo com esta estratégia foi no âmbito do levantamento bibliográfico. A inovação incidia na consulta prévia da bibliografia – encarada então como ciência autónoma –, e na observação de regras mais rigorosas que as aconselhadas pelo manual de Figanière, pois que, de outro modo, entendia Silva Marques que a sua não observância levava a que os estudos históricos utilizassem deficientemente as espécies impressas.

Os resultados desta acção (e desta preocupação) aparecem, de modo exemplar, logo em 1940, quando surge uma *Bibliografia Sintrense* conjunta (assinada pelos dois investigadores), e abrangendo todos os aspectos da vida do concelho, tal como se encontra hoje definido, isto é, integrando as áreas administrativas dos antigos e extintos concelhos de Belas e de

Colares. Aí se reúnem referências a cerca de trezentas monografias, acompanhadas de notas críticas e provenientes de diversas origens (o espólio da Biblioteca Nacional revelou-se dos mais férteis). Foi adoptado o sistema onomástico-didascálico, sendo notório o regime cuidado de inclusões e exclusões de obras. São excluídas todas as de índole literária, particularmente abundantes a partir do Romantismo. Mas, se estas possuíssem específico interesse histórico e político, eram incluídas. Por outro lado, não contam as gravuras que acompanhavam originalmente algumas das monografias. Introduzem-se, em contrapartida, referências à sua existência, com vista a auxiliar quaisquer, e eventuais, futuros estudos de iconografia sintrense.

### História de Sintra

As notícias sobre Sintra não são contempladas dado serem tidas de menor interesse. Todavia, apesar deste auspicioso início, o tão almejado objectivo da publicação de uma *História de Sintra* não viria a ser atingido. De facto, para além do elevado número de artigos vindos a lume na imprensa regional, Silva Marques apenas publicou um outro estudo em volume, desta feita relacionado com o conceito —, *Sintra e os Sintrenses no Ultramar Portugêz*, de 1949 —, deixando ainda incompleto um projecto denominado *Cartório da Misericórdia do Santo Espírito e Gafaria de Sintra*, cuja génese é anterior à aquela anuidade. Emergente do seu labor de inventariação do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Sintra, esta última obra estruturava-se em três partes: a primeira, centrando-se na importância, na composição e na evolução do espólio considerado; a segunda, constituída pelo inventário analítico dos pergaminhos do cartório; e a terceira, efectuando um estudo exaustivo do funcionamento e dos ofícios do hospital e da gafaria.

Segue abaixo, por curiosidade, a transcrição do primeiro documento desse arquivo e o seu respectivo *fac-simile*, com a necessária actualização da ortografia:

#### 1370, Abril, 24 – Sintra

- *ARRENDAMENTO*, de um casal de herdades em Carcavelos, propriedade do hospital e gafaria de Sintra, a Álvaro Pais, vedor da chancelaria do rei, por 35 libras em dinheiros, com vencimento no dia de Natal.
- pergaminho, 1fl., conservação boa, 631x370mm
- obs: redigido pelo tabelião de Sintra, Rodrigo Esteves
- Santa Casa da Misericórdia de Sintra, Pergaminhos Avulsos, cx.1, n.º 1

Saibam quantos este estormento [contrato] virem que na era de mil e quatrocentos e cinquenta anos vinte e dois dias do mês de Fevereiro em Sintra no adro de São Martinho sendo no dito logo Nuno Soares juiz da dita vila em presença de mim Lopo Gonçalves tabelião da rainha na dita vila e testemunhas que adiante são escritas. Apareceu Gonçalo Anes provedor dos bens do hospital de santo espírito da dita vila e mostrou e publicar fez um estormento escrito em pergaminho feito e assinado per mão de Rodrigo Esteves tabelião que foi da dita vila segundo em ele pareceria do qual estormento de verbo a verbo o teor tal e. Saibam quantos este estormento virem que na era de mil e quatrocentos e oito anos vinte e quatro dias de Abril em Sintra no Chão da Oliva sendo no dito logo João Anes almoxarife geral na dita vila e provedor do hospital de santo espírito da dita vila e João Lourenço e João Esteves vereadores da dita vila e Martim Afonso procurador geral do concelho dessa mesma e João Daniel e Estêvão Anes Gonçalo Anes e Nuno Martim e João Vicente e outros homens bons da dita vila chamados e juntos per a esto per pregão per

Estêvão Pascoal pregoeiro do concelho da dita vila presente mim Rodrigo Esteves tabelião da dita vila e testemunhas adiante escritas. Pareceu Álvaro Pais vedor da chancelaria de nosso senhor o Rei e disse que o hospital de santo espírito da dita vila de que o dito João Anes era provedor avia em Carcavelos um casal de herdades o qual ora trazia aforado Jespe Goalite judeu morador na dita vila por trinta e cinco libras em cada um ano o qual casal o dito judeu desamparara ao dito hospital porque o não podiam manter e que o dito hospital o tomara pela dita razão e o avia em si e que o dito casal era junto com outros seus casais que ele tinha no dito logo e que lhe era cumpridoiro e que lhe porem lhe rogava e pedia que lho aforassem per a sempre pelos ditos trinta e cinco libras em cada um ano e os ditos vereadores e procurador e homens bons vendo o que lhe o dito Álvaro Pais dizia havendo por per ele do dito hospital fizeram apregoar e meter em pregão pelo dito Estêvão Pascoal pregoeiro que quem não quisesse aforar per a sempre que viesse a eles e aforar-lho-ão e não ser outrem que lançasse em ele mais que o dito Álvaro Pais que lançou em ele os ditos trinta e cinco libras pelas quais lho logo os sobreditos aforaram pelas clausulas e condições adiante e escritas. Que o dito Álvaro Pais e todos seus sucessores aviam e logrem per a todo sempre o dito casal e o lavrem e façam lavrar e aproveitar e adubar as casas dele dêem de foro em cada um ano do dito hospital por dia de Natal na dita vila de Sintra trinta e cinco libras em dinheiros quites de dizima e de todo outro encarrego e começar de fazer a primeira paga por Natal primeiro seguinte e assim em cada um ano pelo dito dia e que o dito Álvaro Pais aja e logo o dito casal e a sua morte fique a uma pessoa do seu devido o mais chegado e a morte dessa pessoa fique a outra per esta guisa e assim pela linha directa per a sempre que não seja preterido e ele e as ditas pes-

soas posam dar a lavrar e aproveitar e aforar o dito casal a lavradores e a pessoas tais que o posam e saibam lavrar e aproveitar e fazer benfeitorias assim de vinhas como de outras cousas quais eles quiserem se o fazer que bem e não devem vender nem dar nem doar nem escambar o dito casal ele nem seus sucessores e se o fazer quiserem fazer lho saber ao provedor do dito hospital esto o dito hospital quiser a velho tanto por tanto e não o querendo o dito hospital então os venderem a tal pessoa que faça o dito foro sem outro embargo e não seja clérigo nem outra pessoa mais poderosa que o concelho outro sim outorgarão querendo o dito hospital ou o dito concelho vender o dito foro que o façam ante saber ao dito Álvaro Pais e a seus sucessores e querendo eles comprar a verem no tanto por tanto e não o querendo então o venderem a tal pessoa que lhe não faça sem razão e mandarão e outorgarão que se o dito Álvaro Pais e seus sucessores não pagarem a dita pensão e foro em cada um ano pelo dito dia que o provedor do dito hospital per si ou per outro homem qualquer possa penhorar e constranger por esta pensão o dito Álvaro Pais e seus sucessores e os tecedores e lavradores do dito casal per si e trazer e tirar estes penhores que forem tomados por esta pensão per a dita vila de Sintra e venderem aí sem outra figura de juízo e tirar o dito Álvaro Pais e seus sucessores e os foreiros e tendores do dito casal teúdos a responder pela dita pensão perante os juizes da dita vila de Sintra se acontecer que os o provedor do dito hospital pela dita razão quiser demandar e o dito Álvaro Pais per si e por seus sucessores louvou e outorgou todas ditas coisas e cada uma delas e obrigou todos seus bens ganhados e por ganhar aos cumprir e manter e a pagar a dita pensão em cada um ano pelo dito dia sob pena de cinco soldos cada dia. O qual aforamento lhe fizeram pela guisa que dito e porque era per ele dito hos-

pital per poder que o dito provedor per a esto há segundo e conteúdo em dois estormentos que logo foram mostrados dos quais o teor tal e. Saibam quantos este estormento virem que na era de mil e quatrocentos e seis anos treze dias de Outubro em Sintra no Chão da Oliva sendo no dito logo Lourenço Gonçalves corregedor por o Rei na sua corte outro sim Gonçalo Lourenço juiz por o Rei na dita vila e João Lourenço e Martim Afonso vereadores da dita vila e João Anes da Fonte da Pipa procurador geral do concelho da dita vila e outros homens bons da dita vila presente mim Gonçalo Anes tabelião dessa mesma e testemunhas adiante escritas. O dito corregedor disse que ao dito senhor rei fora ora dito na dita vila que os bens que o concelho ministrava foram deixadas per a se darem por Deus. A pobres e em outras esmolas e que se não faziam assim e que os despendiam em outro negócios do dito concelho e que esto não avia por serviço de Deus. E que porém mandava o dito senhor rei ao dito juiz e vereadores e procurador que se ora aí gafos não aviam em que se os ditos bens houverem de despende como era ordenado que o despendessem e dessem por Deus a pobres que foram ricos e em outras esmolas pelas almas de aqueles que os do dito concelho deixarem como virem que era aguisado e eu Gonçalo Anes todo esto escrevi per mandado do dito corregedor das quais cousas o dito provedor pediu um estormento testemunhas Pedro Afonso vassalo do Rei e João Anes e Afonso Anes alcaide e eu sobredito tabelião que a esto presente foi e este estormento escrevi e aqui meu sinal fiz que tal e. Saibam quantos este estormento virem que na era de mil e quatrocentos e sete anos vinte e dois dias de Abril em Sintra nas casas que foram de Raimundo Anes estando no dito logo Gonçalo Lourenço juiz per o rei na dita vila e João Lourenço e Afonso Esteves e Nuno Soares vereadores da dita vila presente mim Rodrigo Este-

ves tabelião da dita vila e testemunhas adiante escritas os sobreditos disseram que passava per a tempo que o concelho da dita vila ministrava bens e casais e posições que eram na dita vila e termo fazendo delas despesas em aqueles negócios que lhe vinham e recreiam não havendo porque o fazer em como de direito não eram seus em como os ditos casais e posições foram deixados por alguns passados per a se manterem gafos se os aí ouvisse e per se darem por Deus a pobres em esmolas e despende em serviço de Deus em lugares de piedade e que per a esto se haver de replicar que fora olhado e considerado per serviço de Deus que o dito hospital de santo espírito da dita vila que estava desamparado e danificado fosse feito refeito e que outro sim os ditos casais fossem adubados e reparados daquele que lhes mester fizesse per a renderem mais e haverem deles mais prol e que no dito hospital fossem mantidos pobres também merceeiros do concelho e que lhes dessem de vestir e mantimento aguisamente e fossem vistos e visitados em suas dores e doenças como lhes cumprisse e lhes fossem dadas as cousas que mester houvessem também per a sucessores se acontecesse que aí morressem e que outro sim houvesse aí capelães que cantassem pelas almas daqueles que os do dito concelho deixarão e também pelo dito concelho e um gramático que ensinasse os moços da dita vila a ler de gramática assim que todo fosse disposto em serviço de Deus. E que de todo esto fora feita relação a o rei e que o dito senhor rei lhe outorgara segundo era conteúdo em escritura que o dito concelho tinha e disseram que a melhor e mais principal cousa que per a esto pertencia e cumpria sim era haverem um homem bom de consciência que fosse provedor do dito hospital e que cumprisse e fizesse cumprir todo esto e que porem atrevendo-se na bondade de João Anes morador na dita vila a Fonte da Pipa que

era tal que faria esto e requereria como comprar e devia porque era bom e de consciência e sem cobiça porem o deram por provedor do dito hospital e dessem-me corporal poder que pudesse arrendar e aforar e emprazar os ditos casais e posições e aproveita-los e fazer todo aquele que entender que era prol do dito hospital por qualquer guisa que o ele melhor pudesse entender segundo Deus e sua consciência e porque ora o dito João Anes não estava presente per a lhe sobre esto ser dado juramento o mandarão que quando viesse que lhe fosse o dito juramento dado testemunhas que a esto presentes estavam Afonso Anes que foi alcaide e Estêvão Gonçalves e Vicente Anes homens do dito juiz e outros. E logo no dito dia no Chão da Oliva estando aí o dito juiz e vereadores e outros homens bons da dita vila e termo os sobreditos publicaram esto e deram logo por escrivão ao dito João Anes escrivão a receba e despesa e todo o que a esto pertencer mim dito Rodrigo Esteves segundo logo prometi per juramento dos evangelhos que me logo polo dito juiz presentes os sobreditos foi dado segundo e escrito em um estormento feito per Fernando Esteves tabelião testemunhas o dito Afonso Anes e Fernando Esteves e João Esteves e Estêvão Anes e outros e eu sobredito tabelião a esto presente este estormento escrevi e meu sinal fiz que tal e. Polo qual estormento do dito aforamento o dito provedor per poder e autoridade que pelos ditos estormentos e os ditos vereadores e procurador e homens bons em nome do dito concelho meterem em posse e corporal porque o dito Álvaro Pais e seus sucessores do dito casal e pertenças dele pediram por mercê a nosso senhor o rei e ao Bispo de Lisboa que confirmassem o dito aforamento per seus e darem a elo suas autoridades das quais cousas o dito Álvaro Pais e o dito provedor pediram senhos estormentos e mandaram que fossem seladas do selo do concelho da dita vila testemunhas Pero Este-

ves João Anes Oujel João Martins clérigo Gonçalo Anes tabelião e de Afonso Domingos clérigo e outros e eu sobredito tabelião a esto presente fui e destes dois estormentos escrevi e este e do dito provedor e em cada um deles meu sinal fiz que tal e. O qual estormento assim mostrado e publicado o dito Gonçalo Anes disse que se temia de se perder o dito estormento per agua ou per fogo ou per outros muitos razões e por o dito hospital não perder o seu direito pediu ao dito juiz que desse sua autoridade ordenaria a mim Lopo Gonçalves tabelião per que lhe desse um estormento em publica forma sob sinal de mim tabelião. E o dito juiz visto o que lhe pedia o dito Gonçalo Anes deu a mim tabelião sua autoridade ordenaria per que desse o dito estormento do dito Gonçalo Anes com o teor do dito estormento se meu sinal e o dito Gonçalo Anes provedor pediu um e dois estormentos ou três ou quantos lhe cumprissem testemunhas Mendes Afonso escudeiro e Diogo Lourenço e João Vicente Murzelo e Soeiro Anes escrivão do dito hospital e outros e eu Lopo Gonçalves tabelião sobredito que a esto presente foi e per mandado do dito juiz e per sua autoridade que me per ele foi dada este estormento primeiro escrevi e dei ao dito Gonçalo Anes com o teor do dito estormento e meu sinal fiz que tal e (sinal de tabelião) pagou com registo. [...]. XX reais.

Encontrando-se dactilografada, desde 1932, apenas uma parte do texto, a obra, contudo, e como já referimos, nunca viria a ser publicada. Subsistem apenas alguns exemplares, do projecto da mesma, conforme refere em nota Luís Filipe Marques da Gama, no seu recente livro *Dos Leais de Sintra e Colares aos da Região Oeste*. Em outra nota inserta num deles, por sorte oferecido à Torre do Tombo, o autor (Silva Marques) esclarecia que suspendera a sua publicação e destruíra os restantes exemplares.

Somente em 1940 é que viria esta obra a ser retomada, tendo sido o seu texto inicial revisto e expandido, para ser, logo dois anos depois, de novo abandonado, desta vez em proveito da elaboração da obra *Descobrimentos Portugueses*.

É com base num exemplar desta segunda versão – com anotações à margem, mas nunca retomada – que a Câmara Municipal de Sintra prepara uma edição da obra, para todos os efeitos inédita, inserta no âmbito da série «Sintra – Estudos Históricos». Por seu lado, o volume *Sintra e os Sintrenses no Ultramar Português* veio a ser publicado em 1949, isto é, nove anos após a edição da *Bibliografia Sintrense*.

Trata-se, com efeito, de um estudo que incide também sobre espólio do Cartório da Misericórdia de Sintra, e que recobre a região correspondente ao actual concelho, mais os reguengos de Carvoeira e de Cheleiros, bem como a freguesia da Igreja Nova, que nele se integraram até 1836. Tal estudo desenvolve, dentro do possível, o labor rudimentar, embora notável, de um empreendimento do século XVII levado a cabo pelo padre Paulo do Pardo, capelão do rei e, mais tarde, escrivão, tesoureiro e provedor da Santa Casa da Misericórdia de Sintra.

A degradação que alguns documentos sofreram após a morte desse eclesiástico, as lacunas cronológicas a indicar desaparecimentos e a dispersão de manuscritos afins por outros cartórios, torna-os inacessíveis. De qualquer dos modos, tal não afecta o grande interesse da correspondência que o nosso autor inclui (entre as Misericórdias de Sintra, da Índia, de Malaca e de Macau, e entre estas e os sintrenses aí residentes), bem como o dos selos reproduzidos, autênticas raridades esfragísticas.

Mais rica, mas muito esquecida, temos a impressionante colecção dos cerca de cento e vinte artigos que Silva Marques publicou na

imprensa regional (*Jornal de Sintra*), entre 1935 e 1948. O conjunto incide, de forma rapsódica, em todas as áreas que interessam ao seu (e desde sempre) acalentado projecto de uma *História de Sintra*. Nele se encontram reflectidos aspectos tão essenciais quanto a evolução da igreja concelhia e de várias outras instituições de apoio social (albergaria, bodos), as colheitas entre os séculos XII e XV, a demografia entre os séculos XVI e XIX, ou as participações nas guerras com Castela. Aqui, o que de imediato nos chama a atenção é o facto de tais artigos não se restringirem a objectivos de divulgação coerentes com a habitual prosa jornalística. Estamos, pois, perante trabalhos exigentes, quase sempre de natureza erudita, e aptos, tais quais, a inserirem publicações especializadas. A extensão de muito deles implicou, aliás, que fossem artificialmente fragmentados de modo a caberem – com visível desconforto – nas páginas de um jornal. É flagrante o caso de «autênticas» monografias apresentadas ao leitor, como se de folhetins se tratassem, não sendo poucos os casos em que um texto surge parcelado em oito, dez ou doze partes.

Dito isto, não estranha que *A Quinta do Palácio do Ramalhão*, com o recorde de trinta prestações, e publicada entre 1947 e 1948, tenha precipitado um presumível litígio entre o autor e a direcção do periódico quanto ao «formato», como hoje se diria, das colaborações, levando aquele a afastar-se e a abandonar a sua prestimosa colaboração (trata-se, como é óbvio, da sua última contribuição para o *Jornal de Sintra*).

Poderá perguntar-se como é que esses cento e vinte artigos, correspondendo, efectivamente, a trinta e cinco ensaios, não puderam ser difundidos de modo mais adequado? Este facto atesta, com enorme crueza, a mediocridade do *establishment* cultural de então ou, para usar uma amarga e irónica formulação do próprio Silva Marques, a «incultura geral dos directores-gerais».

A tarefa mais urgente em tudo o que a Silva Marques se refere é, portanto, a de se compilar, anotar e reeditar todo este conjunto.

Temos, para nós, que convém, igualmente, não deixar cair no esquecimento uma parte ainda mais secreta e inexplorada do seu legado – o espólio que a Câmara Municipal adquiriu, em 1979, ou seja, um ano após a sua morte, o qual resta actualmente depositado no Arquivo Municipal de Sintra/Arquivo Histórico, encontrando-se, todo ele, já identificado e submetido a tratamento arquivístico adequado.

Constitui, no total, trinta e seis pastas, com documentos dactilografados e manuscritos, com cerca de duzentas páginas cada uma, e que, sem prejuízo de alguns estudos parcelares e pontuais, continua à espera de ser considerado no seu todo.

As principais temáticas desse espólio existente no Arquivo Histórico de Sintra são, entre outros, os descobrimentos portugueses, a história de Sintra e seus arredores, o tombo da igreja de São João das Lampas e o tombo da Misericórdia de Sintra.

Oferecidos ainda pelos familiares do autor ao Instituto do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, aqui se conservam dezoito verbetes versando temas como as colegiadas (São Martinho e São Miguel e São Miguel); os mosteiros (Chelas, Santo Elói e de Todos os Santos); e os conventos (São Domingos de Lisboa e de Santa Cruz); cujo interesse para Sintra é inegável.

## Obras e textos de João Martins Silva Marques

Para facilitar a consulta, segue listagem que subdivide a obra de João Martins Silva Marques em quatro grupos. Os dois primeiros correspondem a outras tantas áreas de investigação (bem demarcadas), e os dois últimos à especificidade dos veículos utilizados, isto é,

catálogos e artigos de jornal. Dentro de cada grupo, sequenciaram-se os títulos por ordem cronológica de publicação.

Anote-se que, quando os temas abordados são desenvolvidos em mais do que um artigo (chegam a contar-se trinta prestações para um único tema), a sua sequenciação se baseou na data de publicação do primeiro artigo de cada tema/título.

Temos assim:

### a) História geral

(1938), *A Reedição da História Genealógica de Dom António Caetano de Sousa*. A reedição da História Genealógica de D. António Caetano de Sousa. Observações crítico-paleográficas in: Estudos de Paleografia Portuguesa. Lisboa.

(1940), *Referências à Batalha de Ourique*. Em documentos dos séculos XIV e XV. In: Mundo Português (Congresso do), Lisboa: Sociedade de Representações Niepoort.

(1941), *A Invasão de Junot no Algarve (Subsídios para a História da Guerra Peninsular – 1808-1814)*. Lisboa: Tip. Inácio Pereira Rosa Lda. Autor: Alberto Iria, com prefácio de João Martins Silva Marques.

(1944), *Descobrimientos Portugueses*. Lisboa, 2 vols.

(1946), *Armas e Tapeçarias Reais num Inventário de 1505*. In: Mundo Português (congresso do) Lisboa, vol. 5.

(1949), *Sintra e os Sintrenses no Ultramar Português*. Lisboa: Casa Portuguesa, Oficinas Gráficas.

(1958), *Alguns Documentos do Cabido de Viseu*. Lisboa: Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos [Tipografia Silvas, Lda.].

(s.d.), *Foral de Esgueira 1515*.

(1958), *Infante Dom Henrique. Conselho do Infante D. Henrique a seu sobrinho El Rei D. Afonso V*. Lisboa: Ângelo Pereira, Empresa Nacional de Publicidade (fac-similada).

### b) Paleografia

(1934), *Do Ensino da Paleografia em Portugal*. Lisboa: Oficina de João Pinto

(1935), *L' Histoire de la Paleographie en Portugal*. Extrait du vol. actes, conférences et communications

du III – Congrès International d'Histoire des Sciences, tenu au Portugal en 1934. Lisboa: Tip. da Emp. de Publicidade Seara Nova.

(1938), *Estudos de Paleografia em Portugal*. Lisboa: Soc. Industrial de Tipografia Lda.

(1938), *Observações Crítico-Paleográficas à «Paleografia Ibérica de John M. Burnam»*. In: *Estudo de Paleografia Portuguesa*, Lisboa.

### c) Levantamentos bibliográficos (catálogos)

(1935), *Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Ensaio de um Manual de Heurística e Arquivologia)*, I – Index Indicum, Sep. Etnos, Lisboa: Casa Portuguesa, vol. I.  
(1948), *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Ordem de serviço.

(1950), *Bibliografia Sintrense* (em colaboração com Francisco Costa). Sintra: C.M.S., Tipografia Sintra Gráfica.  
(1950), *Biblioteca Nacional*. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia Lda.

### d) Ensaios na imprensa regional (*Jornal de Sintra*)

(1937-1948), *Sintra – Estudos Históricos*. Sintra: in. *Jornal de Sintra*

- *Tombo do Hospital do Santo Espírito e Gafaria de Sintra*: n.ºs 85 (25-08-1935); 87 (08-09-1935); 89 (22-09-1935); 91 (06-10-1935).
- *Roupa de Franceses*: n.ºs 85 (25-08-1935); 89 (06-10-1935).
- *Da «Colheita» nos Séculos XII a XV*: n.ºs 182 (01-08-1937); 183 (08-08-1937); 184 (15-08-1937).
- *Uma referência à Peste Grande (1348) em Sintra*: n.ºs 185 (22-08-1937); 189 (20-09-1937).
- *Abolição da «Anadia dos Almocreves» em Sintra*: n.º 186 (29-08-1937).
- *O «Rei da Ericeira» e os seus partidários (1585)*: n.º 187 (05-09-1937).
- *Os «Bodos» da Igreja de S. João das Lampas*: n.º 188 (12-09-1937).
- *Inventários de Igrejas de Sintra (1382-1538)*: n.ºs 196 (07-11-1937); 197 (14-11-1937); 198 (21-11-1937).
- *Notas à margem*: n.ºs 229 (26-06-38); 230 (03-07-38); 242 (25-09-38).
- *André Gonçalves*: n.ºs 232 (17-07-1938); 235 (07-08-1938); 283 (30-07-1939).

- *De alguns Priores e Vigários de Igrejas de Sintra*: n.ºs 236 (14-08-1938); 237 (21-08-1938); 239 (04-09-1938).
- *A Freguesia da Terrugem*: n.ºs 238 (28-08-1938); 241 (18-09-1938); 243 (02-10-1938); 244 (09-10-1938); 245; (16-10-1938); 246 (23-10-1938); 248 (06-11-1938); 249 (13-11-1938); 250 (20-11-1938); 251 (27-11-1938).
- *Sintra na Guerra com Castela (1383-1385)*: n.ºs 252 (04-12-1938); 253 (11-12-1938); 254 (18-12-1938); 255 (25-12-1938).
- *Os «Bodos» de Sintra e seu Termo*: n.ºs 256 (31-12-1938); 282 (23-07-1939); 283 (30-07-1939); 562 (24-12-1944); 649 (28-07-1946).
- *Da População de Sintra (Séculos XVI-XIX)*: n.º 257 (08-01-1939).
- *Capítulos do Concelho de Sintra*: n.ºs 284 (06-08-1939); 285 (13-08-1939); 286 (20-08-1939); 287 (27-08-1939); 288 (03-09-1939); 289 (10-09-1939); 290 (17-09-1939); 291 (24-09-1939); 292 (01-10-1939); 293 (08-10-1939); 294 (15-10-1939); 295 (22-10-1939).
- *Aljubarrota*: n.º 285 (13-08-1939).
- *Igreja de São João das Lampas*: n.º 281 (16-07-1939).
- *Monumentos de Sintra e seu Concelho*: n.º 305 (07-01-1940).
- *Alcaides e Alcaides-Mores de Sintra*: n.ºs 438 (16-08-1942); 439 (23-08-1942); 440 (30-08-1942); 443 (20-09-1942).
- *Albergaria de S. Romão de Lourel*: n.º 441 (06-09-1942).
- *Divisão Paroquial de Sintra em 1253*: n.ºs 444 (27-09-1942); 445 (04-10-1942); 446 (11-10-1942).
- *Albergaria de Montelavar*: n.ºs 447 (18-10-1942); 448 (25-10-1942); 449 (01-11-1942); 450 (08-11-1942); 451 (15-11-1942); 452 (22-11-1942); 453 (29-11-1942); 454 (06-12-1942); 455 (13-12-1942); 456 (20-12-1942); 457 (27-12-1942); 461 (31-01-1942); 462 (07-02-1943); 463 (14-02-1943).
- *Dois Naufrágios na Costa Sintrã (1636-1786)*: n.ºs 464 (21-02-1943); 465 (28-02-1943).
- *Albergaria de S. Martinho*: n.º 560 (10-12-1942).
- *Composição do Prior e Clérigos de Santa Maria*: n.º 636 (05-05-1946).

- *Convento da Trindade*: n.ºs 638-639 (19-05-1946); 641 (02-06-1946); 643 (16-06-1946); 646 (07-07-1946).
- *Capela do Paço de Sintra*: n.ºs 647 (14-07-1946); 648 (21-07-1947).
- *Igreja de S. Martinho*:
  - a) *Estatuto de 1283*: n.ºs 650 (04-08-1946); 651 (11-08-1946).
  - b) *Alfaias*: n.º 658 (22-09-1946).
  - c) *A Ermida de Nossa Senhora dos Desamparados*: n.º 659 (29-09-1946).
  - d) *O Terramoto de 1755*: n.ºs 653 (18-08-1946); 654 (25-08-1946); 656 (08-09-1946); 657 (15-09-1946).
- *A Peninha e a Ermida de S. Saturnino*: n.ºs 661 (13-10-1946); 662 (20-10-1946).
- *O Foral de Sintra de 1514*: n.ºs 663 (27-10-1946); 664 (03-11-1946); 665 (10-11-1946); 666 (17-11-1946).
- *Privilégios de Sintra*: n.ºs 667 (24-11-1946); 668 (01-12-1946); 669 (08-12-1946); 670 (15-12-1946); 671 (22-12-1946); 672 (05-01-1947); 675 (26-01-1947); 676 (26-01-1947).
- *Tombo da Igreja de Santa Maria*: n.ºs 681 (02-03-1947); 682 (09-03-1947); 683 (16-03-1947); 684 (23-03-1947); 686 (06-04-1947).
- *Visitações da Igreja de S. Miguel*: n.ºs 688 (20-04-1947); 690-691 (04-05-1947); 694 (25-05-1947); 697 (08-06-1947); 700 (29-06-1947); 702 (13-07-1947); 706 (10-08-1947); 707 (17-08-1947).
- *O Ramalhão (Quinta do Palácio)*: n.ºs 717 (26-10-1947); 718 (02-11-1947); 719 (09-11-1947); 721 (16-11-1947); 722 (23-11-1947); 723 (30-11-1947); 724 (07-12-1947); 725 (14-12-1947); 726 (21-12-1947); 727 (28-12-1947); 731 (01-02-1948); 733 (15-02-1948); 734 (22-02-1948); 735 (29-02-1948); 737 (14-03-1948); 738 (21-03-1948); 739 (28-03-1948); 740 (04-04-1948); 741 (11-04-1948); 742 (18-04-1948); 743 (25-04-1948); 744 (01-05-1948); 755 (18-07-1948); 756 (25-07-1948); 757 (01-08-1948); 758 (08-08-1948); 759 (15-08-1948); 760 (22-08-1948); 761 (29-08-1948); 762 (05-09-1948).

A ideia do presente trabalho teve como propósito, e finalidade, a justa e merecida homenagem ao investidor e ao notável professor que foi João Martins Silva Marques, não só pelo seu meritório contributo na pesquisa documental, a nível dos arquivos históricos, como também, e essencialmente, pela muita simpatia e aturado estudo que dedicou à bela terra sintrense e às suas gentes.

## Apresentação do livro *Trás-os-Montes, O Nordeste*, em Mogadouro e em Lisboa

J. Rentes de Carvalho

Escritor

### Apresentação em Mogadouro

30-05-2017

Boa-tarde a todos.

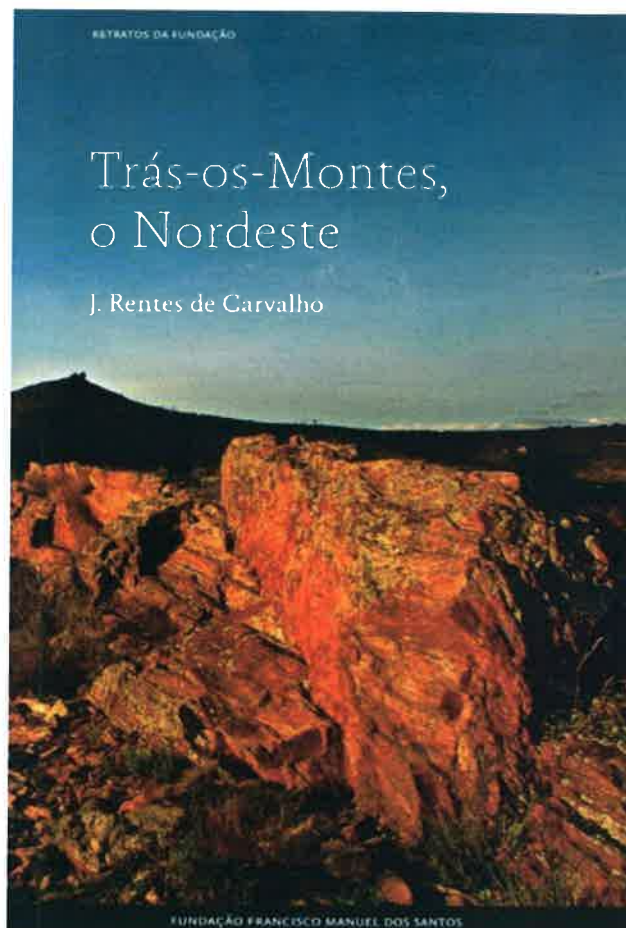
Agora que o livrinho está aí, e eu me julgava com direito, se não a descansar, pelo menos a ir à minha vida, pedem as circunstâncias que, como dizem os brasileiros no seu pitoresco, mas muito expressivo idioma, eu bote falação.

Leva-me isso a enfrentar um dilema: encontrando-nos em Mogadouro, manda a cortesia que o meu agradecimento vá, em primeiro lugar, para o Senhor Presidente da Câmara. Dirão que é lógico e parece fácil. Parece, mas não é, pois acontece que sem a Fundação Francisco Manuel dos Santos não estaríamos aqui, nem haveria livrinho sobre o Nordeste transmontano. Agradeço assim, por igual, à Câmara e à Fundação, na pessoa de David Lopes.

Um agradecimento muito particular vai para Francisco José Viegas, amigo do peito, e aquele editor inteligente, dedicado, atento, com que todo o escritor sonha.

E para não abusar da paciência da assembleia, com a leitura de uma lista de nomes, permitam-me que concentre em Susana Norton, pessoa de invulgar delicadeza e cuidado, os agradecimentos, e não poucos, que a ela e aos mais são devidos.

Cumprida esta parte, talvez eu devesse agora alargar-me sobre os motivos que, impenosamente, me levaram a aceitar o convite de António Araújo, para escrever sobre Trás-os-Montes. Se o não faço, é para esconder o embaraço que me tomou depois da promessa feita, pois também eu sofro do mau hábito de prometer, sem ter a certeza de que serei capaz de cumprir.



Foi assim que, tarde e más horas, me dei conta que a oportunidade devia ter sido oferecida a alguém com menos idade e visão do futuro, pois é desanimador e de pouca esperança, vir eu aqui remexer misérias passadas, que à maioria dos presentes nada dizem, ou são apenas eco daquelas conversas que os velhos têm à lareira, fingindo certezas de que antigamente é que era bom.

Eles e eu, que somos do mesmo tempo, sabemos que não era, e se por vezes, num momento de optimismo, afirmamos o contrário, coramos no íntimo, envergonhados da mentira.

Porque não é só a recordação de um passado de miséria, desgraça e abandono, mas de

um tempo tão sem esperança, e tão dramaticamente medieval nas condições de vida, que nós, esses velhos, sentimos dificuldade em conciliar a relativa abundância em que agora nos encontramos, com a memória da realidade em que fomos criados.

Ao dizer, fomos, não consigo evitar um sentimento de culpa e vergonha, porque se fui testemunha, as privações que sofri e, curiosamente, não senti como tal, sofriam-nas pobres, ricos, remediados, ou pedintes: a terrível, e hoje inimaginável, ameaça da falta de água; a ausência de higiene; a tuberculose, o tifo, a malária, o antraz.

Quem vai acreditar que as ruas e as canelhas se enchiam de palha encharcada de urina, excrementos, e água da chuva? Que era esse, com as fezes dos animais de carga e dos rebanhos, o único adubo dos campos?

Retretes não havia, aliviam-se novos e velhos, homens, mulheres e crianças atrás dos muros. O penico era um luxo que poucos tinham, e em caso de doença se ia pedir emprestado. Só quem as sofreu acreditará nas nuvens de moscas, mosquitos e moscardos que enxameavam as ruas e as casas.

O começo de *O Rebate*, um romance que escrevi há quase cinquenta anos, mais que umas linhas de texto, continua a ser para mim o retrato de momentos que não esqueço:

*«A água do chafariz cai às gotas, e os cântaros, alinhados ao longo do adro, esperam vez. As mulheres, amodorradas pela tarde, procuram a sombra, desbragadas, comidas de moscas, protegidas por xailes que foram da mãe, passados do preto ao verde ruço, a assoar neles os fedelhos que o sol não queima. O meio-dia não é apogeu, é morte, o sino toca à reza sem alegria, pesado, as mãos fazem o sinal da cruz, as conversas param, o cão levanta-se, derreado, língua de fora, hesita antes de lamber a água que cai da pia.*

*A Maria Moreira atira-lhe um pontapé, ergue o cântaro e põe outro sob a torneira.*

*– É capaz de ter raiva.*

*– Tem é fome».*



José Rentes de Carvalho na apresentação do seu livro; fotografia de SM.

Essa fome, lembro eu agora, era menos dos animais, que no monte iam procurar sustento, do que daqueles que, sem o pouco de terra onde pudessem fazer horta, ou colher algum fruto, apenas tinham os braços para garantir a sobrevivência.

Os seus filhos sabem-no, mas os netos, graças a Deus, ouvirão descrentes que é possível passar dias, semanas, meses, a comer pão e cebola, caldo de couves com um fio de azeite, ou aceitando a caridade de um vizinho abonado que, discretamente, mandava a mulher ou as filhas levar-lhes a casa um naco de presunto, uma abada de castanhas, ou o que tinha sobrado da ceia.

A circunstância do meu pai e do avô paterno, por serem guardas-fiscais terem um ordenado, e de vivermos todos na mesma casa em Gaia, contribuía, não somente para uma vida desafogada, mas resultou ter sido eu criado numa espécie de oásis.

Porque não era apenas uma casa onde não se passavam necessidades, mas onde havia livros, o dicionário Torrinha, o Grande Dicionário Universal Ilustrado Lello, a edição monumental de Gil Blas de Santilhana e, sobretudo, o jornal, *O Primeiro de Janeiro*, lido todos os dias, com

um impacto bem superior ao que agora têm em mim as maravilhas de que hoje dispomos.

No nosso largo, e nas velas das traseiras, testemunhava eu a pobreza, a tragédia e as chagas da miséria citadina, mas a falar verdade não estranhava nem me perturbavam os andrajos dos meus amigos, nem a violência animal com que os via disputar um pedaço de pão ou uma malga de sopa.

Tão-pouco me causavam nojo as suas pústulas, os vermes que lhes caíam do nariz, ou o ranho que ora lambiam, ora limpavam com o braço.

Eu nascera ali, crescia ali, mas se aqueles eram os meus amigos, não eram a minha gente. A sua desgraça observava-a eu menos com os olhos, do que através das leituras que fazia, o que me dava uma curiosamente distorcida, e muito romântica visão da pobreza e do sofrimento.

Aos dez anos, com os romances de Emílio Zola na mão, sentenciava eu que se deviam matar os ricos, e distribuir pelos pobres tudo o que eles possuíam, uma hecatombe a que escaparia o senhor Moreira, o nosso senhorio, porque embora fosse rico era boa pessoa, e a muitos que ali moravam não pedia aluguer.

Essa euforia de revolta proletária perdia-a eu nas temporadas que passávamos na aldeia. Mesmo que as não sofresse (em nossa casa havia três ou quatro penicos) todas aquelas misérias, desconfortos, doenças e situações me doíam na carne, não tinha maneira – e ainda hoje não tenho – de descartar o que deve ser herança genética. Outra explicação não encontro para o facto de, com a vida que levo, as facilidades e os confortos de que disponho, Trás-os-Montes me doer como dói.

Mas enfim, direi então: se tiverem tempo e vontade leiam o livrinho, levando em conta que o autor, nascido no começo do século passado, veio ao mundo com uma sobrecarga de recordações, medos, bruxas, espíritos malignos, fantasmas e lobisomens, com des-

taque para o relato que lhe fazia em miúdo uma tia-bisavó, contando a assustadora presença na nossa aldeia dos soldados de Napoleão.

Não deixem, contudo, que as misérias do passado, ou a melancolia de uma ou outra página, sejam motivo de pessimismo, pois é somente o testemunho de alguém que, transmontano de alma e coração, mais depressa se inclina para as sombras, do que para o brilho do Sol.

E que além disso, vivendo há muito noutras terras, involuntariamente observa e avalia com olhos de estrangeiro, o que por vezes o leva a distorcer a realidade, e a sofrer aflições que, venham elas da memória, não são menos dolorosas.

Poderá isto soar patético, e de facto é, pois melhor que ninguém tenho eu consciência de que não há remédio em recordar tristezas. Tanto mais que, a quem as não viveu não servirão de ensino, antes tenderão eles a considerá-las folclore, repousando na certeza optimista de que o passado não volta.

Mas por vezes infelizmente volta, do que se dá conta quem lhe descobre o disfarce e vê, por detrás do brilho de modernidade, a verdadeira condição dos que continuam e continuarão a ter um nível de vida degradante.

Se querem ver o Nordeste transmontano, não olhem para o IC5, onde, aliás, raro passa um carro. Perguntem antes nas lojas das vilas como vai o negócio. E se forem às aldeias esperem pelas carrinhas do padeiro ou do merceiro, vejam quantos fregueses lá vão, tirem as vossas conclusões.

Perdoem este divagar, deixem que retome a linha que perdi, e retorne para lhes dizer que Trás-os-Montes, no meu sentir, é mais que uma província, tem aspectos de nação, no significado que o dicionário dá à palavra: «o conjunto de indivíduos ligados pela mesma língua e por tradições, interesses e aspirações comuns».

Mas desenganem-se, se lhes soa a separatismo. É apenas a constatação de que no todo do país Trás-os-Montes mostra algo de um

enclave. Menos no sentido de pertença, do que no trato que lhe reserva o governo central, e do desconhecimento que dela têm os que vivem no Minho ou a sul do Douro, para não falar da estranheza que causa a tantos lisboetas, que tudo sabem de Londres, Nova Iorque e Oxford, mas serão incapazes de situar Mogadouro.

É possível que usando este tom eu dê ideia de que esse desconhecimento nos afecta e magoa. De facto assim é, mas só no que respeita o desleixo e o desinteresse dos governantes que, fossem eles, como se dizem, patriotas e democratas, deveriam acudir a todos por igual, e não em função do número de votos.

No mais é muito nosso o orgulho da independência, e o pouco gosto que temos pela mão estendida, qualidades que nos vêm dos séculos de vida dura nos montes agrestes onde temos berço.

Sim, a vida é dura em Trás-os-Montes. O que pouco a pouco nos vai chegando de progresso e facilidades da vida moderna, não basta para fazer contrapeso ao nosso atraso, nem nos dá esperança de mudança e melhoria em futuro próximo.

Mas será isso um mal, e de facto culpa alheia, posso eu perguntar, tomando a mim o papel de advogado do Diabo? Talvez não tanto como parece, pois se há verdade no desleixo a que nos têm votado, há igualmente verdade no extremo individualismo do transmontano, sempre a temer que haja alguém a mandar nele, avesso a colaborar, de pé atrás se o que lhe propõem não condiz com a sua expectativa.

Tratado por outro, Trás-os-Montes é tema que, como se costuma dizer, daria pano para mangas e horas de conferência. A mim, que sou de poucas falas, tirou-me o sono a sugestão que discursasse vinte minutos. Conhecendo-me bem, sei da fraca sonoridade da minha voz, da dicção atabalhoada, da pressa que não consigo esconder de pôr fim ao martírio.

Foi por isso que, uma vez terminada a escrita destas páginas, peguei num cronóme-

tro e comecei a ler pausadamente, cuidadosamente, obedecendo à pontuação, evitando tropeçar nos ditongos, mas o resultado foram uns magros dez minutos.

Repete-se agora o sentimento que então tive, o de que iria ficar em dívida e o remorso de não ter cumprido o que de mim talvez esperavam. Por outro lado estou certo de que não mo levarão a mal.

Muito obrigado a todos, pela honra que me dão de terem vindo.

### **Apresentação em Lisboa**

03-06-2017

Boa-tarde a todos.

Desculpem os que já dias atrás me ouviram em Mogadouro, mas nas pessoas de António Araújo e David Lopes reitero o meu agradecimento à Fundação Francisco Manuel dos Santos, cuja actividade pede superlativos e, propondo este livrinho, me deu ocasião para um desabafo das minhas dores e fúrias de transmontano.

Não tenho remédio senão repetir que agradeço também a Francisco José Viegas, amigo do peito, aquele editor inteligente, dedicado e atento, com que todo o escritor sonha.

As circunstâncias fizeram com que demorasse um quarto de século, mas conseguiu ele cumprir, e bem, que traria para a literatura portuguesa a que pertence, o escritor estrangeiro que eu então era.

Ao Henrique Raposo e ao Bruno Vieira Amaral, dois miúdos de que me orgulho, e cujo talento vejo crescer, agradeço serem, com Francisco José Viegas e Lúcia Melo, gente da minha família.

Isto dito, e entrando agora no assunto do livrinho, mas sem intenção de vir pedinchar seja o que for, ocorre-me que haveria justiça em reservar para a desleixada e esquecida província transmontana, se não um naco de bom tamanho, algumas migalhas da abundância espalhada por Lisboa e arredores.

Vós outros, lisboetas, sois favorecidos com toda a espécie de benefícios, tendes Madonna no Ritz e, ao pé da porta, um extraordinário governo que, para espanto geral e benefício de muitos – não de todos – parece ir no bom caminho para repetir o milagre da multiplicação dos pães.

Com suficiente pasmo, nós, os de Trás-os-Montes, testemunhamos isso de longe, e de pouco ou nada nos adianta termos um túnel no Marão, porque no fim, quando o atravessamos, não são luzes o que vemos, mas sombras.

Afirmava eu há dias, em Mogadouro, e é o sentimento de muitos dos meus conterrâneos, que Trás-os-Montes se assemelha antes a um estranho enclave, do que a uma província nacional.

Contribui, e muitas vezes aumenta esse sentimento, o facto de, com melhores estradas e boa infraestrutura, nos ser mais fácil e confortável ir a Madrid em duas horas, do que gastar cinco para chegar a Lisboa. Vamos a Salamanca numa hora, mas precisamos de duas e meia para ver o Porto.

Também nos deixa perplexos o extraordinário desenvolvimento do turismo no Douro. Não é questão de inveja, bem ao contrário, sim de espanto. Porque andam e navegam por ali turistas às dezenas de milhares, mas no melhor dos casos, se essa gente se arrisca a chegar ao Pocinho, fica com a impressão de que se encontra numa fronteira entre a civilização e o deserto, e não no termo de duas províncias.

O rio vira ali para norte, um ou outro barquito ainda se arrasta até Miranda, transportando meia dúzia de almas aventureiras, mas o esforço de promoção e desenvolvimento não chega a esse longe, fica pelo caminho, a ponto que não se diria tratar-se ali de duas províncias da mesma nação, mas de uma divisória de países irmãos, como se vê na Irlanda.

Ao dizer isto, e o mesmo aconteceu quando o escrevi, imagino que muitos entre os pre-

sentes estarão a franzir o sobrolho, perguntando-se o que é, ou onde raio fica o Pocinho. Mas se quero ser franco, devo dizer que a razão está com eles, não comigo, e de certeza não esconderão o sorriso, ao ouvir-me afirmar que para nós, os do Nordeste transmontano, o Pocinho é um lugar mítico.

Foi o portão que nos abria o caminho, se não para o mundo, pelo menos para o Porto. Era lá que se via passar o comboio que ia para os longes de Espanha e França, o mesmo que trouxe de Paris o Jacinto e o Zé Fernandes de *A Cidade e as Serras*.

Se não conhecem, e alguma vez lá forem, verão apenas uma vintena de casas, uma estação em decadência, um fim de linha. A ponte abandonada sobre o Douro nada vos dirá. Tão-pouco que o rio faça ali a curva onde, antes das barragens, mudava de carácter.

Menos ainda que daquela estação partia a também mítica Linha do Sabor, verdadeiro cordão umbilical com as terras de Miranda, onde a gaita-de-foles e a dança dos pauliteiros nos recordam de que antes de romanos, mouros e judeus, fomos celtas.

Este rodeio ferroviário pode causar a impressão de que perdi o fio à meada, mas deve mais ao meu acanhamento, o pejo que me toma de ir recordar misérias, não que elas sejam totalmente do passado, mas pela impotência de lhes encontrar remédio, e também pela tristeza que me dá, o não vê-las pelo menos mitigadas, por aqueles a quem cabe a responsabilidade do poder.

Perdoem de novo os que dias atrás já isto ouviram, mas não é preguiça. Só que, fosse eu agora usar outras palavras para descrever os mesmos sentimentos, ou arranjar uma sequência diferente para as mesmas dores e dramas, poderia dar a impressão de querer poupar sensibilidades ou, mais desagradável, de querer dar um arranjo literário ao testemunho.

E aqui peço que me acreditem, porque sinceramente hesitei, pois não tenho ilusões. Isto

são apenas palavras, um testemunho vale o que vale, e em casos como este menos que pouco.

No momento em que nos despedirmos olharemos o relógio. Trás-os-Montes continuará lá longe, recebendo boas palavras em vez de ajuda, e cada um de nós irá aos seus afazeres, visivelmente mais interessado na realidade do telemóvel, do que na que tem à sua volta.

O que é compreensível, já que uma incomoda, e a outra oferece o benefício da distração.

Mas enquanto os vejo aqui, deixem então que lhes fale do que foi, e em muitos aspectos ainda é. Se a alguns parecerem histórias e coisas do passado, é porque os que realmente sofrem se tornam peritos na dissimulação, no esconder da sua vergonha.

E acreditem: há vergonhas que se podem esconder, mas são essas as que mais incomodam pela memória.

Dirão, e é verdade, são aflições de há três ou quatro décadas, mas imaginará algum dos presentes o que é a real ameaça da falta de água? Não para tomar banho ou regar o jardim, mas para beber? O medo que dá quando a única nascente é a de uma fonte de mergulho, donde em vinte e quatro horas não chegavam a brotar quinhentos litros de água? E essa míngua para quase três centenas de pessoas, que não somente sofriam a sua, mas viam os animais definhar com a sede?

Na mesma época, em meados dos anos setenta, o consumo de água *per capita* em Lisboa era quatrocentos e vinte por cento mais elevado do que a média nacional, mas da verdadeira média para o Nordeste transmontano não falam as estatísticas.

É passado, bem sei. Conto para que a memória se não perca, mas também para que tomem consciência de como são injustas as diferenças, sejam elas de então ou de agora.

Sofríamos a tuberculose, o tifo, a malária, o antraz. Quem vai acreditar que as ruas e as canelhas se enchiam de palha encharcada de água da chuva, urina e excrementos? E que

era esse, com as fezes dos animais de carga e dos rebanhos, o único adubo dos campos?

A liberdade do 25 de Abril tinha chegado, mas retretes não havia, aliviavam-se novos e velhos, homens, mulheres e crianças de maneira secular: atrás dos muros, ou na estrebaria, entre as mulas e as burras.

O penico, os mais delicados chamavam-lhe bacio, era um luxo que poucos tinham, e em caso de doença se ia pedir emprestado. E só quem as viu e sofreu acreditará nas nuvens de moscas, mosquitos e moscardos que enxa-meavam as ruas e as casas.

Talvez seja melhor ficar por aqui, não vão ter ideia de que cientemente carrego nas cores por uma vontade de efeito ou com o intuito de surpreender.

Mas como falar então do Nordeste transmontano? Escamoteando a realidade ainda existente do seu atraso e decadência? As situações de Terceiro Mundo? Ou, talvez, fazendo a vontade aos optimistas e aos ingénuos, aceitando-lhes com as miríficas alegrias da ruralidade, dos legumes biológicos, da satisfação de ouvir o silêncio quebrado pela primeira cantada do galo às quatro da madrugada?

Esse bucolismo talvez seja possível na Herdade da Comporta, nos montes climatizados do Alentejo, numa ou noutra quinta minhota. Mas no Nordeste transmontano outro galo canta.

E se quero ficar mais próximo da verdade terei de evitar o trocadilho, e dizer secamente que entre nós os galos já não cantam, ou raramente se ouvem, porque são cada vez menos os que podem com a despesa de lhes comprar ração.

No passado andavam os galos e as galinhas a depenicar nas ruas, pelos campos onde se semeava o cereal, e mesmo os pobres tinham galinheiro, comiam ou vendiam os ovos, matavam as aves para os doentes ou nos dias de festa.

Hoje a realidade é a do frango de aviário no supermercado, ou na carrinha que vem à porta.

Mas também esse se tornou miragem para os idosos que têm uma pensão de duzentos euros para sobreviver um mês inteiro.

E no Nordeste transmontano, caros lisboetas, a maioria é de idosos, a juventude e a meia idade são excepção. Quase dá ideia que a gente a que pertença não nasceu, se criou, e viveu ali, mas como os russos dos anos trinta, foi deportada por um Stalin para aquele longe, e abandonada ao seu triste destino.

Com menos anos, outra sensibilidade, temperado nas emoções ou capaz de afastamento, um outro terá do Nordeste transmontano uma visão diferente, o seu julgamento será mais comedido.

Mas para meu mal, eu que vi mundo, andei por longe, em vez de gozar o merecido conforto por uma vida de trabalho e canseiras, deixei que caísse sobre mim, não a saudade, mas a maldição do sangue, de pertença, do chamamento do terrunho, praga rogada que constantemente me obriga a retornar ao purgatório.

Não foi plano que tenha feito, nem decisão consciente, tão pouco é masoquismo, ou o romântico anseio a que chamam «retornar às origens», pois na aldeia dos meus, onde em parte me criei, não tenho família nem terras, apenas amigos e a modesta casa que o meu avô materno construiu pelas suas mãos.

Caso é que, vai em duas décadas, todos os três meses deixo as facilidades e as vantagens que me oferece Amsterdam, a cidade onde vivo há sessenta anos, meto-me à estrada e, com a minha mulher, praticamente me enterro em Estevais de Mogadouro.

Este que me enterro, é menos figura de estilo do que realidade, pois fora uma ou outra visita necessária, dali praticamente não saio.

Falar de maldição também não é exagero, já que raro há dia que passe sem o confronto com uma necessidade, uma aflicção, uma dor escondida. E não é preciso que mo digam, ou venham à porta dar a notícia, é antes como

se com a dualidade da minha existência, eu tenha desenvolvido uma espécie de faro.

Sobretudo para os casos em que a vergonha se junta ao sofrimento e ao drama da exclusão, tanto mais penoso quanto em aparência o ambiente é pacífico, ou até simpático.

O meio citadino vai aceitando a homossexualidade; aqui e ali, na província, hesita-se em ser moderno, como manda a telenovela; mas no Nordeste transmontano ser homossexual resulta em anátema. Anátema tanto mais terrível quanto é secreto, e no geral disfarçado pela cordialidade.

Pobres deles e delas, os que nasceram homossexuais na minha terra, porque ninguém lhes deita a mão e, estranhamente, nem eles a aceitariam. Escondem-se, aceitam a sua trágica condição e destino, sofrem uma vida clandestina, fingindo não dar conta do ostracismo.

O episódio de paixão homossexual que incluí no meu romance *O Meças*, relatou-mo praticamente *ipsis verbis* uma viúva, por ocasião do enterro de, como ela disse, «um outro que tal, todos da panelinha».

Talvez em resultado da tragédia, da dor de uma vida perdida, sem homem, sem filhos, sabendo-se apontada a dedo por ser mulher de quem era, a franca dureza das suas palavras foi a excepção. A norma é o sorriso e o segredo.

Diz muito o eu saber que alguns deles e delas me levarão a mal que toque no assunto, pois nos nossos lados o mandamento é de que nessas coisas não se fala.

Ensinam os políticos e os missionários que uma prática deve terminar com uma nota positiva.

Recomende-se então o Nordeste transmontano por ter as alheiras de Bragança, o miradouro do Carrascalinho, as navalhas de Palaçoulo, as amêndoas de Moncorvo, o castelo de Algosó, as arribas do Douro, e a Calçada de Alpajares.

Há mais, mas seria abusar da vossa paciência. Muito obrigado por terem vindo.

**Nell Leyshon, *Del color de la leche*. Prólogo de Valeria Luiselli.**

Traducción de Mariano Peyrou. Madrid: Sexto Piso, 2013, 176 pp. [ISBN: 978-84-15601-34-0]

**José António Afonso**

Universidade do Minho

Marguerite Duras escreveu (ou terá dito numa entrevista?) que «a literatura deve-nos lançar no desconhecido ... para aprofundar o inexplicável». *Del color de la leche* é uma extraordinária e enigmática intriga de Nell Leyshon. A história interpela-nos com uma força inusitada, através de uma narrativa singela, mas labiríntica.

Mary (a voz narrativa) é uma jovem de 15 anos que vive com a sua família numa quinta algures na Inglaterra rural da década de 30 de Oitocentos. Tem o cabelo cor de leite e nasceu com um defeito físico numa das pernas. Consegue, momentaneamente, fugir a um destino (fatalidade?) familiar sem quaisquer horizontes – salvo os implacáveis limites (geográficos e simbólicos) da aldeia – quando, seus pais, a enviam para trabalhar como criada do pároco, especificamente para cuidar da sua esposa, que está doente. Nesse ínterim, beneficia da oportunidade de aprender a ler e a escrever – de deixar de ver nos livros *un montón de rayas negras* –, contudo, a descoberta das palavras (da luz?) tornou-a refém de uma obscura experiência de vida. Imersa no logro dum inimaginável emaranhado existencial, a Mary só lhe restou, como a única escolha para resgatar a liberdade, contar a sua história, precisamente pela palavra escrita: «...y ahora ya he terminado y no tengo nada más que contarte; así que voy a terminar esta última frase y voy a secar mis palabras donde la tinta forma unos charcos al final de cada letra; y entonces ya seré libre».

A estrutura da ficção pauta-se pelo ritmo das estações: inicia-se na primavera de 1830 e termina na primavera de 1831. O microcosmo rural é hiperbolicamente descrito como asfi-



xiente. O defeito físico de Mary é a implacável expulsão de um mundo social, onde a força física (para trabalhar a terra) é o único, e fundamental, capital. A relação da protagonista com as outras personagens, da novela, é mínima, limitando-se a um primário (ou básico?) relacional: tem medo real do pai, que vive amargurado por não ter tido um filho varão; da mãe só anela que a alimente; com as três irmãs, compartilha o acaso de terem nascido num meio rural; o avô (que dissimula estar doente para poder estar com ela) é, provavelmente, a única personagem que a compreende – e gosta sinceramente dela, aliás sentimento recíproco, demonstrado amiúde pela jovem narradora. Das outras personagens é retida a sua amargura e frustração – e o limbo comunicacional em que gravitam –, que

pode ser exemplificado por Edna, a camareira do pároco, que guarda, de baixo da cama, três sudários – um para ela e os outros para um marido e um filho que, com indisfarçável ansiedade, tem a esperança de os vir a ter num dia que jamais acontecerá.

O contexto bucólico flui ao ritmo das estações, cadenciado pelos trabalhos agrícolas. Tudo adquire uma deslumbrada vida no testemunho que Mary deixou escrito, não ocultando, contudo, o destino que nunca teve alguma chance de inverter. Ao tempo lento da vida familiar, sucede um outro, mais arrebatado, que transforma radicalmente a narrativa: é precisamente quando vai servir para a casa do pároco. A jovem analfabeta demonstrou, com desvelo, a sua capacidade de trabalho e a sua personalidade modificou completamente todos os que viviam na casa (o pároco, a esposa, o filho e Edna). Surgiu, durante a permanência na residência paroquial, a impensável oportunidade de aprender a ler e a escrever – naturalmente contra a vontade da sua família e do avô que, amiúde, a questiona acerca da utilidade daquilo que aprendia, com exceção da lhana admiração de Edna –, o que lhe propicia finalmente ler o livro que a acompanhava desde criança, a Bíblia, mas também contar com exatidão os acontecimentos de uma trajetória com momentos duros e de inusitada violência física e psicológica: «...a veces tener memoria es una buena cosa, porque ahí está la historia de tu vida y sin ella no habria nada, pero otras veces tu memoria guarda cosas que preferirás no volver a saber nunca y, por mucho que intentes quitártelas de la cabeza, siempre vuelven. éste es mi libro y estoy escribiendo con mi própria mano» – assim começa Mary cada uma das estações (que marcam a sua aprendizagem), procurando sofregamente um interlocutor, para lhe narrar cronologicamente tudo o que experienciou; na última primavera, Mary inesperadamente muda o tempo verbal (éste es mi libro y lo he estado escribiendo ...), ante-

cipando, ato continuo – para o leitor implícito – o desfecho da sua história (que deliberadamente não iremos desvendar, remetendo para a leitura do livro).

*Del color de la leche* é um diário escrito por uma jovem que aprendeu a ler e a escrever. A sua economia está marcada por uma escrita com estruturas sintáticas simples, sem maiúsculas, com pontuações discutíveis, começando repetidamente pela conjunção «e», e tem a linguagem própria de alguém que acabou de aprender a ler e a escrever, assemelha-se a uma espécie de um continuado solilóquio – Mary escreve como fala. É um texto simples, emotivo e inocente, que com um original invólucro de palavras, frases e expressões, onde a jovem narradora mostra francamente a sua evolução, seguindo a sua inesperada viagem vivencial e existencial – que não se fecha nos acontecimentos quotidianos, ainda que adornados por belas e ingénuas descrições –, e entrando na implícita significação dos sentimentos que as suas palavras contêm, anuncia uma ingénua sabedoria caldeadas pela sua vida prática e situacional. É, em suma, um diário escrito com verdade – «... yo sólo creo que digo la verdad» – com o designio de compreender a sua própria história.

A forma e o conteúdo *Del color de la leche*, fazem-nos pensar e refletir sobre o tempo (logo a história do corpo e da fragilidade, que historiadores sensíveis a tudo aquilo que não se cinge ao óbvio no passado, como Michel Foucault, Carlo Ginzburg ou Philippe Ariès, captaram nas suas heterogêneas expressões socio históricas), sendo este justamente o espantoso desafio que Nell Leyshon cerziu, captado inteligentemente por Valeria Luiselli no «Prólogo»: «Tiene algo de paradójico este hecho, porque la voz a la que Leyshon da vida aquí es a su vez un ejemplo de todas las voces que las estructuras del poder volvieron invisibles e inaudibles (...) es una historia contra-factual pero no imposible».

## BIBLIOGRAFIA 2016

### Amigos do Solar Condes de Resende – Confraria Queirosiana

#### AFONSO, José António Martin Moreno

- *A Escola do Torne (Vila Nova de Gaia): dinâmicas socioeducativas de uma escola evangélica na transição do século XIX para o século XX* (co-aut. com SILVA, António Manuel S. P.; LACERDA Silvestre A.). In VIEIRA, César Romero Amaral; NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas, orgs. – *Contribuições do Protestantismo para a História da Educação no Brasil e em Portugal*. Piracicaba [Brasil]: Editora UNIMEP, p. 47-67.
- *A Igreja e Escola do Prado: cento e quinze anos de instrução e testemunho cristão em Coimbra, Vila Nova de Gaia* (co-aut. com SILVA, António Manuel S. P.; VIDAL, Alexandra). Vila Nova de Gaia: Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (Comunhão Anglicana). Disponível em <<http://hdl.handle.net/1822/42302>>.
- *Circulação e internacionalização do projeto cultural protestante na lusofonia. Um apontamento sobre a receção dos periódicos brasileiros nos primeiros 50 anos da imprensa periódica lusitana (1877-1925)* (co-aut. com SILVA, António Manuel S. P.), (20 p. não numeradas); *Entre dois mundos, o bom combate: Odilon Alves Pedrosa e as querelas institucionais no universo educacional luso-brasileiro (1927-1936)* (co-aut. com SILVA, Ramsés Nunes), (13 p. não numeradas). In ALVES, Luís Alberto Marques... [et al.], orgs. – *XI COLUBHE – Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – Investigar, Intervir e Preservar. Caminhos da História da Educação Luso-Brasileira: [atas]*. Porto: FLUP. CITCEM – Centro de Investigação Interdisciplinar Cultura Espaço e Memória.
- *Escolas rurais na 1.ª República Portuguesa, 1910-1926: discursos e representações sobre a periferia*. 1.ª ed. Santo Tirso: Whitebooks.
- *Escolas rurais na 1.ª República Portuguesa (1910-1926): inquéritos exploratórios*. In LIMA, Sandra Cristina Fagundes de; MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva, orgs. – *Histórias e memórias da escolarização das populações rurais: sujeitos, instituições, práticas, fontes e conflitos*. Jundiaí: Paco Editorial, p. 393-448.
- *Escritas da periferia: Domingos Tarrozo (1860-1933): um inquérito ao universo da autodidaxia em Portugal, na transição para o século XX*. «Diacrítica: revista do Centro de Estudos Humanísticos», n.º 30/2: *Cosmopolitan Challenges. 500 Anos de Utopia. Homenagem a René Girard*. [Braga]: CEHUM – Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, p. 297-318.
- *Instrução pública primária em Minas Gerais: do ensino rural ao distrital em fins do século XIX e início do XX (1899 – 1911)* (co-aut. com BARROS, Josemir Almeida). In VECHIA, Ariclê; FERREIRA, António Gomes, orgs. – *A criança e a escolarização: igualdade e desigualdade no espaço latino-americano nos séculos XIX e XX*. Curitiba: UTP, p. 250-271.
- *Um militante pernambucano na Europa ultramontana: Odilon Alves Pedrosa e o missionarismo intelectual católico (1926-1927)* (co-aut. com SILVA, Ramsés Nunes e). «HISTEDBR» on-line, vol.

16, n.º 68 (junho). Campinas (SP – Brasil): Grupo de Estudos e Pesquisas «História, Sociedade e Educação no Brasil» – HISTEDBR da Faculdade de Educação/UNICAMP, p. 4-17.

– [Colab.]. «Estúpida: magazine», n.º 4. [S.l.]: Edições Mortas; Black Sun Editores; N Edições.

– [Colab.]. «Newsletter da Associação de História da Educação de Portugal – HISTEDUP», n.º 6. Lisboa: Associação de História da Educação de Portugal.

– [Colab.]. «Revista de Portugal», n.º 13. Vila Nova de Gaia: ASCR-Confraria Queirosiana.

– [Colab.]. In RICCI, Cláudia Sapag; SIMAN, Lana Mara Castro, orgs. – *Anais IX Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e IV Encontro Internacional do Ensino de História: Questões Socialmente Vivas e o Ensino de História*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

#### ALMEIDA, João Emílio Santos Carvalho de

- *Serious Games as a Behaviour Elicitation Tool: Applications to Evacuation Scenarios*. Porto: FEUP. Dissertation submitted to the Doctoral Programme in Informatics Engineering (ProDEI). Disponível em <<http://hdl.handle.net/10216/83070>>.

#### ALMEIDA, Salvador de Pinho Ferreira

- [Dir.]. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». Vila Nova de Gaia: ACAG.
- *Vulnerabilidade a sismos e incêndios no município de Vila Nova de Gaia* (2.ª parte), n.º 82 (junho), p. 19-38; *Plano de intervenção na salvaguarda do património. Plano 3P – o património edificado do Centro Histórico de Vila Nova de Gaia*, n.º 83 (dezembro), p. 6-13. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». Vila Nova de Gaia: ACAG.

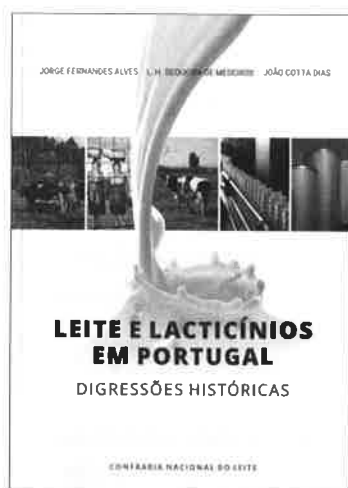
#### ALVES, Jorge Fernandes

- *Leite e laticínios em Portugal: digressões históricas* (org. com MEDEIROS, L. H. Sequeira de; DIAS, João Cotta). [S.l.]: Confraria Nacional do Leite.
- I. *A fileira do leite em perspectiva histórica*. In ALVES, Jorge Fernandes; MEDEIROS, L. H. Sequeira de; DIAS, João Cotta, orgs.
- *Leite e laticínios em Portugal: digressões históricas*. [S.l.]: Confraria Nacional do Leite, p. 7-186.
- *Do Eldorado brasileiro ao salto para França*. «História: Jornal de Notícias», n.º 4 (agosto). Lisboa: Global Notícias, Publicações, p. 32-41.
- *O Desejado: o poder local, o projecto de código administrativo republicano e suas atribuições*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal de Famalicão», IV série, n.º 8/9. Vila Nova de Famalicão: C. M., p. 37-63.

– O Legado do Conde de Ferreira e o Hospital de Alienados na reconfiguração da filantropia tradicional = *The Conde de Ferreira legacy and the Hospital de Alienados in the reconfiguration of traditional philanthropy*. In *Saúde, Ciência Património. Atas do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: SCMP, p. 161-176.

– [Colab.]. In CAPELA, José Viriato; ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra; CASTRO, Sandra, orgs. – *Seminário Internacional «Da Caridade à Solidariedade: políticas públicas e práticas particulares no mundo ibérico»*. Braga: Universidade do Minho. Laboratório de Paisagens, Património e Território.

– [Colab.]. In SILVA, Luís Pedro – *Terminal de Cruzeiros de Leixões = Porto Cruise Terminal: Leixões, Matosinhos*. Lisboa: Uzina Books.



#### ARAÚJO, Luís Manuel de

– O cavalo no Egito faraónico: uma avalizadora semiótica do poder, p. 188-198; *Kanakht, «touro poderoso»: um expressivo título da realeza egípcia*, p. 223-233. In COIMBRA, Fernando Augusto, coord. – *Horse and the Bull in Prehistory and in History*. [Atas do I Congresso Internacional – O Cavalo e o Touro na Pré-História e na História, Golegã/Chamusca, 15 a 19 de maio, 2013]. Genoa (Italy): Cordero Editore (Series Cognition Temporis).

– *A justiça e os tribunais*, p. 119-137; [e outras colabs.]. «Hapi: revista da Associação Cultural de Amizade Portugal-Egipto», n.º 4. Lisboa: Associação Cultural de Amizade Portugal-Egipto.

– [Colab.]. «Cadmo», n.º 25. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.

– [Colab.]. «Revista de Portugal», n.º 13. Vila Nova de Gaia: ASCR-Confraria Queirosiana.

– [Colab.]. In SOUSA, Ana Catarina; CARVALHO, António; VIEGAS, Catarina, coords. – *Terra e água: escolher sementes, invocar a deusa: estudos em homenagem a Victor S. Gonçalves*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

– [Dir.]. «Revista de Portugal». Vila Nova de Gaia: ASCR-Confraria Queirosiana.

#### AZEVEDO, Sebastião Feyo de

– [Dir.]. «Campus U. Porto». N.º 0 (2016). Porto: Universidade do Porto. Serviço de Comunicação e Imagem.

#### BAPTISTA, Eva

– *Educação Cívica e Património Local (Atividade de Enriquecimento Curricular) aplicada à freguesia de Mafamude* (co-aut. com TEIXEIRA, Fátima; GUIMARÃES, J. A. Gonçalves). «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia», n.º 82 (junho). Vila Nova de Gaia: ACAG, p. 9-18.

– *O Clubismo em Vila Nova de Gaia, nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX: intenção e ação educativas*. In ALVES, Luís Alberto Marques... [et al.], orgs. – *XI COLUBHE – Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – Investigar, Intervir e Preservar. Caminhos da História da Educação Luso-Brasileira: [atas]*. Porto: FLUP. CITCEM – Centro de Investigação Interdisciplinar Cultura Espaço e Memória, [15 p. não numeradas].

#### BAPTISTA, Luís Diamantino Carvalho

– [Colab.]. «Póvoa de Varzim: boletim cultural», n.º 48. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal.

#### BARROS, Abel Ernesto Barbosa

– [Colab.]. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia», n.º 82 (junho). Vila Nova de Gaia: ACAG.

#### CABRAL, Amélia

– *Confraria Queirosiana* (coord. com MONCÓVIO, Susana; GUIMARÃES, J. A. Gonçalves). Vila Nova de Gaia: ASCR-Confraria Queirosiana.

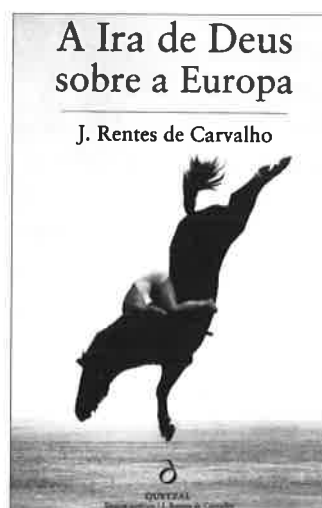
#### CARDOSO, Orlando

– [Dir.]. «Notícias do Centro: jornal digital da Região Leiria-Coimbra».

#### CARNEIRO, José Luís

– *Os caminhos da Europa: dez anos no Comité das Regiões (2006-2015)* (coord.). Porto: Edições Afrontamento.

– *Uma união com o futuro da região: pensamento, ação e resultados, 2014-2016* (coord.). Porto: Omnisinal.



**CARVALHO, António de Deus R. Ponces de**

– [Dir.]. «Revista Científica Educação para o Desenvolvimento». Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus.

**CARVALHO, José Rentes de**

- [Blogue]. «Tempo contado».
- [Colab.]. «Jornal Correio da Manhã»: «Mata-Bicho»: [crónica semanal].
- *A amante holandesa*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Bertrand (11x17; 366) (Biblioteca J. Rentes de Carvalho; 001).
- *O Meças*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Quetzal (Língua comum).
- *A ira de Deus sobre a Europa: testemunho de um meio século (1956-2006)*. Lisboa: Quetzal (Língua comum).
- *A amante holandesa: romance*. 3.<sup>a</sup> ed., reimp. Lisboa: Quetzal (Língua comum).
- *Ernestina*. 5.<sup>a</sup> ed., reimp. Lisboa: Quetzal (Língua comum).

**CARVALHO, Mário Vieira de**

- Ó palavra, tu palavra que me falta! – *Reflexões sobre música e linguagem*. «RPM – Revista Portuguesa de Musicologia = Portuguese Journal of Musicology», nova série, vol. 3, n.º 2. [Lisboa]: SPIM – Sociedade Portuguesa de Investigação em Música; INET-mid – Instituto de Etnomusicologia – Centro de Estudos em Música e Dança; CESEM – Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical, p. 1-62.
- *Le Théâtre National de São Carlos. Son histoire et sa mission de service public*. «Revue d'Histoire du Theatre» n.º 272 (trimestre 4): Paris: Société d'Histoire du Théâtre, p. 37-52.
- *O iluminismo e o debate teológico em torno da ópera em Portugal*. In TEIXERA, António Braz; SANTOS, Octávio dos; EPIFÂNIO, Renato, coords. – *Luís António Verney e a Cultura Luso-Brasileira do seu Tempo*. Lisboa: MIL – Movimento Internacional Lusófono; Linda-a-Velha: DG Edições, p. 128-158.
- *Ensino superior e investigação em música*. In ROCHA, Edite; ZILLE, José António Baêta, orgs. – *Musicologia[s]*. Barbacena (MG – Brasil): EdUEMG – Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais, vol. 3: p. 53-66.

**CARVALHO JÚNIOR, Dagoberto**

– *Jantares Escuros do Recife: [Memória litero-gastronômica: 1993-2013]* (co-aut. com COUTINHO FILHO, Hélio; BELO, Gladstone Vieira). Recife: Nova Presença.

**CHARTERS D' AZEVEDO, Ricardo**

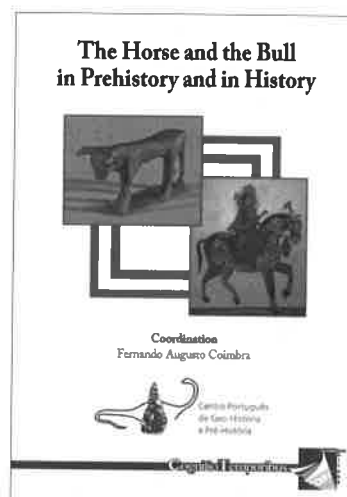
- *As ligações familiares de Afonso Lopes Vieira*, n.º 7 (abril), p. 11-35; *Como era vista Leiria no século XIX*, n.º 8 (maio), p. 203-234; *Jerónimo Soares Barbosa e os Lusíadas*, n.º 9 (setembro), p. 51-74; *Algumas notas sobre Lambrequins*, n.º 11 (dezembro), p. 197-214. «Cadernos de Estudos Leirienses». Leiria: Textiverso.
- [Colab.]. «Jornal de Leiria»: «Estórias da nossa história».

**CLÁUDIO, Mário**

- *Os naufrágios de Camões: romance*. 1.<sup>a</sup> ed. Alfragide: Dom Quixote.
- *Trilogia da mão: Amadeo, Guilhermina, Rosa*. 2.<sup>a</sup> ed. Alfragide: Dom Quixote.

**CLETO, Joel**

- *Lendas do Porto*, IV. Vila do Conde: Verso da História.
- *A água na base da afirmação do Porto como cidade. Catálogo da exposição*. Porto: Águas do Porto.
- [Colab.]. In FRANCO, José Eduardo, dir.; PINHO, Joana Balsa de, coord. – *Lugares sagrados de Portugal I. Espaços de proteção e harmonia*. Maia: Círculo de Leitores.
- [Colab.]. In SAKELLARIDES, Constantino... [et al.], coords. – *Porto Saúde – Momento e movimento*. Lisboa: Fundação para a Saúde – Serviço Nacional de Saúde.
- [Colab.]. «História: Jornal de Notícias», n.º 2 (fevereiro), n.º 3 (maio), n.º 4 (agosto) e n.º 5 (novembro). Porto: Global Notícias, Publicações.
- [Colab.]. «O Tripeiro», VII série, vol. 35: n.º 1, n.º 2, n.º 3, n.º 4, n.º 5, n.º 6, n.º 7, n.º 8, n.º 10, n.º 11 e n.º 12. Porto: Associação Comercial.



**COIMBRA, Fernando Augusto**

- *Horse and the Bull in Prehistory and in History* (coord.). [Actas do I Congresso Internacional. O Cavalo e o Touro na Pré-História e na História, Golegã/Chamusca, 15 a 19 de maio, 2013]. Genoa (Italy): Cordero Editore (Series Cognitio Temporis).
- *A possible horse hunting scene in the rock art from Philippi (Greece)* (co-aut. com ILIADIS, Giorgios), p. 74-83; *30.000 Anos de história do cavalo: sua divulgação através da pintura contemporânea* (co-aut. com SOUSA, Rosário), p. 282-290; *O cavalo como animal psicopompo na Europa do I milénio a. C.*, p. 343-351. In COIMBRA, Fernando Augusto, coord. – *Horse and the Bull in Prehistory and in History*. [Actas do I Congresso Internacional – O Cavalo e o Touro na Pré-História e na História, Golegã/Chamusca, 15 a 19 de maio, 2013]. Genoa (Italy): Cordero Editore (Series Cognitio Temporis).

- 1. *The emergence of warrior societies and its economic, social and environmental consequences*. In COIMBRA, Fernando; DELFINO, Davide, eds. – *Late Prehistory and Protohistory: Bronze Age and Iron Age*. Vol. 9: sessions A3c and A16a. Oxford: Archaeopress Archaeology, p. 1-143.
- *Symbols for protection in war among European societies (1000 BC–1000 AD)*. In COIMBRA, F. A.; DELFINO, D., eds. – *The emergence of warrior societies and its economic, social and environmental consequences*. Vol. 9: sessions A3c and A16a. Oxford: Archaeopress Archaeology, p. 15-26.
- *Post-Palaeolithic filiform rock art in Western Europe* (ed. com SANSONI, Umberto). Vol. 10: session A18b. Oxford: Archaeopress Archaeology. Disponível em <<http://www.archaeopress.com/Public/download.asp?id=%7B61E31DAC-D6C3-48E4-BBF-6-6356C258B916%7D>>.
- *Late Prehistoric incised rock art in southern Europe: a contribution for its typology*, p. 1-12; *The rock art from Figueiredo (Sertão, Portugal): typology, parallels and chronology*, p. 55-65. In COIMBRA, F.; SANSONI, U., eds. – *Post-Palaeolithic filiform rock art in Western Europe*. Vol. 10: session A18b. Oxford: Archaeopress Archaeology.
- *Neolithic art, Archaeoacoustics and Neuroscience*. In ENEIX, Linda C., ed. – *Archaeoacoustics II: The Archaeology of Sound: publication of the 2015 Conference in Istanbul, Turkey*. Myakka City, Florida: OTS Foundation, p. 15-24.
- *Archaeology, Rock Art, Archaeoacoustics and Neuroscience: What kind of relation?*. In ANATI, E., ed. – *The intellectual and spiritual expressions of non-literate peoples*. Vol. 1: session A20. Oxford: Archaeopress Archaeology, p. 121-131.
- *Early sights about rock art: written documents, drawings, legends and superstition*. «*Arnava*», vol. 5, n.º 1. [S.l.]: Arnava Shodh Sans-tha, p. 193-212.

#### **COSTA, Francisco Barbosa da**

- *Grupo Mérito Dramático Avintense – 100 anos de arte e solidariedade* (co-aut. com VAZ, José). Avintes: Grupo Mérito Dramático Avintense.

#### **COSTA, Paulo Jorge Cardoso Sousa**

- *Alfândega da Fé de Sobre a Valariça: o domínio senhorial ao senhorio régio (séculos XII-XIV)*. Porto: FLUP. Tese de mestrado. Disponível em <<https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/84017/2/135816.pdf>>.

#### **COSTA, Virgília Braga da**

- *O cemitério paroquial de Santa Marinha e a sua capela (1873-1931)*. «*Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*», n.º 83 (dezembro). Vila Nova de Gaia: ACAG, p. 46-57.

#### **DIAS, Lino Augusto Tavares**

- *Baião – Em torno do Ano Zero*. Baião: Município de Baião; Casal de Cambra: Caleidoscópio (Em torno de Baião. Contributos para a história económica e social de Baião).

#### **FIGUEIREDO, José Valle de**

- *Viajar com... Ramalho Ortigão*. Guimarães: Opera Omnia, D.L. 2016 (Viajar com... os caminhos da literatura).
- *Campanhã e os 140 anos da estação de caminho-de-ferro* (co-aut. com PACHECO, Helder; MAGALHÃES, José). Porto: O Progresso da Foz, D.L. 2016.

#### **GUIMARÃES, J. A. Gonçalves**

- [Blogue] «*Eça & Outras*».
- [Dir. adj.]. «*Revista de Portugal*». Vila Nova de Gaia: ASCR-Confraria Queirosiana.
- *Confraria Queirosiana* (coord. com CABRAL, Amélia; MONCÓVIO, Susana). Vila Nova de Gaia: ASCR-Confraria Queirosiana.
- *Modelos de embarcações históricas portuguesas dos séculos XVI a XIX = Modelos de embarcaciones históricas portuguesas de los siglos XVI a XIX* (trad. para castelhano de DIAZ CARRASCO, Natalia). Vila Nova de Gaia: Quinta da Boeira.
- *José Pamplona Carneiro Rangel (1805-1811) e Manuel Pamplona Carneiro Rangel (1824), provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto* (co-aut. com GUIMARÃES, Susana). In *Saúde, Ciência, Património. Atas do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: SCMP, p. 401-416.
- *Aprestos e representações equestres da Coleção Marciano Azuaga* (co-aut. com GUIMARÃES, Susana). In COIMBRA, Fernando Augusto, coord. – *Horse and the Bull in Prehistory and in History. [Actas do I Congresso Internacional – O Cavalo e o Touro na Pré-História e na História, Golegã/Chamusca, 15 a 19 de maio, 2013]*. Genoa (Italy): Cordero Editore, p. 256-265 (Series Cognitionis Temporis).
- *Educação Cívica e Património Local (Atividade de Enriquecimento Curricular) aplicada à freguesia de Mafamude* (co-aut. com BAPTISTA, Eva; TEIXEIRA, Fátima). «*Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*», n.º 82 (junho). Vila Nova de Gaia: ACAG, p. 9-18.
- *Macau na Primeira Exposição Colonial Portuguesa – Porto, 1934. A viagem à China ao pé da porta*. «*Revista de Portugal*», n.º 13 (novembro). Vila Nova de Gaia: ASCR-Confraria Queirosiana, p. 43-52.
- *Alberto Sampaio e a Revista de Portugal*. «*Vinho Verde. História e Património = History and Heritage*», n.º 2. Porto: APHVIN/GEHVID, p. 115-125.
- *O Centro Histórico de Gaia, como estrutura portuária atlântica*. «*Douro. Vinho, História & Património = Wine, History and Heritage*», n.º 5. Porto: APHVIN/GEHVID, p. 53-94.

- [Colab. com SILVA, António Manuel S. P.; SOUSA, Laura Cristina Peixoto de; LEMOS, Paulo André; PEREIRA, Pedro Abrunhosa]. In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo, orgs. – *Genius Loci: lugares e significados: breves reflexões = places and meanings: short reflections*. Porto: CITCEM. Disponível em <[https://www.citcem.org/documents/publications/Book\\_of\\_Abstracts.pdf](https://www.citcem.org/documents/publications/Book_of_Abstracts.pdf)>.
- [Colab.]. «Revista de Marinha», n.º 992 (julho/agosto). Lisboa: Editora Náutica Nacional, Lda.

### GUIMARÃES, Susana Cristina G. Gonçalves

- *Francisco da Silva, enfermeiro hípico na 1.ª Guerra Mundial*. «Revista de Portugal», n.º 13. Vila Nova de Gaia: ASCR-Confraria Queirosiana, p. 31-42.
- *José Pamplona Carneiro Rangel (1805-1811) e Manuel Pamplona Carneiro Rangel (1824), provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto* (co-aut. com GUIMARÃES, J. A. Gonçalves Guimarães). In *Saúde, Ciência, Património. Atas do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: SCMP, p. 401-416.
- *Aprestos e representações equestres da Coleção Marciano Azuaga* (co-aut. com GUIMARÃES, Susana). In COIMBRA, Fernando Augusto, coord. – *Horse and the Bull in Prehistory and in History*. [Actas do I Congresso Internacional – O Cavalo e o Touro na Pré-História e na História, Golegã/Chamusca, 15 a 19 de maio, 2013]. Genoa (Italy): Cordero Editore, p. 256-265 (Series Cognitio Temporibus).

### LACERDA, Silvestre de Almeida

- *Contributo para o conhecimento sobre os cidadãos de Lousada referenciados nos arquivos da PVDE-PIDE-DGS*. «Oppidum: revista de Arqueologia, História e Património», n.º 9. Lousada: Câmara Municipal, p. 153-163.
- *A Escola do Torne (Vila Nova de Gaia): dinâmicas socioeducativas de uma escola evangélica na transição do século XIX para o século XX* (co-aut. com AFONSO, José António; SILVA, António Manuel S. P.). In VIEIRA, César Romero Amaral; NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas, orgs. – *Contribuições do Protestantismo para a História da Educação no Brasil e em Portugal*. Piracicaba [Brasil]: Editora UNIMEP, p. 47-67.

### LEMONS, Fernando Afonso Andrade

- [Dir. com SILVA, José António]. «Cadernos culturais: Lumiar – Olivais – Telheiras». Lisboa: Centro Cultural Eça de Queirós.
- *Apointamentos sobre a origem dos mitos: (sobretudo no mundo ocidental)* (co-aut. com INÁCIO, Carlos Revez; SILVA, José António), p. 12-33; *O painel de azulejos de Gabriel del Barco existente na entrada nobre do Palácio da Sociedade Histórica da Independência de Portugal: reflexões de hipótese no campo da simbólica* (co-aut. com SILVA, José António; SARAIVA, Pedro Sá Nogueira),

p. 322-332. «Cadernos Culturais: Lumiar – Olivais – Telheiras», II série, n.º 9 (novembro). Lisboa: Centro Cultural Eça de Queirós.

### LETRA, Carlos

- *Fichas de avaliação mensal, 1.º ano: português, matemática, estudo do meio*. 1.ª ed., 1.ª tir. Alfragide: Gailivro (O mundo da carochinha).
- *Fichas de avaliação mensal, 2.º ano: português, matemática, estudo do meio*. 1.ª ed., 1.ª tir. Alfragide: Gailivro (O mundo da carochinha).
- *Fichas de avaliação mensal, 3.º ano: português, matemática, estudo do meio*. 1.ª ed., 1.ª tir. Alfragide: Gailivro (O mundo da carochinha).
- *Fichas de avaliação mensal: o mundo da carochinha: português, matemática, estudo do meio, 4.º ano*. 1.ª ed., 1.ª tir. Alfragide: Gailivro.
- *Caligrafia e ortografia, 1.º ano*. 1.ª ed., 1.ª tir. Alfragide: Gailivro.
- *Caligrafia e ortografia, 2.º ano*. 1.ª ed., 1.ª tir. Alfragide: Gailivro.

### LIMA, António Manuel de Carvalho

- *Mudar de vida: Tongobriga: exposição permanente* (coord.). [S.l.: s.n.], D.L. 2016 ([S. Mamede de Infesta: Greca]).
- [Colab.]. In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo, orgs. – *Genius Loci: lugares e significados: breves reflexões = places and meanings: short reflections*. Porto: CITCEM. Disponível em <[https://www.citcem.org/documents/publications/Book\\_of\\_Abstracts.pdf](https://www.citcem.org/documents/publications/Book_of_Abstracts.pdf)>.

### LIMA, Isabel Pires de

- *Deslocamentos estéticos na Terra Santa – Eça de Queirós e Paula Rego = Aesthetic displacements in the Holly Land – Eça de Queirós and Paula Rego*. «ABRIL – Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF», vol. 8, n.º 16: *Viagem, deslocamentos, diferença*. Niterói: NEPA – Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana / UFF – Universidade Federal Fluminense, p. 177-194. Disponível em <<http://www.revista-abril.uff.br/index.php/revistaabril/article/view/353>>.
- *Viagens intertextuais: Eça de Queirós e Mário de Carvalho*. In GRAZIANI, Michela; ABBATI, Orietta; GORI, Barbara, eds. – *La spugna è la mia anima: omaggio a Piero Ceccucci*. Firenze: Firenze University Press, p. 263-272 (Studi e saggi; 158). Disponível em <[http://www.fupress.com/archivio/pdf/3335\\_10131.pdf](http://www.fupress.com/archivio/pdf/3335_10131.pdf)>.
- *Vaivéns literários hoje: Brasil/Portugal*. «Cadernos de literatura comparada», n.º 34: *Viagens e outros labirintos*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, p. 111-126. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.21747/16451112/litcomp34a8>>.
- [Colab.]. «JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias». Lisboa: Dijournal.

- [Colab.]. In OLIVEIRA, Paulo Motta; PAVALENO, Luciene Marie, orgs. – *Diálogos possíveis: Camilo Castelo Branco, Machado de Assis e a Literatura do Século XIX*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- [Colab.]. In SANTOS, Ana Clara; CABRAL, Maria de Jesus, dirs. – *L'Etranger*. Paris: Éditions Le Manuscrit. «Exotopies».
- [Colab.]. In SANTOS, Gilda; OLIVEIRA, Paulo Motta, orgs. – *Genuína Fazendeira: os frutíferos 100 anos de Cleonice Berardinelli*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- [Colab.]. In SANTOS, José da Cruz, coord. – *O Porto de Miguel Veiga: fotografias, poemas, prosa & outros lugares poéticos: com uma carta do escultor José Rodrigues*. Porto: Modo de Ler, D.L. 2016.
- [Colab.]. In VALENÇA, Fabíola, dir. – *Armanda Passos, bloco de guaches atelier*. Porto: Universidade do Porto: Faculdade de Belas Artes.
- [Colab.]. In VEIGA, Luís – *Espelho breve*. 1.ª ed. Porto: UNICEPE – Cooperativa Livreira de Estudantes do Porto.

### MARQUES, João Francisco

- VIEIRA, António, Padre – *Sermões do Advento, do Natal e da Epifania* (coord., introd. e anot.); (versão e anot. dos textos latinos com MIRANDA, José Carlos Lopes de). 1.ª ed. Lisboa: Temas e Debates.
- *Obra selecta – Tomo II: Religião, Política e Sociedade*. Vol. 2. Lisboa: Roma Editora.

### MARQUES, José Augusto Teixeira Maia

- *Fórum Maia 25* (coord. com RUIZ, Pedro; RODRIGUES, Rui). Maia: Câmara Municipal, cop. 2016.
- [Ed.]. «Revista da Maia», nova série, ano 1, n.º 1 (janeiro/junho 2016). Maia: Câmara Municipal. Disponível em <[http://maiacultura.cm-maia.pt/noticias/copy2\\_of\\_REVISTAMAIA11.pdf](http://maiacultura.cm-maia.pt/noticias/copy2_of_REVISTAMAIA11.pdf)>.
- *A «casa de lavoura» e a paisagem rural maiata*. «Revista da Maia», nova série, ano 1, n.º 1 (janeiro/junho). Maia: Câmara Municipal, p. 73-88.
- *Patrimonialização da arquitectura vernacular Maiata. A «Casa de Lavoura»*. In *Actas do 1.º Colóquio Internacional de Arquitectura Popular*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, p. 207-224.

### MATOS, A. Campos

- [Colab.]. «Póvoa de Varzim: boletim cultural», n.º 48. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal.

### MIRANDA, Nassalete

- [Dir.]. «As Artes entre as Letras». Porto: Singular Plural.

### MONCÓVIO, Susana

- *D. Luís Manuel Benedito da Natividade de Castro Pamplona de Sousa Holstein e a escola de Canelas (V. N. Gaia), em 1869: liberalidade e costumes*. «Revista de Portugal», n.º 13. Vila Nova de Gaia: ASCR-CQ, p. 15-30.

- *O escultor Joaquim Gonçalves da Silva (1863-1912): a propósito da escultura funerária «A Dor», no cemitério de Mafamude (1.ª parte)*, n.º 82 (junho), p. 57-64; *O escultor Joaquim Gonçalves da Silva (1863-1912): a propósito da escultura funerária «A Dor», no cemitério de Mafamude (2.ª parte)*, n.º 83 (dezembro), p. 17-45. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». Vila Nova de Gaia: ACAG.
- *Christina Amélia Machado (1860-1884): a primeira aluna da Academia Portuense de Belas Artes ou a prefiguração de um destino colectivo*. In SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e, coord. – *II Congresso «O Porto Romântico»: actas*. Porto: CITAR. Universidade Católica do Porto, p. 174-187.
- *Mulheres artistas antes de Aurélia de Sousa: a lenta metamorfose de uma condição no espaço da Academia Portuense de Belas-Artes*. In VICENTE, Filipa Lowndes, coord. – *Aurélia de Sousa: mulher artista (1866-1922)*. [S.l.]: Tinta da China, p. 125-135.
- *Marie Bashkirtseff (1860-1884) e Christina Amélia Machado (1860-1884): volição artística e processos de legitimação no mundo da arte*. «Museu», IV série, n.º 22. Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo, p. 207-231.
- *Confraria Queirosiana* (coord. com GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; CABRAL, Amélia). Vila Nova de Gaia: ASCR-Confraria Queirosiana.
- [Colab.]. «O Tripeiro», VII série, ano 35, n.º 9. Porto: Associação Comercial.

### MONTEIRO, Maria Virgínia Guerra

- *Obra poética*. 1.ª ed. Porto: UNICEPE – Cooperativa Livreira de Estudantes do Porto.
- *Os tempos e os sinais*. Porto: Singular Plural, D.L. 2016.

### NEVES, Pedro Almiro

- *Tempos de Mudança – História B – 11.º Ano* (co-aut. com AMARAL, Cláudia; JESUS, Elisabete; CARVALHO, Maria Manuela). Porto: Porto Editora.

### OLIVEIRA, Nuno Gomes

- [Dir.]. «Parques e vida selvagem». Avintes: Parque Biológico de Gaia.
- *Impressões de um francês que visitou Avintes em 1816: [comunicação apresentada no XXIII Fórum Avintense em 2013]*. Avintes: Abientes – Centro de Documentação e Investigação em História Local (Cadernos de história d'Abientes).

### OLIVEIRA MARTINS, Guilherme de

- *André de Gouveia: um humanista português em França = un humaniste portugais en France* (textos com VICENTE, António Pedro; SILVA, Artur Santos). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Ed. bilingue em português e francês.

- MORAIS, Graça – *O rosto do medo* (texto). Lisboa: Galeria Ratton, Ed. bilingue em português e inglês.
- [Colab.]. «As Artes entre as Letras». Porto: Singular Plural.

### PEIXINHO, Ana Teresa

- *História e jornalismo: a narrativa como ética*. In CONDE, Manuel Sílvia Alves; SILVA, Susana Serpa, coords. e eds. – *História, pensamento e cultura: estudos em homenagem a Carlos Cordeiro*. 1.<sup>a</sup> ed. Ponta Delgada: Nova Gráfica, p. 557-569.
- *Newsletters and the Return of Epistolarity in Digital Media: the case of the portuguese online newspaper Observador* (co-aut. com SANTOS, Clara A.). «Digital Journalism: [Taylor & Francis Online]», vol. 5, n.º 6. Oxford: Taylor & Francis Group, [Published online: 05 Jul. 2016], p. 774-790.
- *Narrativas digitais no jornalismo: a interatividade encenada* (co-aut. com MARQUES, Inês Fonseca). «Dispositiva: revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Comunicação e Artes da PUC Minas», vol. 5, n.º 1. Belo Horizonte (Brasil): PUC Minas, p. 128-143. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/11906/9464>>.
- *Narrativas digitais no jornalismo: a interatividade encenada* (co-aut. com MARQUES, Inês Fonseca), n.º 5, vol. 2: *Tendências do jornalismo em países de língua portuguesa*, p. 115-128; *Experiência de ensino do jornalismo: modelo pedagógico da Universidade de Coimbra* (co-aut. com SANTOS, Sílvia; FIGUEIRA, João; SANTOS, Clara Almeida), n.º 6, vol. 1: *Ensino, práticas e experiências no jornalismo*, p. 22-35. «Revista Estudos de Jornalismo». [Porto]: SOPCOM – Sociedade Portuguesa de Ciências da Comunicação.
- *A personagem como estratégia de imersão em reportagens* (co-aut. com MARQUES, Inês Fonseca) In MANCINAS-CHÁVEZ, Rosalba, coord. – *Actas del I Congreso Internacional Comunicación y Pensamiento: comunicracia y desarrollo social*. Sevilla: Ediciones Egrejus, p. 248-262.
- *Estética alimentar queirosiana: notas gastronómicas na obra de Eça de Queirós = Food aesthetics: culinary notes on the work of Eça de Queirós*. In PINHEIRO, Joaquim; SOARES, Carmen, coords. – *Patrimónios alimentares de aquém e além-mar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; [S.l.]: Annablume, p. 199-218. Disponível em <<https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/39618/7/Estetica%20alimentar%20queirosiana.pdf?ln=pt-pt>>.
- *O contributo das humanidades para o ensino do jornalismo = The liberal arts contribution to journalism education*. «Mediapolis: revista de comunicação, jornalismo e espaço público», n.º 3. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 105-117. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10316.2/41222>>.
- [Colab.]. «Biblos: revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra», III série, n.º 2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

- [Colab.]. «Mediapolis: revista de comunicação, jornalismo e espaço público», n.º 2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

- [Colab.]. In REIS, Carlos, coord. – *Dicionário de Personagens da Ficção Portuguesa*. Online.

### QUEIRÓS, Eça de

- *Cidade e as serras* (A). 1.<sup>a</sup> ed. [Lisboa]: Livros do Brasil (Obras de Eça de Queiroz).
- *Cidade e as serras* (A). 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Guerra e Paz.
- *Contos*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livros do Brasil (Obras de Eça de Queiroz; 9).
- *Egipto e outros textos sobre o Médio Oriente* (O). Lisboa: Relógio d'Água (Viagens).
- *Ilustre Casa de Ramires* (A): *manuscrito autógrafo: edição genética*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Esfera do Caos.
- *Ilustre Casa de Ramires* (A). 1.<sup>a</sup> ed. Porto: Porto Editora (Educação Literária).
- *Maias* (Os): *episódios da vida romântica*. Reimp. [Lisboa]: Livros do Brasil (Obras de Eça de Queiroz; 5).
- *Maias* (Os): *episódios da vida romântica*. 1.<sup>a</sup> ed. Porto: Porto Editora (Educação literária).
- *Maias* (Os). Reimp. Porto: Porto Editora.
- *Maias* (Os). 3.<sup>a</sup> ed. Alfragide: Bis.
- *Mistério da estrada de Sintra* (O). 1.<sup>a</sup> ed. Porto: Livros do Brasil (Obras Eça de Queirós).
- *Primo Basílio* (O). 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Bertrand (11/17 ; 341) (Biblioteca Eça de Queirós; 006).
- *Primo Basílio* (O). 1.<sup>a</sup> ed., reimp. Porto: Porto Editora.

### REIS, Carlos

- *Amor de perdição [de] Camilo Castelo Branco*: 11.<sup>o</sup> ano. Porto: Porto Editora (Educação literária. Leituras orientadas).
- *Frei Luís de Sousa [de] Almeida Garrett*: 11.<sup>o</sup> ano. Porto: Porto Editora (Educação literária. Leituras orientadas).
- *Os Maias, Eça de Queirós*: 11.<sup>o</sup> ano. Porto: Porto Editora (Educação literária. Leituras orientadas).
- *Crónica de D. João I, Fernão Lopes*: 10.<sup>o</sup> ano. Porto: Porto Editora (Educação literária. Leituras orientadas).
- *Dicionário de Personagens da Ficção Portuguesa* (coord.). Online.

### RESENDE, Nuno

- *Elementos para a história da comunidade de Picão: a paróquia e o concelho de Moção*. In DIAS, Pilar, coord. – *Picão: natureza, história e memórias do Montemuro*. Lisboa: Colibri, p. 65-78.
- [Colab. com BOTELHO, Maria Leonor]. In FRANCO, José Eduardo, dir.; PINHO, Joana Balsa de, coord. – *Lugares sagrados de Portugal II. Fontes de graça e renascimento*. [Lisboa]: Circulo de Leitores.

– [Colab.]. In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo, org. – *Genius Loci: lugares e significados: breves reflexões = places and meanings: short reflections*. Porto: CITCEM. Disponível em <[https://www.citcem.org/documents/publications/Book\\_of\\_Abstracts.pdf](https://www.citcem.org/documents/publications/Book_of_Abstracts.pdf)>.

– [Ed.]. «Revelar: revista de estudos da fotografia e imagem» [recurso eletrónico]. N.º 0 (2016)-. Porto: FLUP. Departamento de Estudos Portugueses e de Estudos Românicos.

### RODRIGUES, Eduardo Vitor

– *Onda Bienal em Gondomar* (textos com ARAÚJO, Luís Filipe, SANTOS, Agostinho). Gondomar: Município de Gondomar.

– *Nadir Afonso: retrospectiva. Só Depois é Amanhã* (textos com AFONSO, Laura; SANTOS, Agostinho). Vila Nova de Gaia: Artistas de Gaia – Cooperativa Cultural.

– *O 25 Abril também passou por aqui: comemorações do 42.º aniversário do 25 de Abril de 1974* (textos com SANTOS, Agostinho; BASTO, Vitor Pinto). Vila Nova de Gaia: Município de Vila Nova de Gaia.

– *Gaiarte: onda Bienal* (textos com CARDOSO, Artur Lopes, SANTOS, Agostinho). Vila Nova de Gaia: Artistas de Gaia-Cooperativa Cultural.

– *H2O Água: Bienal Arte Onda de Gaia* (textos com RODRIGUES, Eduardo Vitor... [et al.]). Vila Nova de Gaia: Artistas de Gaia – Cooperativa Cultural.

### SANTOS, Licínio Manuel Moreira

– *Cultura e lazer operários em Mafamude, entre o final da Monarquia e o início da República (1893-1914)*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia», n.º 82 (junho). Vila Nova de Gaia: ACAG, p. 41-50.

### SANTOS, Teresa Campos dos

– *Irmandade de Nossa Senhora da Lapa: uma leitura do seu espólio museológico* (co-aut. com CORDEIRO, Eva Mesquita). In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, coord. – *II Congresso «O Porto Romântico»: actas*. Porto: CITAR – Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes, Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, p. 235-248.

### SILVA, António Manuel S. P.

– *O protestantismo em Albergaria-a-Velha: um metodista no Palhal há 160 anos*. «Albergue. História e Património do Concelho de Albergaria-a-Velha», n.º 3. Albergaria-a-Velha: Câmara Municipal, p. 33-52.

– *A Igreja e Escola do Prado: cento e quinze anos de instrução e testemunho cristão em Coimbrões, Vila Nova de Gaia* (co-aut. com AFONSO, José António; VIDAL, Alexandra). Vila Nova de Gaia: Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (Comunhão Anglicana). Disponível em <<http://hdl.handle.net/1822/42302>>.

– *Trabalhos arqueológicos no Crasto de Salreu, Estarreja: breve notícia* (co-aut. com PEREIRA, Gabriel; LEMOS, Paulo; SILVA, Sara Almeida e). «Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja», n.º 10. Estarreja: Câmara Municipal, p. 39-57.

– *A Escola do Torne (Vila Nova de Gaia): dinâmicas socioeducativas de uma escola evangélica na transição do século XIX para o século XX* (co-aut. com AFONSO, José António; LACERDA Silvestre A). In VIEIRA, César Romero Amaral; NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas, orgs. – *Contribuições do Protestantismo para a História da Educação no Brasil e em Portugal*. Piracicaba [Brasil]: Editora UNIMEP, p. 47-67.

– *Circulação e internacionalização do projeto cultural protestante na lusofonia: um apontamento sobre a receção dos periódicos brasileiros nos primeiros 50 anos da imprensa periódica lusitana (1877-1925)* (co-aut. com AFONSO, José António). In ALVES, Luís Alberto Marques... [et al.], orgs. – *XI COLUBHE – Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – Investigar, Intervir e Preservar. Caminhos da História da Educação Luso-Brasileira: [atas]*. Porto: FLUP. CITCEM – Centro de Investigação Interdisciplinar Cultura Espaço e Memória [20 p. não numeradas].

– *Proto-história da Bacia do Antuã (2011-2015): um projeto de investigação arqueológica em rede* (co-aut. com PEREIRA, Gabriel R.; TAVARES, João T.; LEMOS, Paulo A. P.; SILVA, Sara Almeida e). «Patrimónios de OAZ», n.º 0. Oliveira de Azeméis: Câmara Municipal, p. 77-96.

– [Colab.]. «Al-Madan», II série, n.º 20 (janeiro). Almada: Centro de Arqueologia.

– [Colab. com BARBOSA, João Paulo; PINA-BURÓN, María Rosa; PRIETO DE LA TORRE, Roger; MORAIS, Rui]; [Colab. com GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves; SOUSA, Laura Cristina Peixoto de; LEMOS, Paulo André; PEREIRA, Pedro Abrunhosa]; [Colab. com RIBEIRO, Manuela C. S.; LEMOS, Paulo André]. In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo, org. – *Genius Loci: lugares e significados: breves reflexões = places and meanings: short reflections*. Porto: CITCEM. Disponível em <[https://www.citcem.org/documents/publications/Book\\_of\\_Abstracts.pdf](https://www.citcem.org/documents/publications/Book_of_Abstracts.pdf)>.

– [Colab.]. In FIGUEIREDO, Manuel V., coord. – *Geologia, história e arqueologia de mãos dadas: [Centro de Interpretação Geológica de Canelas, Arouca/Museu das Trilobites – 10.º Aniversário]*. Canelas [Arouca]: Centro de Interpretação Geológica de Canelas.

– [Colab.]. In LIMA, A. M., coord. – *Mudar de Vida. Tongobriga. Exposição Permanente*. [Vila Real]: Direção Regional de Cultura do Norte.

### SILVA, Francisco Ribeiro da

– *Alberto Sampaio e Oliveira Martins: notas de leitura da correspondência recíproca (1884-1894)*. «Vinho verde: história e património = history and heritage», n.º 2. Porto: APHVIN/GEHVID, p. 81-90.

– *O foral manuelino de Vila do Conde*. «Vila do Conde: boletim Cultural da Câmara Municipal», III série, n.º 1. Vila do Conde: C. M., p. 121-142.

– *A proclamação da república e as imediatas tentativas de interferência do Estado na Misericórdia do Porto*. In *Saúde, Ciência Património. Atas do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia, p. 515-539.

– *O Foral de Figueiredo e Bemposta*. «Patrimónios de OAZ», n.º 0. Oliveira de Azeméis. Câmara Municipal, p. 15-26.

– [Colab.]. In CHAFES, Rui – *O meu sangue é o vosso sangue*. Porto: Santa Casa da Misericórdia.

– [Colab.]. In SAKELLARIDES, Constantino... [et al.], coords. – *Porto Saúde – Momento e movimento*. Lisboa: Fundação para a Saúde– Serviço Nacional de Saúde.

– [Colab.]. «Villa da Feira: Terra de Santa Maria», ano 14, n.º 42. Ano 15, n.º 43. Santa Maria da Feira: LAF – Liga dos Amigos da Feira.

#### SOUSA, Laura

– *A indústria cerâmica do Porto e de Vila Nova de Gaia: tradição e identidade*. In *Rotas da Cerâmica do Norte de Portugal*. [Lisboa]: IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., p. 102-121 (Catálogos FIA).

– *Faiança do Romantismo: a produção da Fábrica de Santo António de Vale de Piedade*. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, coord. – *II Congresso «O Porto Romântico»: actas*. Porto: CITAR – Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes, Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, p. 349-362.

– [Colab. com SILVA, António Manuel S. P.; GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves; LEMOS, Paulo André; PEREIRA, Pedro Abrunhosa]; [Colab.]. In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo, org. – *Genius Loci: lugares e significados: breves reflexões = places and meanings: short reflections*. Porto: CITCEM. Disponível em <[https://www.citcem.org/documents/publications/Book\\_of\\_Abstracts.pdf](https://www.citcem.org/documents/publications/Book_of_Abstracts.pdf)>.

#### TEDIM, José Manuel Alves

– [Dir. adj.]. «Revista de Portugal». Vila Nova de Gaia: ASCR-Confraria Queirosiana.

#### TEIXEIRA, Maria de Fátima

– *Educação Cívica e Património Local (Atividade de Enriquecimento Curricular) aplicada à freguesia de Mafamude* (BAPTISTA,

Eva; GUIMARÃES, J. A. Gonçalves). «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia», n.º 82 (junho). Vila Nova de Gaia: ACAG, p. 9-18.

– *Salon d'Automne Queirosiano 2016: exposição de arte: catálogo* (capa e org. com ALVES, Paula). Vila Nova de Gaia: ASCR-Confraria Queirosiana.

#### VALENTE, Marco

*Numismas da horta da misericórdia (Faro): catálogo geral*. Universidade do Algarve. Campo Arqueológico de Mértola. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10400.1/8416>>.

## CÉSAR DA FONSECA VELOSO OITENTAÇÕES



CHIADO  
EDITORA

#### VELOSO, César Augusto da Fonseca

– *Oitentações*. 1.ª ed. Lisboa: Chiado Editora (Viagem filosófica).  
– *V Centenário da reconquista do Maranhão* (co-aut. com OMENA, Vanessa). «Cadernos Culturais: Lumiar – Olivais – Telheiras», II série, n.º 9 (novembro). Lisboa: Centro Cultural Eça de Queirós, p. 43-48.

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2016

### Amigos do Solar Condes de Resende – Confraria Queirosiana

#### Movimento de sócios

|                                  | 2015       | 2016       |
|----------------------------------|------------|------------|
| <b>Total</b>                     | <b>355</b> | <b>361</b> |
| Sócios de honra e institucionais | 53         | 55         |
| Confrades                        | 106        | 107        |
| Sócios excluídos e falecidos     | 158        | 166        |
| Sócios efetivos                  | 144        | 140        |

#### Situação financeira

|                                      | 2015               | 2016               |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------|
| <b>Saldo da gerência</b>             | <b>106.693,25€</b> | <b>191.240,31€</b> |
|                                      |                    | <b>2017</b>        |
| <b>Cativo para projetos em curso</b> |                    | <b>89.866,18€</b>  |

#### Atividades organizativas da ASCR-CQ

**Fevereiro**, sexta-feira 26 – assembleia geral extraordinária para revisão e atualização dos estatutos e do regulamento interno.

**Março**, quarta-feira 30 – assembleia eleitoral para o biénio 2016-2019; assembleia geral ordinária para aprovação do relatório e contas de 2016 e atividades e orçamento para 2017.

**Abril**, quinta-feira 07 – aprovação pela direção da Mesa da Confraria Queirosiana; secção Editorial, conselhos de redação e consultivo da *Revista de Portugal*; comissão de Arte; comissão de Itinerários; comissão de Música; Bolsa de Trabalho; Comunicação e Marketing.

**Maio**, quinta-feira 12 – aprovada pela direção a coordenação do Gabinete de História, Arqueologia e Património.

**Julho**, quinta-feira 28 – reunião da direção com a diretora do Centro de Formação de Associações de Escolas Gaia Nascente, Dr.ª Maria Virginia dos Reis Costa Barroso, para a certificação do curso sobre «História Naval do Noroeste de Portugal».

**Setembro**, quarta-feira 07 – criação do registo de propriedade intelectual dos sócios a ser gerido no sítio da ASCR-CQ pela Academia Eça de Queirós.

**Novembro**, sábado 12 – abertura do *Salon d'Automne queirosiano 2017* no Solar Condes de Resende; abertura da Feira de S. Martinho.

Sábado 19 – 14.º capítulo da Confraria Queirosiana, com o lançamento da *Revista de Portugal*, n.º 13; livro *Memórias de um expedicionário a Moçambique* de José Pereira do Couto Soares; livro *Confraria Queirosiana 2016* de Amélia Cabral, J. A. Gonçalves Guimarães e Susana Moncívio.

#### Presença da ASCR-CQ em atividades de outras instituições

**Janeiro**, sexta-feira 08 – reunião com a GAIURB sobre projetos de arqueologia na área do Centro Histórico de Gaia.

Sexta-feira 15 – presença na tomada de posse dos corpos gerentes da Federação Portuguesa das Confrarias Gastronómicas.

Quinta-feira 21 – presença no lançamento do Boletim da Associação Cultural dos Amigos de Gaia n.º 81 no Mosteiro de Corpus Christi em Vila Nova de Gaia com artigos de sócios e confrades.

**Fevereiro**, sexta-feira 05 – presença na conferência sobre Cultura, Associativismo e Cidadania promovida pelo Movimento de Cidadãos de Gaia nos Plebeus Avintenses, Avintes, Vila Nova de Gaia.

Sábado 06 – presença na Câmara Municipal de Baião no lançamento do livro *Baião – Em Torno do Ano Zero*, que tem a colaboração de vários sócios e confrades.

Sexta-feira 19 – Presença no concerto de Aniversário do Movimento dos Cidadãos por Gaia no Auditório Municipal, Vila Nova de Gaia.

Terça-feira 23 – presença na inauguração dos bustos de Nuno Grande e Corino de Andrade de Helder de Carvalho no ICBAS, Porto; presença no lançamento da nova edição do *Dicionário de Eça de Queiroz* de A. Campos Matos na Póvoa de Varzim.

Sábado 27 – presença no encerramento do Fórum Avintense na Junta de Freguesia de Avintes; participação na Exposição sobre Associativismo e Cidadania, na Biblioteca Pública de Gaia.

**Março**, sábado 05 – lançamento do primeiro número de revista *Vinho Verde* da APHVIN/GEHVID em Viana do Castelo, com colaboração de sócios e confrades.

Sexta-feira 11 – participação na assembleia geral da Federação Portuguesa das Confrarias Gastronómicas no auditório do Museu Municipal da Enguia, na Murtosa.

Sábado 12 – presença na feira de S. Gregório, Armamar para estudo das falachas.

Domingo 20 – presença no Concerto da Primavera no Auditório Municipal de Gaia.

**Abril**, sexta-feira 08 – presença no lançamento do livro *Favos de mel – Salalé três reis. Os Reis do Congo. Angola*, organizado pelo ICBAS no Solar Condes de Resende.

Sábado 09 – participação na assembleia geral da Federação Portuguesa dos Amigos de Museus de Portugal.

**Maio**, quinta-feira 05 – presença no capítulo da Confraria dos Vinhos Transmontanos em Miranda do Douro.

Sábado 07 – presença no capítulo da Confraria dos Ovos Moles de Aveiro.

Sexta-feira 13 – Presença na abertura da exposição de Arte dos professores do 1.º ciclo de Gaia no Auditório Municipal organizada pela Associação da Casa dos Professores e Educadores.

Segunda-feira a quarta-feira 23 a 25 – presença no Congresso Internacional sobre Construção Naval, Arte, Técnica e Património organizado pela Câmara Municipal de Vila do Conde.

Sexta-feira 27 – participação em visita de estudo de alunos do mestrado em História Contemporânea da FLUP às obras de recuperação da Companhia de Fiação de Crestuma, em Lever, e à estação Arqueológica do Castelo de Crestuma.

Domingo 29 – participação no Dia Nacional da Gastronomia em Aveiro organizado pela FPCG.

**Junho**, sábado 04 – presença no 1.º capítulo da Confraria do Pão, da Regueifa e do Biscoito de Valongo.

Sábado 18 – presença na festa de aniversário do jornal *As Artes Entre As Letras*, no Porto.

Segunda-feira 20-22 – apresentação do livro sobre *Modelos de embarcações históricas dos séculos XVI a XVIII* da Quinta da Boeira no Westin Hotel em Madrid por J. A. Gonçalves Guimarães.

Terça-feira 28 – presença nas comemorações do Dia do Município de Vila Nova de Gaia com atribuição de medalhas municipais ao sócio Doutor João Nicolau de Almeida e ao Professor Doutor Paulo Talhadas dos Santos, ex-coordenador da equipa de biólogos do projeto cultural da Quinta da Ervamoira, organizado até 2004 pelo Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia.

Quinta-feira 30 – presença no lançamento do livro de *Atas do III Congresso da Misericórdia do Porto* com textos de diversos sócios e confrades.

Segunda-feira 04 – presença no lançamento do livro do confrade José Luís Carneiro *Os caminhos da Europa. Dez anos no comité das regiões (2006-2015)*, no Museu da Misericórdia do Porto.

**Julho**, sexta-feira 22 – presença na inauguração do Centro Interpretativo de Tongobriga, Marco de Canavezes com a presença do ministro da Cultura, Dr. Luís Filipe de Castro Mendes.

**Outubro**, sábado 08 – participação no Encontro Anual da Federação de Amigos dos Museus de Portugal no Museu da Pólvora Negra em Oeiras.

Sexta-feira 28 – participação na homenagem ao Prof. Hugo Berto Coelho no Auditório Municipal de Gaia.

Sábado 29 – presença no capítulo da Confraria Gastronómica de Chaves.

**Novembro**, quinta-feira 30 – presença na assinatura de protocolo entre a Câmara Municipal de Gaia e a Federação das Coletividades de Gaia no auditório da Assembleia Municipal.

**Dezembro**, terça-feira 05 – participação na assembleia geral da Federação das Coletividades de Gaia.

Sábado 09 – presença no lançamento do livro de Olga Cavaleiro *Minha viagem por Portugal*, no programa Porto.come na Alfândega do Porto; lançamento do livro *Memórias de um expedicionário a Moçambique* de José Pereira do Couto Soares no salão polivalente da Igreja Lusitana do Torne, Vila Nova de Gaia.

## Cursos e palestras no Solar Condes de Resende

**Janeiro**, sábado 09 – curso livre sobre: «13 monumentos e sítios carismáticos do Douro Atlântico (Gaia/Porto/Matosinhos)»: – O Senhor de Matosinhos por José Manuel Tedim

Sábado 16 – curso livre sobre: «13 monumentos e sítios carismáticos do Douro Atlântico (Gaia/Porto/Matosinhos)»: – O Parque Biológico de Gaia e outros parques por Nuno Oliveira

Quinta-feira, 28 – palestra sobre Património de Gaia esse desconhecido por J. A. Gonçalves Guimarães

Sábado 30 – curso livre sobre: «13 monumentos e sítios carismáticos do Douro Atlântico (Gaia/Porto/Matosinhos)»: – A Torre e complexo dos Clérigos por José Manuel Tedim

**Fevereiro**, sábado 13 – curso livre sobre: «13 monumentos e sítios carismáticos do Douro Atlântico (Gaia/Porto/Matosinhos)»: – O Estádio do Dragão e o desenvolvimento urbano do Porto por Hélder Pacheco

Sábado 27 – curso livre sobre: «13 monumentos e sítios carismáticos do Douro Atlântico (Gaia/Porto/Matosinhos)»: – Ponte Maria Pia por José Manuel Lopes Cordeiro

Quinta-feira, 25 – palestra sobre Património Arqueológico de Gaia e sua gestão por António Manuel S. P. Silva

**Março**, sábado 05 – curso livre sobre: «13 monumentos e sítios carismáticos do Douro Atlântico (Gaia/Porto/Matosinhos)»: – A Avenida dos Aliados no Porto por José Alberto V. Rio Fernandes

Quinta-feira, 31 – palestra sobre O que é um gaiense? O Património Humano de Gaia por J. A. Gonçalves Guimarães

**Abril**, sábado, 16 – Dia Internacional dos Monumentos e Sítios: tema do colóquio – «Desporto um Património Comum», em Portugal promovido pela Direção-Geral do Património Cultural, e a nível internacional pelo ICOMOS, no Solar Condes de Resende com início às 15,30 horas, programa:

- O apoio de uma empresa de Vinho do Porto (Casa Ramos Pinto) ao Desporto em Portugal e no Brasil, por J. A. Gonçalves Guimarães.

- A História do Movimento Associativo em torno do Desporto em Vila Nova de Gaia, por Licínio Santos.

- O Campo de Jogos Comendador Pimenta da Fonseca (Lever), por Maria de Fátima Teixeira.

- Jogos Olímpicos: Guerra Entre Nações, Paz Entre os Homens, por David Guimarães.

Quinta-feira, 28 – palestra sobre Património Artístico de Vila Nova de Gaia por José Manuel Tedim.

**Junho**, quinta-feira, 30 – palestra sobre O Património Construído de Gaia: proposta de sistematização e de estudo, por Nuno Resende.

**Julho**, quinta-feira, 28 – palestra sobre Pontes sobre o Douro: abraços e beijos entre Gaia, Porto e Gondomar, por J. A. Gonçalves Guimarães.

**Agosto**, quinta-feira, 25 – palestra sobre Filantropos, benfeitores e altruístas gaienses, por J. A. Gonçalves Guimarães.

**Setembro**, sábado, 24 – Jornadas Europeias do Património 2016 sob o tema «Comunidades e Culturas», promovidas em Portugal pela DGPC, no solar Condes de Resende com os seguintes temas inscritos:

- Urbanismo e comunidades, por Eduardo Vítor Rodrigues.

- Elementos identificadores da comunidade gaiense, por J. A. Gonçalves Guimarães.

- Comunidades e culturas pré-romanas do Baixo Douro, por António Manuel Silva.

- Comunidades gaienses nos reinados de D. Dinis e D. Afonso IV, por Paulo Costa.

- Grupos populares de teatro em Vila Nova de Gaia, por José Vaz.

- O Club de Gaia e as Creches de Santa Marinha. Diferentes credos, diferentes hinos, a mesma identidade, por Eva Baptista.

- A comunidade operária da Companhia de Fiação de Crestuma, por Fátima Teixeira.

- O bairro habitacional dos trabalhadores ferroviários em Vila Nova de Gaia a (re)construção da memória de uma comunidade através da história oral, por Joana Ribeiro.

Quinta-feira 29 – palestra sobre Património de Gaia no Mundo, por Francisco Queiroz.

**Outubro**, sábado 15 – curso livre sobre História Naval do Noroeste Português; abertura do curso e aula sobre: – Uma política marítima para a frente atlântica, por Eduardo Vítor Rodrigues.

Sábado 22 – curso livre sobre História Naval do Noroeste Português: Navios e navegações antigas no Mediterrâneo, por Luís Manuel de Araújo.

Quinta-feira 27 – palestra sobre O Foral manuelino de Vila Nova de Gaia (1518): 500 anos de história, por J. A. Gonçalves Guimarães.

**Novembro**, sábado 05 – curso livre sobre História Naval do Noroeste Português: Navios romanos na rota atlântica por Rui Moraes.

Sábado 12 – curso livre sobre História Naval do Noroeste Português: As origens medievais da Marinha Portuguesa por Luís Miguel Duarte.

Sábado 26 – curso livre sobre História Naval do Noroeste Português: Estaleiros do Douro no período da Expansão por Amândio Barros.

Quinta-feira 24 – palestra sobre Educação e Caridade. Uma primeira abordagem à influência da Maçonaria em Vila Nova de Gaia, na viragem para o século XX, por Eva Baptista.

**Dezembro**, sábado 03 – curso livre sobre História Naval do Noroeste Português – Vila do Conde e a Expansão por Amélia Polónia.

Sábado 10 – curso livre sobre História Naval do Noroeste Português – A Frota Mercantil do Porto no período constitucional por J. A. Gonçalves Guimarães.

Quinta-feira 29 – palestra sobre As Comunidades gaienses nos reinados de D. Dinis e D. Afonso IV – História e Património, por Paulo Costa.

## Conferências e outras ações noutros locais

**Fevereiro**, sexta-feira e sábado 26 e 27: comunicações apresentadas no XXVI Fórum de Avintes:

- Karl Fritiofe Waldemar Löfgren criador do Rancho Folclórico das Padeiras de Avintes e da Confraria dos Carolas do Norte, por J. A. Gonçalves Guimarães.

– As cooperativas de crédito e consumo em Vila Nova de Gaia (1893-1914): a Cooperativa de Crédito e Consumo Instrutiva de Avintes, por Lício Santos.

Abril, 20 e 21, quarta e quinta-feira – congresso Internacional «*Genius Loci*: lugares e significados», dedicado à memória e ação de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, organizado pelo CITCEM e pelo Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP, comunicação:

– Arqueologia no Castelo de Crestuma, V. N. de Gaia (2010 – 2015): novos olhares sobre um lugar e um tempo de mudança, por António Manuel S. P. Silva; Laura Cristina Peixoto de Sousa e Pedro Abrunhosa Pereira.

**Maio**, sexta-feira 20 – colóquio sobre História da Educação em Vila Nova de Gaia, no Auditório Municipal Sophia de Mello Breyner, com as seguintes comunicações:

– A rede escolar protestante, por António Manuel Silva e José António Afonso;

– A Educação em Vila Nova de Gaia (1880-1930), por Eva Baptista;

– A Escola Primária gaiense na obra literária de Afonso Ribeiro e J. Rentes de Carvalho, por J. A. Gonçalves Guimarães;

– A educação feminina pelas Belas Artes na sociedade de oitocentos, por Susana Moncóvio;

– As escolas operárias (1893-1914), por Lício Santos;

– Contributos educativos da Companhia da Fiação de Crestuma em Lever, por Maria de Fátima Teixeira.

**Junho**, segunda a quinta-feira 20 a 23 – 11.º Congresso Luso-brasileiro de História da Educação (COLUBHE), promovido pela Associação de História da Educação de Portugal (HISTEDUP) e pelo CITCEM/Faculdade de Letras da Universidade do Porto na cidade do Porto; estiveram presentes como conferencistas António Manuel Silva, Eva Baptista e José António Afonso, entre cerca de 400 palestrantes de ambos os lados do Atlântico.

Terça-feira, 21 – conferência sobre a coleção de Modelos de embarcações históricas portuguesas dos séculos XVI a XIX e do livro sobre a mesma, produzido pela ASCR-CQ, apresentado pelo seu autor, J. A. Gonçalves Guimarães no salão de auditório do Hotel Westin Palace em Madrid.

**Julho**, sábado 16 – Lisboa, na Escola Oficina n.º 1, 1.ª Reunião Plenária do Projeto INOVAR – Roteiro de Inovação Pedagógica sobre Experiências de Referência em Portugal no século XX por José António Afonso e Eva Baptista.

Sábado 23 – Escola Secundária Inês de Castro, Vila Nova de Gaia, aniversário da Cercigaia; palestra sobre Instituições de Assistência em Vila Nova de Gaia ao longo dos tempos. A propósito dos 40 anos da Cercigaia ao serviço da criança, da família e da sociedade, por J. A. Gonçalves Guimarães, com a presença da secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, Dr.ª Ana Sofia Antunes.

**Setembro**, quinta-feira 8 – Lugo, Espanha, VIII Encontro Ibérico de História da Educação, a comunicação: – A educação em Vila Nova de Gaia (município do noroeste de Portugal), entre 1880 e 1930: escolas, associações e personalidades, por Eva Batista.

Sexta-feira 16 – Colóquio sobre O Vinho Verde e Alberto Sampaio, organizado pela APHVIN/GEHVID nas instalações da CVRVV no Porto, com a seguinte comunicação:

– Alberto Sampaio e a Revista de Portugal, por J. A. Gonçalves Guimarães

**Outubro**, segunda-feira 03 – seminário Atlântico Mais – a evolução das operações portuárias, no Palácio da Bolsa no Porto, com a comunicação: Os portos do Porto (Matosinhos, Gaia, Porto): o porto por excelência, por J. A. Gonçalves Guimarães.

**Novembro**, quinta-feira a sábado 17, 18 e 19 – VI Jornadas no Vale do Douro. Do Paleolítico até à Idade Média, organizadas pela Associação Científico-Cultural Zamora Proto-histórica, com a colaboração do Lab2PT Universidade do Minho, Porto, Casa das Artes, com a apresentação das seguintes comunicações:

– Materiais proto-históricos do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia), por António Manuel S. P. Silva; Laura C. P. Sousa e outro;

– Pesos, percutores e outros objetos em pedra do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia), por António Manuel S. P. Silva; Bárbara Alves e outro;

– A Terra Sigillata do Castelo de Crestuma, Vila Nova de Gaia (2010-2015) e o comércio no Baixo Douro no período tardo-antigo, por Teresa Pires de Carvalho e António Manuel S. P. Silva.

Sexta-feira 18 – seminário de História, Património e Turismo Militar no Forte de S. João Baptista no Porto, organizado pela Universidade Portuguesa Infante D. Henrique com o apoio do Instituto da Defesa Nacional e da União das Juntas de Freguesia de Nevogilde, Foz e Aldoar, com comunicações de vários confrades, entre as quais Desastre da Ponte das Barcas: os que se salvaram?, por J. A. Gonçalves Guimarães.

Sexta-feira 25 – auditório do Centro Social e Cultural de Olival na festa escolar do Agrupamento

de Escolas Diogo de Macedo, palestra sobre A Companhia de Fiação de Crestuma: 100 anos de História, por Maria de Fátima Teixeira.

Domingo 27 – auditório do Centro Social e Cultural de Olival no 2.º aniversário do jornal Gaia Semanário: Elementos identificadores da comunidade gaiense, por J. A. Gonçalves Guimarães, repetida no dia 29 no 25.º aniversário da Urbicoop – União das Cooperativas de Habitação, UCRL.

Terça-feira 29 – auditório da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia tertúlia sobre «Qual o estado da Educação? Evolução histórica e novos desafios» promovida pelo MCG, tendo como conferencistas, entre outros, José António Afonso e Eva Baptista e como moderador Albino Almeida.

### Edições lançadas em 2016, com a colaboração de sócios da ASCR-CQ

– *As Artes entre as Letras*, jornal com a edição mensal em papel da página do blogue *Eça & Outras* da Confraria Queirosiana, e colaboração de vários sócios e confrades.

– GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2016) – *Modelos de embarcações históricas portuguesas dos séculos XVI a XIX; Modelos de embarcaciones históricas portuguesas de los siglos XVI a XIX*. Vila Nova de Gaia: Quinta da Boeira.

– MATOS, A. Campos, org. e coord. (2015) – *Dicionário de Eça de Queiroz*, 3.ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, S. A., colaboração de vários sócios e confrades.

– *Vinho Verde – História e Património – History and Heritage*, n.º 1, 2015, editada pela APHVIN/GEHVID, com o artigo *A exportação de Vinho Verde pelas empresas exportadoras de Vinho do Porto: o caso da Casa Ramos Pinto*, de J. A. Gonçalves Guimarães e Graça Nicolau de Almeida.

– *Saúde, Ciência, Património, Atas do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: SCMP, 2015, com o texto *José Pamplona Carneiro Rangel (1805-1811) e Manuel Pamplona Carneiro Rangel (1824), provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, por J. A. Gonçalves Guimarães e Susana Guimarães.

### Edições da ASCR-CQ em 2016

– *Eça & Outras*, blogue da Confraria Queirosiana, postado ao dia 25 de cada mês e depois publicado em *As Artes entre as Letras*.

– CABRAL, Amélia; GUIMARÃES J. A. Gonçalves; MONCÓVIO, Susana (2016) – *Livro da Confraria Queirosiana 2016*.

– GUIMARÃES J. A. Gonçalves, org., coord. e textos (2016) – *13 monumentos e sítios carismáticos do Douro Atlântico (Gaia/Porto/Matosinhos)*, antologia de textos deste curso, CD.

– *Revista de Portugal*, nova série, n.º 13.

– SOARES, José Pereira do Couto (2016) – *Memórias de um Expedicionário a Moçambique (1917-1919)*, com prefácio de Manuel Carvalho.

– Teixeira, Maria de Fátima, org. e coord. (2016)

– *Salon d'Automne queirosiano 2016*. Catálogo.



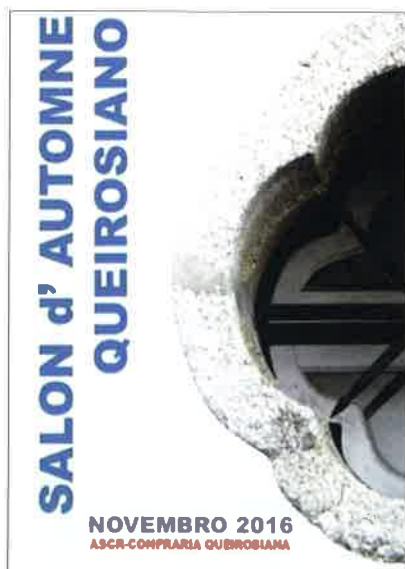
### Exposições organizadas ou promovidas pela ASCR-CQ

**Maio**, domingo 01 – abertura ao público da exposição fotográfica no Solar Condes de Resende *Macau é um espetáculo: As Artes nas Ruas de Macau*, organizada pelo Instituto Internacional de Macau/Associação Fotográfica de Macau/ ASCR-Confraria Queirosiana.

**Junho**, terça-feira 21 – abertura ao público com conferência no Hotel Westin Palace em Madrid da exposição *Modelos de embarcações históricas portuguesas dos séculos XVI a XIX*, organizada pela Quinta da Boeira com a colaboração histórica da ASCR-CQ.

**Outubro**, segunda-feira 21 – abertura da exposição itinerante *Castelo de Crestuma: a Arqueologia em busca da História*, organizada pelo GHAP da ASCR-CQ, na Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos de Vilar de Andorinho.

**Novembro**, sábado 12 – abertura do *Salon d'Automne queirosiano 2016*, exposição de Arte dos sócios dos Amigos do Solar Condes de Resende – Confraria Queirosiana, no Solar Condes de Resende.



### Outras realizações

Todo o ano: feira das Novidades; ensaios do grupo cantante Eça Bem Dito; curso de Pintura; gestão e abertura do Bar; abertura do Solar fora do horário normal (até às 19 horas semana e entre as 9 e as 19 aos sábados, domingos e feriados); apoio à investigação histórica sobre o Centro Histórico de Gaia para a Gaiurb, com produção de pareceres, conferências e textos. Palestras no Solar para vários grupos organizados (estudantes, seniores, outros) com palestras sobre a vida e obra de Eça de Queirós com projeção e comentário dos power points Eça de Queirós e a Geração de 70; e Os biógrafos de Eça de Queirós, da autoria de J. A. Gonçalves Guimarães.

**Maio**, sexta-feira 27 – condução da visita às obras de recuperação patrimonial da Companhia de Fiação de Crestuma a professor e alunos do mestrado em História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, por J. A. Gonçalves Guimarães e Maria de Fátima Teixeira.

**Junho**, sábado 18 – condução de visita ao edifício dos Paços do Concelho de Vila Nova de Gaia, por J. A. Gonçalves Guimarães, no âmbito da 2.<sup>a</sup> edição do Open House World Wide.

**Novembro**, sábado 12 – feira de S. Martinho no Solar Condes de Resende – Atuação do Grupo de Fados dos Antigos Alunos da Universidade do Porto.

Domingo 13 – feira de S. Martinho no Solar Condes de Resende – Atuação dos Eça Bem Dito, grupo coral da ASCR – CQ.

Sábado, 19 – 14.º Grande Capítulo anual da Confraria Queirosiana.



Grupo coral Eça Bem Dito em atuação.

### Ofertas à ASCR-CQ

– Biblioteca queirosiana, com 170 títulos, oferecida por Ricardo Charters de Azevedo.

– Primeira edição da Revista de Portugal (1889-1892), quatro volumes encadernados, oferecidos por Ricardo Haddad.

### Projetos de investigação em Ciências Humanas com o apoio da ASCR-CQ

– Associativismo, Cooperativismo e Mutualismo em Vila Nova de Gaia

– Barra do Douro e o Brasil

– Castelo de Crestuma

– Centro Histórico de Gaia: História, Arqueologia e Património

– Companhia de Fiação de Crestuma

– Ensino e Educação em Vila Nova de Gaia

– Indústria Têxtil em Gaia

– Património Cultural de Vila Nova de Gaia (PACUG)

– Quinta de Mafamude

– Rua Rei Ramiro

– Visconde de Beire, biografia

– PACUG – Projeto com protocolo específico entre a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e a ASCR-CQ para o levantamento, estudo e divulgação do Património Cultural do Município, através de uma equipa organizada pelo GHAP, com um coordenador-geral, três investigadores a tempo inteiro, 10 coordenadores de volume e dezenas de investigadores para a realização de dez livros a editar pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

### Voluntariado

Apoio gracioso de vários associados às atividades da ASCR-CQ no Solar Condes de Resende, durante o horário de abertura ao público e os programas em curso.



O jornalista Manuel Carvalho na apresentação do livro *Memórias de um Expedicionário a Moçambique (1917-1919)*, no capítulo da Confraria.

### Cooperação com outras entidades

- Agrupamento de Escolas Diogo de Macedo, Olival, Vila Nova de Gaia.
- *As Artes entre as Letras*.
- Associação dos Amigos de Pereiros, S. João da Pesqueira.
- Associação de Amigos de Pereiros, S. João da Pesqueira.
- Associação de Amizade Portugal-Egipto.
- Associação Portuguesa da História da Vinha e do Vinho (APHVIN/GEHVID).
- Auditórios Municipais de Gaia.
- Câmara Municipal de Vila do Conde.
- Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Centro de Formação da Associação das Escolas Gaia Nascente.
- CITCEM – FLUP.
- Escola de Dança Gente Gira.
- Escola de Música de Perosinho.
- Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Federação das Coletividades de Gaia.
- Federação dos Amigos de Museus de Portugal, Lisboa.
- Federação Portuguesa das Confrarias Gastronómicas.
- Gaia Semanário.
- *Gaiense (O)*.
- Gaiurb.
- José Valle de Figueiredo.
- Junta de Freguesia de Avintes, Vila Nova de Gaia.
- Junta de Freguesia de Canelas, Vila Nova de Gaia.
- Manuel Carvalho, jornalista
- Maria José Gomes, estilista
- Quinta da Boeira, Vila Nova de Gaia.
- Sociedade Eça de Queirós do Recife, Brasil.
- Solar Condes de Resende, Vila Nova de Gaia.

- Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
- Urbiface.

### Protocolos para a realização de trabalhos profissionais

- Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia – programa dos tarefeiros do Solar e PACUG.
- Gaiurb – consultoria sobre História, Arqueologia e Património do Centro Histórico de Gaia.
- Quinta da Boeira – Produção de livro sobre Modelos de Embarcações Históricas.



Confrades insigniados e homenageados em 2016.

### Personalidades distinguidas em 2016

- Américo Oliveira, geógrafo, a título póstumo
- José Valle de Figueiredo, ensaísta
- Ricardo Charters de Azevedo – doação de biblioteca queirosiana
- Ricardo Haddad – doação de 1.ª edição da Revista de Portugal (1889-1892)

### Presença na Comunicação Social

Todos os meses, no jornal *As Artes entre as Letras*, página queirosiana.

**Fevereiro**, quarta-feira 17 – entrevista concedida à Rádio Montemuro.

**Agosto**, segunda-feira 01 – programa Praias Olímpicas RTP1 sobre o Roteiro Queirosiano de Vila Nova de Gaia.

**Novembro**, notícias desenvolvidas sobre o 14.º capítulo da Confraria Queirosiana nos jornais *Gaiense* e *Gaia Semanário*.

### Aspetos mais relevantes do ano de 2016

- Revisão dos estatutos e do regulamento interno.
- Curso livre sobre História Naval do Noroeste Português.
- PACUG – projeto do Património Cultural de Gaia para a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- Apoio a projetos de investigação em curso.
- Ofertas de bibliografia queirosiana rara à biblioteca da confraria.

A direção



## PATRIMÓNIO CULTURAL DE GAIA

coordenação geral  
J. A. GONÇALVES GUIMARÃES

# PATRIMÓNIO HUMANO PERSONALIDADES GAIENSES

coordenação do volume  
GONÇALO DE VASCONCELOS E SOUSA



**GAIA**  
TODO UM MUNDO

